

# ELLO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVII Abr. 2001 02/04/01 Nº 307 Preço 140\$00

## • Guimarães

Representantes do Núcleo  
eleitos no dia 10 de Março

página 4

## • Castelo Branco

Coro de Santo Amaro  
de Oeiras canta e encanta

página 2

## • DSS e HMP

A DN apresenta  
cumprimentos  
e preocupações  
aos novos directores

páginas 7 e 10

## • IASFA

Associado reivindica  
o cumprimento da Lei

página 14



PORTE PAGO

25 de Abril

## A explosão da Liberdade



Lisboa - Jantar dia 24  
Porto - ver programa

páginas 5 e 6

Conselho Nacional  
Reforçada a execução  
das teses  
do IV Congresso

página 11

Reunião do CNRIPD  
Formar melhor  
CRPG como exemplo



página 10

IV Torneio Desportivo  
Deficientes jogam  
na ADFA



página 13

Secretário de Estado da Defesa Nacional

## Posse da Comissão da Rede Nacional de Apoio e visita à Delegação do Porto e CRPG

FARINHO LOPES



páginas 10 e 11

## Vamos ao 27.º Aniversário em Viseu

página 20



Presidente da CML  
interessa-se  
pelo projecto  
da Quinta das Camélias

página 9

## ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, ao abrigo da alínea a) do artigo 25º dos Estatutos, convoca todos os associados para a Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar pelas 14h00, do dia 21 de Abril de 2001, na cidade de Lisboa, no Salão do Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa, sito na Av. Rainha D. Amélia ao Lumiar, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Ponto um - Analisar e votar o Parecer do CN sobre a execução do orçamento de 2000 da ADFA (alínea c) do artigo 34º); Ponto dois - Discussão e votação do Relatório de Actividades do CN, Relatório e Contas da DN e analisar o Parecer do CFN (alínea b) do artigo 34º); Ponto três - Proposta de actualização de quotas para 2002 (alínea e) do artigo 34º); Ponto quatro - Ponto da situação sobre Reivindicações Legislativas; Ponto cinco - Informações da DN.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2001

Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício  
(Presidente)



Concerto da Primavera em Castelo Branco

## Coro de Santo Amaro de Oeiras canta e encanta

RAFAEL VICENTE



"O Coro dos Escravos Hebreus", da ópera "Nabuco" de Giuseppe Verdi, foi uma das interpretações mais aplaudidas do Coro de Santo Amaro de Oeiras, num evento que envolveu mais de 200 pessoas, organizado pela ADFA, no Cineteatro Avenida, em Castelo Branco, no passado dia 17 de Março.

O evento cultural, realizado no âmbito da dinamização associativa para as eleições dos Órgãos Sociais da Delegação de Castelo Branco, com data marcada para 28 de Abril,

contou com a presença dos Órgãos Sociais Nacionais e do presidente da Câmara Municipal daquela cidade, Joaquim Morão.

O Coro dirigido pelo maestro César Batalha encontrava-se privado de alguns dos seus elementos, por motivos de saúde, mas encantou todos os presentes com interpretações de "Foi Deus", "Jerusalém", "Coro dos Ciganos" e "O Fortuna", entre outros excertos de obras conhecidas, de música clássica e ligeira, o que, segundo César Batalha, "agrada aos jovens e aos mais velhos".

No fim da actuação, Capela Gordo, membro da DN e do Coro, foi alvo de homenagem por parte do maestro e do presidente da DN, que também chamou, com rasgado elogio, uma jovem albicantense, Helena Afonso, jurista na Sede da ADFA, para entregar um ramo de flores ao maestro e à sua esposa, que muito se tem dedicado ao coro infantil.

O presidente da ADFA apelou à participação associativa, não só no dia do acto eleitoral, mas também em toda a vida da Delegação.

Com alguma emoção, o presidente da ADFA anunciou as próximas actuações do Coro em Viseu e na Guarda, lembrando o Concerto de Outono realizado em Alcobaça e a actuação no Teatro Garcia de Resende, em Évora, sempre em colaboração com a ADFA.

O evento contou com o apoio do Programa Operacional da Cultura, do Governo Civil de Castelo, da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Castelo Branco, da Câmara Municipal de Oeiras, do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e do agrupamento musical Diapasão, contando ainda com o patrocínio da EDP.

R.V.

## Breves

### Subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian

No passado dia 5 de Março decorreu, na Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), uma reunião sobre a atribuição do subsídio para participação na compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e adaptação na viatura automóvel própria, onde estiveram presentes Capela Gordo, 2º secretário da DN, Silvério Rodrigues, coordenador do DRAS e o director do Departamento de Saúde e Protecção Social da FCG, Manuel Rodrigues Gomes.

Na reunião foi analisada a aplicação que tem vindo a ser dada à verba atribuída e foi decidido que o subsídio seja direccionado para questões sócio-humanitárias e que seja alvo de actualização compatível com o elevado índice de associados carenciados, que procuram esse apoio.

"Desde 1975/76 que a Fundação Calouste Gulbenkian tem vindo a desenvolver Acções de Saúde e de Protecção Social junto da ADFA, através da atribuição daquele subsídio, o que tem beneficiado todos os anos os nossos associados portadores de deficiência motora", lembrou Silvério Rodrigues.

### "Guerra Colonial" no Bombarral

De sete a 27 de Abril vai estar patente ao público a exposição itinerante "Guerra Colonial - Uma História por Contar", no Museu Municipal do Bombarral, numa colaboração da Delegação da ADFA em Famalicão e do Museu da Guerra Colonial da Associação.

"Incentivam-se os núcleos da área Oeste a visitar aquela exposição", referiu Patuleia Mendes, presidente da DN, natural do Bombarral.

### Associado no programa "SIC 10h00"

Manuel Damião, o associado cujo testemunho de vida registámos no ELO na passada edição, foi contactado pela equipa do programa "SIC 10h00", para testemunho em directo no dia 12 de Março.

O associado foi acompanhado pelo coordena-

nador do DRAS, Silvério Rodrigues, e contou as suas experiências com as dificuldades inerentes à sua deficiência de guerra e ao acidente vascular cerebral que sofreu há vários anos.

A boa disposição do associado e a sua vontade de vencer foram "contagiantes", como referiu Júlia Pinheiro, que o entrevistou.

A equipa editorial do "SIC 10h00" tomou conhecimento da situação deste associado ao receber o último número do ELO, que é enviado mensalmente para vários órgãos de Comunicação Social.

### Livros para a ADFA

Através de um apelo lançado pela Biblioteca da Sede Nacional da ADFA às editoras, foram recebidas 90 obras, em ofertas que atingem já os 200 contos.

As editoras Colibri, Silabo, Pé da Serra, Plátano e o Instituto Piaget enviaram prontamente algumas das suas obras, considerando a temática da Guerra Colonial e do Estado Novo, entre os mais variados assuntos.

Foi iniciada também uma permuta entre o ELO e a Edidico, que passou a enviar para a Biblioteca três das suas publicações.

"Vão continuar os contactos com as editoras de livros e publicações e vão iniciar-se também contactos com as editoras discográficas", salientou Paula Afonso, responsável pela Biblioteca da Sede Nacional da ADFA.

### Censos 2001

Teve início no passado dia 28 de Fevereiro o primeiro recenseamento à população portuguesa do século XXI.

As novidades deste Censos 2001 prendem-se com a recolha de informações sobre a população portadora de deficiência e sobre as condições em que vive, bem como com o efectivo controlo e avaliação de qualidade do conteúdo do recenseamento.

São 1600 os recenseadores recrutados pelo Instituto Nacional de Estatística para levar a efeito o trabalho de distribuição dos questionários e sua recolha.

No que se refere à deficiência as perguntas prendem-se com o tipo de deficiência, o grau de incapacidade do indivíduo, a acessibilidade dos edifícios a pessoas com mobilidade condicionada, entre outras informações.

O primeiro recenseamento português data

de 1864, apesar de muito antes, desde D. Afonso III (século XIII), já existirem "numeramentos" e "contagens" que não se apoiavam em princípios estatísticos científicos.

O tratamento dos dados recolhidos far-se-á até ao início de 2003, terminando a recolha de respostas no final de Abril deste ano.

### Sede divulga o seu espaço

"É missão estatutária da ADFA desenvolver e congregar esforços integrados para reabilitar e reintegrar na sociedade os seus associados, promover e fomentar actividades de carácter educacional, profissional, cultural, recreativo, desportivo e social", foi referido pela DN numa mensagem para várias entidades, numa iniciativa em que se divulga o espaço físico da Sede, em particular o salão nobre, bar e restaurante, além dos serviços da Tipografia-Escola da ADFA, "que pode ser útil em algum momento, para reuniões, seminários, colóquios, palestras, apresentações, lançamentos de produtos, exposições de pintura, etc.", podendo também utilizar-se o serviço de bar e de restaurante, bem como, publicar-se anúncios no ELO.

As características do salão e meios postos à disposição são os seguintes: área útil de 130m<sup>2</sup>, 160 cadeiras (algumas das quais com suporte para escrita), mesa grande de presidência, estante para o prelector, projector electrónico compatível com computador e vídeo, amplificador, gravador com duplo deck, retroprojector e ecrã, microfones (2) e tripés, TV e vídeo, mesas para instalação em reuniões em "U", luzes direccionais para exposições de pintura, ar condicionado e extracção de fumos, janelas a todo o comprimento da sala, duas portas largas, edifício adaptado a todos os tipos de deficiência, ambiente tranquilo, grande parque de estacionamento, restaurante com serviço de almoço para 90 pessoas em simultâneo (das 12h00 às 14h00), serviço de bar permanente (das 9h00 às 18h00), sala com jornais e televisão, duas mesas de snooker, acessos - transportes da Carris (47 - Campo Pequeno/Pontinha e 3 - Metro Campo Grande/Bairro Padre Cruz) e Metro do Campo Grande a 15 minutos a pé.

R.V.

### Associados comemoram 25 de Abril na Sede Nacional

No dia 24 de Abril, Terça-feira, os associados vão reunir-se na Sede, num jantar comemorativo do 25 de Abril.

### Reunião da Delegação de Famalicão

No 1º 3ª feira de Abril, dia 03, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

### Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Abril, dias 07 e 14, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento no infantário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

### Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Abril, das 9h00 às 12h00.

### Almoço associativo

No dia 08 de Abril, Domingo, a Delegação de Famalicão vai realizar, em Vila Real de Santo António, um almoço-convívio de comemoração do aniversário da Delegação, no restaurante "Caçarola". O evento vai contar com a presença do presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e dos Órgãos Sociais da ADFA. O preço é de 3.000 escudos por pessoa.

### Assembleia Geral da ADFA

No dia 21 de Abril, Sábado, pelas 14h00, realiza-se a Assembleia Geral Nacional Ordinária da ADFA, nas instalações do Lar Militar da Cruz Vermelha.

### Convívio mensal em Évora

No dia 14 de Abril, Sábado, pelas 12h00, a Delegação de Évora realiza o seu convívio mensal nas instalações da Delegação, com o seguinte programa: 12h00 - Sessão de esclarecimento sobre o Euro; 12h30 - Almoço; 15h00 - Torneio de jogos de Sala.

### 27º Aniversário da ADFA

De 7 a 13 de Junho vão ter lugar as comemorações nacionais do 27º Aniversário da ADFA, com organização da Delegação de Viseu.

### Campismo 2001

De 07 a 10 de Junho, a Delegação de Coimbra organiza, através da sua Secção de Campismo o II Acampamento Nacional do Deficiente, no Parque Municipal de Campismo da Praia de Pedregão.

### Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Adelina Maria P. Rodrigues	Jorge Soares Pereira Gomes
Agostinho da Cunha São Pedro	José Albino Pereira da Costa
Alcino Oliveira Costa	José de Jesus Almeida
António Armando F. Rocha	José Sousa Carneiro
António de Azevedo Moninhas	Luis da Silva Costa Neto
António Joaquim C. Silva	Manuel Alves Cardoso
António Maia Lopes	Manuel A. Pisco Figueiras
António Manuel Mestre	Manuel da Mota Lopes
Artur Carvalho Pinto Monteiro	Manuel da Silva Saavedra
Artur Maria	Manuel Ferreira dos Santos
Eduardo Ferreira Gomes	Manuel Joaquim Araujo
Ermesendo F. F. dos Santos	Manuel José
Fernando de Jesus Marques	Maria C. S. Alves C. Almeida
Fernando Lopes Casais	Maria C. Campos Dias Pacheco
Fernando L. Pires de Carvalho	Maria da Glória Silva
Gloria Leite Pereira	Maria de Lurdes M. Silva
Inácio Luis Gromicho Troco	Maria dos Santos de Jesus
Inês Vinagre Rita A. Bonito	Maria Gomes Moreira
João Marcelino Vieira Neto	Miguel A. Coelho da Rocha
João Miguel da Silva Matias	Noel Raul R. Santos Formas
Joel Maria Pereira	Rui Pais da Silva

# ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz, Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, José Esteves, Orlando Correia DIRECTOR: António Carreira REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Farinho Lopes (fotografia), Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES: Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Faria, Capela Gordo, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Claudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maria Monteiro, José Valente dos Santos, Liza Katali, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Marta Carreira, Nuno Santa Clara, Rogério Rodrigues e Sá Flores. ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carrico CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRE-IMPRESSÃO: Gráphbarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7º C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa (Anexo do Hospital Militar Principal) Tel. 385 3593 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Imprensa, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo Registro nº 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 400\$00 Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 9 000 exemplares



Episódios



O Homem e a Técnica

José Diniz

Desde as épocas mais remotas que o Homem, o único ser da Natureza dotado de inteligência criativa, tem procurado suprir as suas limitações através da invenção e da criação de instrumentos que lhe têm facilitado a vida e até garantido a sua sobrevivência.

Para se defender dos ataques dos animais, o "Homo Faber" deitou a mão a um pau e, naquele momento, inventou a primeira arma de defesa que não era mais do que o prolongamento do seu braço, arma natural que se revelava insuficiente em força e comprimento para dominar os inimigos. Ao deixar de usar os dentes para rasgar e cortar a carne, como fazem os animais carnívoros, inventou instrumentos de corte e o fogo que lhe permitiram dar um enorme salto no seu desenvolvimento.

Desde a pré-história até aos dias de hoje um imenso caminho foi percorrido pelo Homem que, umas vezes por necessidade outras por puro deleite, tem criado maravilhas técnicas que o substituem em quase tudo. E, nos últimos cem anos, os avanços científicos e técnicos têm sido galopantes. Quase todo o trabalho braçal está reduzido ao simples manipular de botões. As pernas já são mais usadas em actividades recreativas e desportivas do que por necessidade de deslocamento. Para isso criou meios que já o levam a grandes distâncias em poucas horas e no maior conforto. Para ultrapassar os limites da sua visão criou instrumentos que lhe permitem "ver" a milhares de quilómetros. Para complementar as capacidades da sua memória criou sistemas de armazenamento de dados e de registo de imagens. Para tornar audíveis as ondas sonoras que "esvoaçam" à sua volta inventou receptores que as harmonizam com a frequência dos seus ouvidos.

Porém, entre o "quase tudo" e o "tudo" ainda há uma longa distância a percorrer e existem funções para as quais o Homem nunca arranjará substitutos técnicos. Perante muitas situações, não obstante toda a parafernália técnica, o Homem ainda se sente extremamente limitado e impotente. Consegue mergulhar e nadar durante períodos longos, mas o seu corpo não aguenta correntes fortes, como, por exemplo, ficou evidenciado nas acções de resgate do autocarro envolvido na tragédia da ponte de Entre-os-Rios. A pequenez e a impotência do Homem ficou então evidenciada em vários aspectos: a fragilidade da vida, a precaridade das realizações humanas, a invencibilidade da Natureza, a insubstituibilidade das funções intelectuais e corporais.



Grande Plano



A Miragem da outra margem...



Jaime Ferreri

**A ponte caiu. Nova ponte e melhores estradas serão o tributo pelas vidas ceifadas. Já, e por justiça, no imediato. Do passado, no Zambeze, os mortos, os queridos mortos da minha idade, continuam a cruzar os corredores da morte e da deficiência nos hospitais militares e, ainda hoje, a pagar a factura que à pátria competia e a nação, por descuido, vai esquecendo.**

Em meados de sessenta e oito partimos rumo a África, a Moçambique. Guardo no coração os meus soldados condutores que receberam um dia a ordem de marcha para trazerem da capital novas viaturas. Lá partiram ainda no limitado treino de conduzir no matope, de atravessar simples troncos, toscamente cavacados, a servir de ponte, de parar a viatura quando a emboscada da Frelimo fazia gemer, em disparos compassados, a automática distribuída. Dias depois, em mensagem seca de rádio e em letras batidas de telegrama chegava-nos ao norte, aos confins da guerra, e às famílias incrédulas, o horror da desgraça. Um batelão, muito material de guerra e mais de cem homens eram engolidos na fúria do Zambeze. Foram parcas as notícias, limitadas e censuradas as imagens (pouco mais eram que fotografias e um limitadíssimo super 8). Quanta dor e indignação sufocadas em silêncio por esse Portugal fora. Diz-se que, por ignorância do jovem alferes que comandava, a coluna se aventurara sem estar ainda completa a reconstrução do batelão; não se organizou a carga conforme as normas, desprezou-se a segurança com o mesmo à vontade com que se desafiava a morte... A verdade é que os homens, pouco mais que adolescentes fardados, se partiram assim, sem um ai, uma despedida. Jovens ceifados à vida quando a vida ainda era promessa e sedução.

Mais de uma trintena de anos depois uma velha ponte foi apenas, em instantes dum lampejo, "uma réstia na miragem da passagem para a outra margem". Quebrava-se um pilar, dois ou três carros e um autocarro a mergulhar no Douro. O rio amigo que lhes enchia os olhos e os marcara no destino, desde antepassados longínquos, viera, sôfrego, pedir quitação, de tanta felicidade que oferecera no passado. Um rio da Europa, um país da Europa, um mundo de sonhos e de esperanças.

Os mortos que os mais tecnológicos meios procuravam rumaram ao Atlântico como o rio amigo. Aproveitaram-se da maré vazia e toca de apanhar as correntes do oceano e rumar para norte. Bem para norte, para a Galiza como se fosse tradição, ir de morto a Santiago de Compostela quando de vivo se não consegue fazê-lo.

Muitos ainda não apareceram... fazendo doer de vã esperança o coração que confia; precisamos de ver os nossos mortos para acreditar que não foi engano a sua partida.

Não faltaram notícias, televisões, opiniões a rodos. Os políticos confluíram a Castelo de Paiva, com promessas, acusações, verdades escondidas para esconder a grande verdade que conhecem: gente, só muita gente rima com votos.

A culpa não tem que morrer solteira nem se limita a uma só pessoa. Mas dizer-se estarem imunes os de agora porque do passado transita a culpa é tão imoral tanto dizer-se que a culpa apenas aos de hoje pertence.

Preguei-me ao pequeno écran. Tantos mortos, tanta impotência, tanta ignorância em opinião despejada, encham jornais e diários televisivos. Sofro com os que choram a partida dos seus mortos mas sofro também com a grotesca opinião de quem, colada a boca a um microfone, desdenha por inépcia de todos e de si próprio. Não podem cair assim as pontes do meu país... mas não merecemos construir novas pontes se para as cruzar não arejamos as mentes dos concidadãos que de futuro as terão de usar.

A ponte caiu. Nova ponte e melhores estradas serão o tributo pelas vidas ceifadas. Já, e por justiça, no imediato.

Do passado, no Zambeze, os mortos, os queridos mortos da minha idade, continuam a cruzar os corredores da morte e da deficiência nos hospitais militares e, ainda hoje, a pagar a factura que à pátria competia e a nação, por descuido, vai esquecendo.

Editorial

O deixa andar



António Carreiro

Assume foros bíblicos que o povo português é de brandos costumes.

Esta expressão que sempre entendi como elogiosa, no sentido de sermos pacíficos, dialogantes, tolerantes, compreensivos, é muito frequentemente confundida com os exemplos do "deixa andar", sinónimo de incúrias, negligências, irresponsabilidades.

Deixou-se andar a água no rio, sem se observar os seus efeitos; deixou-se extrair a areia, sem se observar os seus efeitos; deixou-se andar relatórios, sem se observar os seus efeitos; e pronto... A ponte caiu.

Deixaram-se andar os deficientes militares sem mesmo querer ver os seus efeitos; deixaram-se reinvidicações por fazer sem querer ver os efeitos; deixaram-se fazer umas leis paliativas, como o Decreto-Lei 134/97, de 31 de Maio, sem cuidar dos seus efeitos.

E deixa andar.

Agora é muito dinheiro para resolver a crise e... Deixa andar... Vamos ver o que vai dar...

Não se cumpre a lei e... Deixa andar.

Mas como o "deixa andar" leva ao deixa andar, assiste-se a certas coisas que ultrapassam os limites de todo o bom senso, mesmo que excessivo com a lascívia do deixa andar, que põem em causa a estrutura base da nossa organização: - o Estado de Direito.

O Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) resolveu suspender a inscrição dos DFA, de há algum tempo a esta parte. Já em 1993 fizera a mesma coisa e a insistências da ADFa repôs a legalidade.

A ADFa não "deixa andar".

Está escrito no Decreto-Lei 43/76, de 20 de Janeiro, que os DFA têm direito de inscrição neste organismo. E também no seu próprio regulamento.

Curiosamente, aliás, como não somos do deixa andar, anotamos, aqui, que o dia do IASFA coincide, precisamente, com o dia do lançamento da primeira pedra do "Hospital Real de Inválidos Militares", em Runa, em 18 de Junho de 1792.

Mas o seu presidente disse que não cumpria a lei. Que não tinha dinheiro para o efeito. Por acaso até nem é uma questão de dinheiro, mas isso agora nem interessa mesmo para nada.

O que interessa realçar é que alguém, alto responsável administrativo, reconhece, publicamente (Jornal 24Horas, do dia 13/03/01, página 5 e TVI), que não cumpre a lei e, naturalmente, deixa-se andar...

Não se preocupem...

Até para o mês que vem.





Opinião

# Direitos dos DFA

João Gonçalves

No tempo da Guerra Colonial foi criado um conjunto de leis, no sentido da reabilitação e reintegração social dos militares, Deficientes das Forças Armadas que, ao serviço da Nação contrairam deficiência, entre estas, a lei que permite o ingresso ao serviço activo, e o direito às graduações e hoje, por força do DL 134/97, de 31 de Maio, às promoções.

Muito se tem falado desta área legislativa, mas o que acontece é que o direito à abrangência é para todo o universo dos militares que contrairam deficiência e foram considerados Deficientes das Forças Armadas.

O DL 44995, de 24 Abril de 63, e o 210/73, de 09 de Maio, vieram dar a possibilidade da continuação no serviço activo aos DFA do QP. Estes decretos-lei foram regulamentados pela Portaria 619/73, de 12 de Setembro, que veio especificar as normas da opção pelo serviço activo, graduações, promoções. Com a publicação do DL 43/76, de 20 de Janeiro, o figurino foi alterado e o leque foi alargado, abrindo a porta aos DFA do SMO, do QC ou similar, e foi regulamentado pela Portaria 162/76, de 24 de Março, que consagra cla-

ramente o direito "de opção pelo serviço activo" e assim, não deixa dúvidas quanto à promoção de todo o universo dos DFA. No entanto, para alguns as dúvidas ainda persistem quanto à clareza do direito à promoção dos Deficientes das Forças Armadas, do serviço militar obrigatório do quadro complemento ou similar e até, pasme-se, para a classe de Sargentos e Oficiais DFA que continuaram a carreira militar trabalhando mais para as Forças Armadas e hoje também por isso, são penalizados e lhe está a ser vedado o direito à promoção ao posto e escalão a que têm direito.

A publicação do DL 134/97, de 31 de Maio, veio por às claras todas estas situações de injustiça, o que deu para provar também a violação do direito da igualdade consignada no art.º 13 da Constituição da República Portuguesa. Por isso, foi julgado inconstitucional, por violar claramente o direito da igualdade a todo o universo dos DFA do SMO, QP, QC ou similar.

Importa dizer que todo o universo dos DFA tem os mesmos direitos, o DL 43/76, de 20 de Janeiro, e Portarias são claros, e para quem tiver dúvidas remeto para o artigo 18º e

para os números 2 e 14 da Portaria 162/76, de 24 de Março: ponto 2. "Quanto no DL n.º 43/76, de 20 de Janeiro, e na presente portaria constar «direito de opção» tal expressão, ou similar, significa: o direito dos DFA poderem optar, ou pelo serviço activo em regime que dispense plena invalidez ou pela situação de reforma extraordinária ou beneficiário de pensão de invalidez", ponto 14. "Os cidadãos que durante o cumprimento do SMO contrairam deficiência, tendo passado à situação de disponibilidade e de beneficiários de pensão de invalidez, de reforma ou reforma extraordinária, têm direito à revisão de processo e caso, venham a ser considerados DFA ser-lhes-á reconhecido o direito de opção". Opção essa que foi vedada a alguns DFA antes da publicação do DL 43/76, de 20 de Janeiro, e por isso, por força de todo o articulado, são militares do activo, com direito à promoção ao posto a que têm direito, com colocação no último escalão do posto.

O novo decreto-lei tem que abranger todo o universo DFA do SMO, QC QP ou similar. Cumpra-se a Constituição da República Portuguesa, o direito à igualdade tem que prevalecer. •

## Eleições no núcleo de Guimarães

Tiveram lugar no passado dia 10 de Março, as eleições com vista a eleger os representantes do núcleo de Guimarães. Apesar de apenas haver uma lista concorrente, esta reuniu o apoio explícito de cerca de 11% dos associados afectos àquele núcleo.

Assim, a actual direcção é constituída por Fernando Marques, Bernardino Alberto Pereira e Casimiro Baptista.

A funcionar desde finais de 1987, este núcleo tem tido com principal missão o apoio aos associados não só de Guimarães mas também de Fafe. Na base da sua criação esteve a distância entre estas localidades e a Delegação do Famalicão. Neste sentido, contam com

a colaboração de uma funcionária da Delegação de Famalicão que uma vez por mês se desloca a Guimarães para tratar dos assuntos dos associados. Actualmente o núcleo está aberto aos sábados entre as 9 e as 12 horas, no entanto, o grande objectivo é alargar este horário de modo a permitir o maior convívio entre os associados. Neste momento os dirigentes estão também a equacionar é a hipótese de a psicóloga que actualmente presta serviço na Delegação de Famalicão poder também deslocar-se ao núcleo para apoio àqueles sócios. •



### Estacionamento para deficientes

A fim de evitar embaraços indesejáveis, quer para a Delegação dos Açores, quer para a Polícia, a Delegação chama a atenção de todos os deficientes daquela área que desejem estacionar junto às instalações da Delegação (perto da placa para o efeito), para que deixem a sua identificação - cartão de deficiente (lista vermelha, azul ou verde) - no "tablier" do seu carro. "No caso de não procederem à identificação na viatura, estão sujeitos à multa", informou a Delegação. •

### XXIII Prova de Pesca Desportiva

Em virtude do mau tempo que se fez sentir e às previsões que apontavam para a sua continuação, mantendo inoperantes as margens do rio Mondego para a prática da pesca desportiva a Delegação de Coimbra e a sua Secção de Pesca adiou a prova marcada para dia 11 de Março para o próximo dia 14 de Junho deste ano, mantendo-se o programa inicial, apenas com a alteração da respectiva data. •

### Donativos

A campanha de angariação de fundos para a Delegação de Coimbra contou com as seguintes ofertas: Arcor - Intra Cordeiro, Lda, 150.000 escudos; António J. Silva, 31.310 escudos; Fernando R. Silva, 20.000 escudos; Armando V. Silva, Manuel S. J. Farias, 10.000 escudos; Alípio M. G. Serrano, 5.300 escudos; Francisco C. Madureira, 5.000 escudos; Café Erika, 3.750 escudos; Manuel R. do Rosário, 3.600 escudos; Luís C. Pereira, 3.000 escudos; Ilídio B. B. Fernandes, António Poutena, José A. T. Calinas, 2.500 escudos. •

### Convívio mensal

A Delegação de Évora informa todos os associados que o habitual convívio mensal passa a realizar-se no segundo Sábado de cada mês, nas instalações da Delegação. Em Abril o convívio terá lugar no dia 14, com o seguinte programa:

- 12h00 - Sessão de esclarecimento sobre a nova moeda, o EURO;
- 12h30 - Almoço;
- 15h00 - Torneio de jogos de sala;

Os lucros que vierem a ser realizados com o Torneio revertem como donativos para as obras de recuperação da Delegação. •

### Consultas de Psiquiatria Stress Pós-Traumático

A marcação de consultas de Psiquiatria Stress Pós-Traumático com o Dr. Fernando Pereira efectua-se através do telefone 244 83 725 (Cruz Vermelha de Leiria). •

### Informação

Além do horário já existente, 21h00-23h00, todas as segundas-feiras, em que a recepção do Núcleo está à disposição dos associados, a Direcção da Delegação, atendendo à grande dinamização implementada pelos Órgãos daquele Núcleo e tendo como objectivo o maior apoio aos associados, deliberou fazer deslocar o funcionário Manuel Lucas, quinzenalmente, à Sede provisória do Núcleo, na Cruz Vermelha Portuguesa, nas 2ª e 4ª Terças-feiras de cada mês, das 10h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h30.

O calendário para 2001 será o seguinte: Abril - 10 e 24; Maio - 8 e 22; Junho - 12 e 26; Julho - 10 e 24; Agosto - Férias 21; Setembro - 11 Férias; Outubro - 9 e 23; Novembro - 13 e 27; Dezembro - 11 Natal.

As terças-feiras foram escolhidas atendendo a coincidirem com o dia de Mercado Municipal em Leiria, o que faz deslocar muitos associados àquela cidade.

O Núcleo de Leiria apela a que "os associados respondam aos esforços, financeiro da Delegação de Coimbra e físico do funcionário Manuel Lucas, marcando a sua presença." •

## JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupa Interior

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

**Desconto 10% a todos os Associados**  
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779



# Comemorações do 25 de Abril

A Delegação do Porto está já a preparar as comemorações do 25 de Abril. Este ano as iniciativas levadas a cabo pela Delegação integram-se nas Comemorações Populares do XXVII Aniversário do 25 de Abril na cidade do Porto, uma iniciativa que pretende reunir num calendário único todas acções a realizar pelas várias organizações da cidade.

Deste vasto programa, as iniciativas promovidas pela ADFA serão as seguintes:

## Dia 23 de Abril

17h00 - Abertura da Exposição "Museu da Guerra Colonial - Uma história por contar", uma iniciativa da ADFA, Externato Infante D. Henrique (Braga) e da Câmara Municipal de Famalicão.

A exposição estará patente no átrio da Câmara Municipal do Porto, de 23 a 28 de Abril.

## Dia 24 de Abril

18h00 - Apresentação do documentário "Natal de 71" na sala de cinema do Teatro Campo Alegre, com organização do teatro Campo Alegre/ Filmes do Tejo e com o apoio da ADFA e do Cine Clube do Porto (Coprodução RTP/Lapsos Production/Perischope Production/RTBF/Medzzo).

No final do documentário decorrerá um debate com a participação da realizadora Margarida Cardoso e de outros convidados

20h00 - Jantar evocativo do 25 de Abril no refeitório da Delegação do Porto, com a participação de um dos autores do "Cancioneiro do Niassa", João Maria Pinto. Este cancionero cujas origens se situam no norte de Moçambique, é uma compilação de canções de resistência à guerra.

## Dia 25 de Abril

10h00 - Cerimónia de hasteamento de bandeiras nas instalações da Delegação.

10h30 - Disputa do Troféu "Liberdade", entre equipas de deficientes militares de Foot 5 no campo de jogos da Delegação.

## Dia 28 de abril

17h00 - Encerramento da Exposição "Guerra Colonial - Uma história por contar".

Paralelamente a estas iniciativas organizadas pela ADFA decorrerão outras, nomeadamente a inauguração de um obelisco de homenagem aos presos políticos referenciando a casa onde funcionou a PIDE/DGS, uma iniciativa organizada pela Associação 25 de Abril e Câmara Municipal do Porto. Uma outra iniciativa prevista dá por título "Onde está o Cravo?". Esta é uma prova de orientação pela cidade do Porto em que o objectivo é encontrar 12 cravos escondidos e fotografá-los. O resultado desta prova estará patente ao público no dia 1 de Maio no shopping Via Catarina. Estas comemorações culminarão com uma festa popular na Praça da Liberdade. • AV

# 1º Encontro Nacional de Mulheres

Está já em fase de preparação aquele que vai ser o primeiro Encontro Nacional de Mulheres. Uma iniciativa que se espera seja coroada de êxito, à semelhança do que aconteceu no encontro realizado em 99 na Delegação do Porto, que contou com a presença de cerca de 70 mulheres, incluindo viúvas, esposas, mães e filhas de deficientes militares.

Este ano o objectivo é alargar este encontro a nível nacional assim como o número de

participantes. Neste sentido a organização deixa o apelo à participação das mulheres neste encontro. Esta iniciativa terá lugar no próximo dia 26 de Maio no auditório de Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG) e constará do seguinte programa:

9h00 - Concentração nas instalações da Delegação do Porto

9h45 - Partida da Delegação para Arcozelo - Vila Nova de Gaia

10h30 - Sessão de abertura

11h00 - Início dos trabalhos - Debate do Tema "Os Direitos das Viúvas"

- Pensões de Sobrevivência e Pensões de Preço de Sangue"

12h30 - Almoço do refeitório do CRPG

14h15 - Debate:

Voz às mulheres - "Os problemas do quotidiano vividos pelas mulheres que acompanharam ou acompanham o deficiente militar"

17h00 - Encerramento. • AV

## Agenda da Delegação

### 7 de Abril

Reunião de associados na Delegação do Porto

### 12 de Abril

Jantar de associados de Vila do Conde e Póvoa do Varzim

### 24 de Abril

Colóquio na Escola EB2 3 de Eiris - Paços de Ferreira

### 28 de Abril

Reunião dos associados de Vila Real

### 5 de Maio

Reunião dos associados da Delegação do Porto

### 19 de Maio

Encontro Nacional de Mulheres

## Breves da Delegação

### Conhecer o Porto

Fazer uma viagem pela história da invicta é o grande objectivo da iniciativa que a Delegação do Porto pretende levar a cabo no primeiro Domingo de cada mês. Porque o Porto é Capital Europeia da Cultura, a partir do mês de Maio e até Junho, os interessados poderão participar numa visita guiada pelo Porto ficando assim a conhecer o seu passado e suas histórias. Cada uma destas visitas terminará com um almoço num restaurante típico da cidade. Os interessados poderão contactar a Delegação do Porto.

### Assembleia Geral Nacional

Vai ter lugar no próximo dia 21 de Abril a Assembleia Geral Nacional. Neste sentido a

Delegação do Porto está a organizar uma autocarro para os associados interessados em deslocar-se a Lisboa para participar nesta Assembleia. A partida está prevista para as 8 horas nas instalações da Delegação. Os interessados deve inscrever-se na Delegação do Porto.

### Vila do Conde e Póvoa do Varzim

Vai ter lugar no próximo dia 12 de Abril o 7º jantar convívio dos associados de Vila do Conde e Póvoa do Varzim. Este ano o jantar terá lugar no restaurante Aquário II pelas 20 horas. Os associados interessados em participar nesta iniciativa poderão contactar a organização composta pelos associados João Filipe Ramos, Joaquim Soares Sousa, Domingos Duarte e pela Delegação do Porto.

## Passeio Anual da Delegação do Porto

Vai ter lugar de 18 a 24 de Agosto a viagem anual da Delegação do Porto. Este ano o destino é o sul de Espanha. O programa já está definido e consta de seguinte:

1º dia - Porto - Elvas - Zafra - Sevilha

2º dia - Sevilha - Antequera - Granada

3º dia - Granada

4º dia - Granada - Córdoba

5º dia - Córdoba - Zafra - Olivença - Mérida

6º dia - Mérida - Guadalupe - trujillo - Mérida

7º dia - Mérida - Cáceres - Marvão - Porto

Para mais informações ou inscrições os interessados deverão contactar o Serviço de Atendimento da Delegação do Porto

## Reunião de associados

No passado dia três de Março, realizou-se uma reunião de associados na Delegação de Évora, para esclarecimento de questões legislativas, em especial para debater a aplicação do DL 134/97, particularmente no que respeita aos associados da classe de praças.

Estiveram presentes para prestar informações e esclarecimentos o 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes e o jurista António Carreiro.

Segundo informações da Direcção da Delegação, "a reunião decorreu com grande empenhamento, sendo de salientar a necessidade de se encontrar um conjunto de propostas a fazer ao Governo que, de vez, acabem as desigualdades das soluções legislativas e que faça justiça a todos que se deficientaram e vierem a deficientar ao serviço das Forças Armadas."

Durante a reunião foi ainda abordada a questão da contagem de tempo de serviço para efeitos de aposentação, sendo destacado que é urgente que a Direcção Nacional procure junto do Governo uma solução rápida e clara que possa ser aplicada às variadas situações dos associados que estão a atingir a idade da reforma na sua profissão.

No final da reunião foi feito um apelo à participação dos associados na próxima Assembleia Geral Nacional Ordinária, a realizar no próximo dia 21 de Abril.

No mesmo dia teve também lugar uma reunião do Conselho de Delegação, um almoço de confraternização associativa e um Torneio de Sueca.

O Torneio de Sueca decorreu com grande entusiasmo e desportivismo, sendo as três equipas classificadas compostas pelos associados:

Augusto Barreto e Manuel Branco (1ª posição nas classificações), António Carreiro e Alberto Vargas (2º lugar nas classificações) e Agripino Cascalho e Estevão Gato (3º lugar nas classificações), que receberam os respectivos troféus, oferecidos pela Delegação. •

## XXIII Prova de Pesca Desportiva

Em virtude do mau tempo que se fez sentir e às previsões que apontavam para a sua continuação, mantendo inoperantes as margens do rio Mondego para a prática da pesca desportiva, a Delegação de Coimbra e a sua Secção de Pesca anulou a prova marcada para dia 11 de Março para o próximo dia 14 de Junho deste ano, mantendo-se o programa inicial, apenas com a alteração da respectiva data. •

## III Acampamento Nacional do Deficiente

O Núcleo de Leiria, com a estreita colaboração da Delegação de Coimbra, vai realizar nos dias 7, 8, 9 e 10 de Junho de 2001 o III Acampamento Nacional do Deficiente, no Parque Municipal de Campismo da Praia de Pedrogão (Leiria). •

## Jornada associativa

A Delegação da Madeira vai realizar uma jornada associativa na ilha do Porto Santo, de 23 de Julho a 3 de Agosto.

Os associados e familiares ficarão instalados no destacamento do Quartel General/ZMM e para mais informações e respectivas inscrições devem contactar a Delegação ou o telefone 291 765 171. •

## Férias da Delegação

A Delegação da Madeira, encerra para férias de 09 a 12 de Abril.

Para obtenção de qualquer informação de reconhecida importância deverá ser feito contacto através do telefone 291 765 171. •

TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

TODO O TIPO DE ARTES GRÁFICAS

• fotocomposição • offset •  
• montagem • tipografia •



# Delegação de Lisboa em marcha

Conforme foi noticiado no ELO de Março, tiveram início as reuniões descentralizadas com os associados residentes em toda a área da Delegação de Lisboa.

A primeira destas reuniões teve lugar na Escola Prática de Cavalaria de Santarém e destinou-se aos associados residentes nos concelhos de Santarém, Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Benfca do Ribatejo.

A segunda reunião realizou-se na Associação de Fuzileiros no Barreiro e destinou-se aos associados residentes nos concelhos do Barreiro, Montijo e Alcochete.

No dia 17 de Março realizou-se no Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia de Coruche a terceira reunião destinada aos associados residentes nos concelhos de Coruche, Salvaterra de Magos e Benavente.

Além da divulgação no ELO, todas as

reuniões descentralizadas que nos propomos fazer são objecto duma convocatória individual, com a finalidade de personalizar o convite à participação associativa, pretendendo-se, também, com tal facto, contribuir para a criação do espírito de corpo e coesão em torno dos novos núcleos a criar na zona da Delegação de Lisboa.

Nos encontros já realizados até ao fecho da Redacção, e que tiveram lugar em Santarém, Barreiro e Coruche, ficou bem patente o querer dos associados no fortalecimento da Delegação de Lisboa, e por conseguinte, no engrandecimento da ADFA.

Nestas três reuniões foram eleitas as respectivas Comissões Instaladoras que, a partir deste momento, se responsabilizaram pelo funcionamento destas estruturas associativas, que passará, forçosamente, pelo

estreitamento de relações de amizade e companheirismo entre todos os membros do Núcleo.

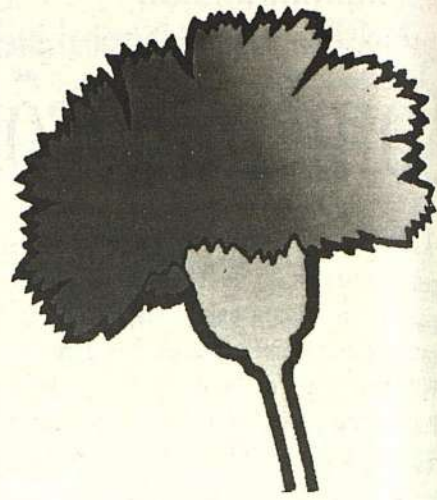
As Comissões Instaladoras destes três núcleos ficaram, assim, constituídas:

Santarém: Joaquim Vieira Rodrigues, associado nº 4392, Lucas Narciso Ribeiro, associado nº 12510 e Miguel João da Silva Centeno, associado nº 3709;

Barreiro: José Lopes, associado nº 12 165, José Moreira Alves, associado nº 801, Joaquim Pereira de Araújo, associado nº 12411, Emídio Alves Ribeiro, associado nº 12410 e João Domingos Ferreira, associado nº 12108.

Coruche: Patrício Manuel Santos, associado nº 1565, Manuel Francisco Pirralho, associado nº 8402 e José Custódio Ferreira, associado nº 7669. •

Manuel Lopes Dias



## 25 de Abril na ADFA

A Direcção Nacional e a Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa vão organizar este ano, conjuntamente, as comemorações do 25 de Abril, o que constituirá um ponto alto da participação associativa, cívica e democrática.

A comemoração do 25 de Abril na Sede da ADFA terá como actividade principal, a realização de um jantar na noite de 24 de Abril pelas 20h00, seguido de animação cultural que entrará pela noite dentro.

Convidaremos uma personalidade ligada ao 25 de Abril e à participação democrática no desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Após o jantar, propriamente dito, a palavra será dada a todos os que se queiram pronunciar sobre esta efeméride que cala fundo em todos os nossos corações.

Esperamos a tua presença e família, para comemorarmos, em conjunto, o fim da Guerra Colonial e o estabelecimento da Democracia, que a todos restituiu o direito sagrado das liberdades cívicas.

Sem o 25 de Abril, a ADFA não teria sido criada e as nossas vidas e dos nossos familiares seriam bem diferentes e, concerteza, mais difíceis e sem os horizontes que, muitos de nós, felizmente, alcançaram.

Participa e tornaremos mais forte a nossa Associação. •

## 27º Aniversário da ADFA

A Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa apela à participação activa dos associados da área nas comemorações do 27º Aniversário da ADFA, que este ano decorrem em Viseu, conforme programa divulgado nesta edição (ver última página).

Os interessados devem indicar a sua vontade de participar até ao dia 23 de Abril designadamente nas celebrações do dia 13 de Maio, Domingo, onde se inclui o almoço convívio, a fim de poder programar-se o transporte para todos. As inscrições podem efectuar-se no Departamento de Animação Cultural, Desporto, Lazer e Associativismo (DACDLA), ou pelo telefone 21 751 2600. •

## Mulheres no CRPG

A Delegação da ADFA no Porto vai realizar um Encontro Nacional de Mulheres, no próximo dia 26 de Maio, nas instalações do CRPG, em Arcozelo, Vila Nova de Gaia, pelo que se apela às associadas e esposas de associados residentes na área de Lisboa para que participem nesta iniciativa.

Para o Encontro, que incluirá almoço e que se pretende participado pelos maridos e outros intervenientes, esperam-se inscrições até ao dia 10 de Maio, a fim de que se providencie o transporte, caso a adesão o justifique. •

# Eleições para a Delegação de Lisboa

Como já é do conhecimento associativo, as eleições para a Delegação de Lisboa vão realizar-se no próximo dia 23 de Junho, num acto que, estamos seguros, constituirá a manifestação mais profunda do querer dos associados residentes na zona de Lisboa, em torno da sua Delegação.

Sabendo que residem na área da Delegação de Lisboa cerca de 4500 associados, apenas 58 por cento têm as suas quotas em dia, o que constitui preocupação para todos nós, já que tal índice representa, sem dúvida, uma grande desmobilização associativa, que teremos que ultrapassar, a curto e médio prazo.

Das reuniões descentralizadas, que vamos tendo, ficamos com a convicção de este desinteresse associativo se deve, em grande parte, ao abandono a que estes associados

foram votados por parte dos Órgãos Directivos Nacionais que nunca tiveram tempo para estabelecer contactos personalizados com os associados dispersos por toda esta área de Lisboa, não sendo, também, alheio a este descontentamento, uma certa ineficácia dos serviços de atendimento, aliados, muitas vezes, a um tratamento despersonalizado, frio e distante.

Com a Delegação de Lisboa, esperamos melhorar e modificar estas condições adversas de modo a restaurar a confiança dos associados na sua ADFA.

O acto eleitoral de 23 de Junho será, para todos nós, um desafio ao nosso descontentamento, na convicção de que aquilo que nós não fizemos, ninguém fará por nós.

No dia 23 de Junho nenhum de nós poderá ficar em casa esperando que a

Delegação de Lisboa nasça sem o seu contributo.

Vamos pensar, desde já, nos associados que melhor poderão assumir as responsabilidades Directivas da Delegação, numa perspectiva criativa, solidária e com ânimo suficiente para mudar as coisas de que não gostamos.

A Delegação de Lisboa está nas nossas mãos e só a nós poderemos pedir responsabilidades pelo seu bom ou mau funcionamento.

Cumpra as tuas obrigações para com a ADFA, nomeadamente, pagando as tuas quotas, para que no dia 23 de Junho possas cumprir o teu dever de associado, participando, conscientemente, no acto eleitoral. •

Manuel Lopes Dias

# Reunião de Associados na Sede

A reunião de Associados na Sede teve lugar no passado dia 16, pelas 18 horas.

No início, Manuel Lopes Dias, da Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa, traçou o quadro dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos por esta comissão e apontou alguns objectivos a atingir, destacando a necessidade dos associados participarem activamente na criação da Delegação e de se criar uma dinâmica de elevado empenhamento a fim de mobilizar todos para as eleições que têm data prevista para o dia 23 de Junho próximo.

Referiu este dirigente que se pretende criar uma frente de atendimento aos associados com várias valências, suportadas por técnicos visando um atendimento que se prescriptive de forma global e mais personalizada e designadamente com apoio jurídico a tempo inteiro.

Informou que já está praticamente concluída a distribuição dos trabalhadores pela Sede e Delegação e que "o pessoal que temos dá para preencher o quadro mínimo da Delegação" que terá a seu cargo as áreas social, de desporto, lazer e cultura, secretaria, apoio jurídico, bar e restaurante, clínica e Adfacar.

Fez ainda questão de lembrar que dos associados da actual área da Sede apenas 58% pagam quotas e que é objectivo essencial

alcançar a meta dos 70% de quotas em dia, para os cerca de 4500 associados que vão pertencer à Delegação de Lisboa.

No que respeita aos futuros órgãos sociais da Delegação defende que é preciso fazer um esforço para encontrar pessoas novas com novas experiências sem anteriores rotinas da vida associativa.

Patuleia Mendes, presidente da DN prestou várias informações aos associados que constam de diversos artigos deste número do ELO, tendo destacado a necessária participação massiva nas comemorações do 27º Aniversário que terão lugar em Viseu.

Relativamente às questões reivindicativas teve especial ênfase o problema das inscrições no IASFA, protagonizada pelo associado Rolando Silva que se tem manifestado à porta do IASFA (ver notícia na página 14). Este associado referiu que "vale a pena o sacrifício de alguns para o benefício da maioria".



FOTO ARQUIVO ADFA

O presidente da DN relatou as diligências já efectuadas e transmitiu a perspectiva da redobrada intervenção para resolver esta questão.

As implicações do DL 134/97, designadamente em relação à classe de praças, foi outro tema ampla e profundamente discutido, tendo Patuleia Mendes informado de como decorrerá a reunião com o Grupo Parlamentar do PS (ver página 20). Neste contexto foi levantada a questão dos custos do eventual diploma a aprovar. •

TE



Hospital Militar Principal

# Novo director toma posse

No dia 28 de Fevereiro decorreu no Hospital Militar Principal (HMP) uma apresentação de cumprimentos ao novo director daquele estabelecimento, coronel médico tirocinado José Carlos Nunes Marques, a que se seguiu, a convite deste, um almoço nas instalações do HMP.

Pela ADFA estiveram presentes Jorge Maurício, presidente da MAGN, Nuno Santa Clara, 1º secretário da DN, e Silvério Rodrigues, coordenador do DRAS. Pelo HMP, além do novo director, estiveram presentes o

tenente coronel médico António Horta, chefe da Clínica de Medicina de Reabilitação do Hospital e o major Cruz, do quadro do HMP.

O encontro decorreu de forma cordial, tendo-se mostrado o novo director conhecedor dos problemas que se põem aos deficientes que recorrem aos hospitais militares, nomeadamente os de idade mais avançada.

Assim, ficou em agenda o estudo de soluções para um melhor acompanhamento dos utentes do HMP, inclusive através de soluções que modifiquem as limitações do

actual quadro legal.

Não pôde deixar de ser referido pela representação da ADFA o reconhecimento do esforço do Hospital na resolução pontual dos casos que vão surgindo e que carecem da solidariedade e compreensão da sua direcção, muito embora ficasse dito que esta disponibilidade tem o seu lado mau, no sentido de que deixa aos poderes constituídos a sensação de "problema resolvido". •

NSC

Desastre da ponte de Entre-os-Rios

# Associação solidária com familiares das vítimas

Perante o trágico acontecimento da queda da ponte que ligava Castelo de Paiva a Entre-os-Rios, a ADFA solidarizou-se com as famílias das vítimas do desastre, em telegrama endereçado no dia seguinte ao primeiro-ministro, cujo conteúdo se transcreve:

"Perante a tragédia ocorrida na Ponte de Entre-os-Rios, a Direcção Nacional da ADFA manifesta a Vossa Excelência, em nome de todos os seus associados, o sentido pesar pelo acidente que enlutou a Nação.

Manifestamos assim, na pessoa de Vossa Excelência a solidariedade mais profunda com o País e, em especial para com as fa-

mílias das vítimas deste dramático acontecimento."

O primeiro-ministro agradeceu as condolências através de mensagem do seu Gabinete.

Sobre os factos que se sucederam, o presidente da DN comentou que "involuntariamente a ADFA viu-se envolvida publicamente na matéria noticiosa correspondente, devido à vontade expressa pelo então presidente do Instituto de Estradas de Portugal, António Martins, que, no momento do seu pedido de demissão, indicou a Associação como destinatária de eventual indemnização a que viesse a ter direito."

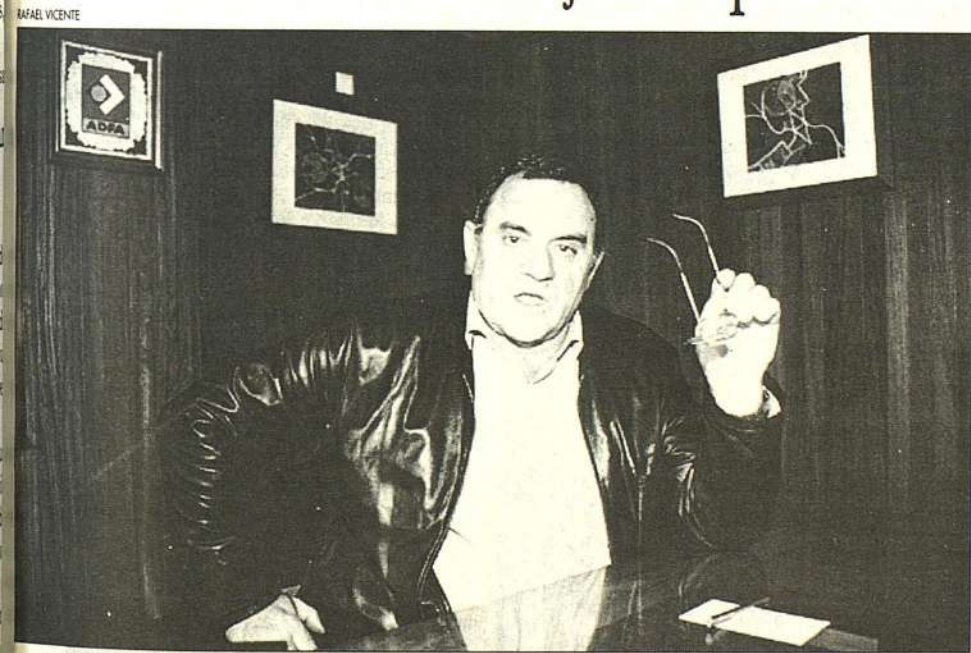
Contactado pelo presidente da DN, António Martins indicou a improbabilidade da recepção de tal indemnização e, perante a pergunta da razão que presidiu àquele acto de solidariedade em relação à nossa Associação, a que ele indicou ter-se recordado dela pelo facto de ter alguns amigos DFA.

"Ressalvando o facto de não ter sido entregue à ADFA qualquer quantitativo, a Associação reitera o seu profundo sentimento solidário para com as famílias das vítimas de um acidente que enlutou Castelo de Paiva e, em boa verdade, toda a comunidade portuguesa", referiu Patuleia Mendes. •

R.V.

Guerra Colonial em documentário

# Novo filme sobre Moçambique



Pedro Éfe já produziu dois documentários sobre a Guerra Colonial

Há algum tempo têm surgido várias obras documentais sobre a temática da Guerra Colonial e, delas se destacam os dois documentários produzidos pela Acetato, empresa dirigida por Pedro Éfe, que encontrou na ADFA uma forma de melhor ilustrar a guerra em Angola e na Guiné.

O fio condutor são os testemunhos dos ex-combatentes que se disponibilizaram para contar as suas experiências de guerra, numa montagem que intercala cenas de guerra dos arquivos militares e depoimentos gravados na ADFA e noutros sítios.

Num balanço sobre os dois documentários já concluídos, Pedro Éfe referiu que deseja "mostrar à sociedade actual que a liberdade

que usufrui é fruto da Guerra Colonial e da Revolução de Abril."

"Os mais novos precisam de ser elucidados para respeitarem os ex-combatentes", afirma, "pois toda uma geração foi destruída, injustamente, na defesa de algo que se pensava ser Portugal", lembra.

O primeiro documentário foi premiado nos Encontros do Cinema Português, em Coimbra, sendo então realizado o segundo sobre a guerra na Guiné (possivelmente, vai passar na RTP nos primeiros dias de Abril).

O produtor aponta já para a produção do próximo documentário sobre a guerra em Moçambique, com o realizador Jorge Queiroga.

"Tenho que agradecer à ADFA e seus diri-

gentes todo o apoio com que conto, uma vez que sempre foi nossa intenção tratar este tema com rigor histórico", refere, destacando que "o Exército e o seu Centro de Audiovisuais também ajudou, não esquecendo a RTP e o protocolo firmado com o Ministério da Cultura".

Pedro Éfe diz-se "orgulhoso por ter apresentado os seus documentários à ADFA" e espera que este trabalho "contribua para preencher uma lacuna na nossa História recente relativamente à Guerra Colonial."

Num projecto "algo limitado na verba e que se apoia muito na disponibilidade dos colaboradores", Pedro Éfe refere ter já cerca de 35 horas de depoimentos e imagens documentais "que dariam para realizar uma obra de outra dimensão e impacto".

"Gostaria de fazer um trabalho ainda mais completo, uma grande homenagem aos ex-combatentes de ambas as partes", comenta. "Deveria ser mais abrangente e seria necessário o apoio financeiro de alguma entidade ou ex-combatente que tenha hipótese de se tornar mecenas de uma obra dessa dimensão", salienta. Um projecto como esse levaria a equipa aos países que outrora foram teatros da Guerra Colonial.

"No documentário sobre Moçambique vamos falar também dos «despojos da guerra», dos hospitais e lares, dos deficientes de guerra", realça, aludindo a que agora "ainda estamos na fase dos contactos com possíveis entrevistados, numa fase de produção, pelo que em breve avançaremos para as filmagens, para a qual contamos também com o apoio desta Associação." •

RV

A Coluna do Zangão

# Avisos à navegação



Victor Sengo

Recentemente fomos surpreendidos (ou não) com a sentença de prisão preventiva do ex-presidente do S. L. Benfica, acusado de diversos crimes de burla.

Em vez de receber um tratamento VIP num estabelecimento prisional, como, quase, a generalidade dos cidadãos, não! Foi obrigado a ficar em sua própria casa.

Tem que custear as suas refeições, lavagem de roupa e mais uma série de despesas que agravam o orçamento familiar, enquanto os outros privilegiados estão a expensas do Estado.

E como se isto não bastasse ainda tem um carro patrulha e vigilância, noite e dia por seis elementos da G.N.R.

É claro que começam a ouvir-se vozes de invejosos que dizem que as autoridades não exercem vigilância mais constante, principalmente junto das instalações escolares, locais de maior apetência, para tráfico de drogas e outros tipos de criminalidade.

Ora bem. Todos nós estamos devidamente informados por quem de direito, que os efectivos são poucos.

Dirão os mal-intencionados: "Contratem mais".

Pois, admitem-se mais elementos e não se tem em linha de conta as inevitáveis consequências que tal medida pode acarretar como, baixar o desemprego e a criminalidade.

Além disso, é nossa obrigação zelar pelo bem estar dos senhores ladrões. Coitados!

Segundo as estatísticas, um em cada quatro lisboetas já foi assaltado e 83% consideram a cidade perigosa.

Ora, se um vereador da edilidade diz que não há motivo para alarme e que a população deve andar nas ruas, é isso que todos devemos fazer.

Se as pessoas não saírem de suas casa, os senhores ladrões, coitados, têm que arriscar muito para assaltarem as residências, com os graves prejuízos que daí podem advir, como, por exemplo, podem sofrer um acidente profissional que os incapacite temporariamente de exercer a profissão. E se sofrerem lesões permanentes, têm que receber subsídios.

O cidadão consciente deve trazer na carteira uma verba considerável que colocará à disposição dos ladrões, e, se por azar, não for assaltado, deve obrigar o profissional do latrocínio a exercer o seu mister de forma exemplar.

O Tribunal de Contas Europeu divulgou ter detectado irregularidades no financiamento e construção da ponte Vasco da Gama.

Em 1998, data da inauguração da ponte, as autoridades portuguesas concluíram "... drenagem insuficiente e resultados negativos de certos testes relativos à resistência de materiais (...)" a abertura ao público pode fazer-se ...

Já começam a dizer que qualquer dia acontece como aconteceu com a de Castelo de Paiva, e outras coisas.

A Vasco da Gama ainda não caiu, portanto não há razão para alarme. Temos é que a utilizar o maior número de vezes, deveria até baixar-se o preço da portagem de forma a incentivar o aumento de utilizadores.

Quando cair, se cair, logo se vê ... e depois sempre há um minuto de silêncio pelas vítimas....

Meus amigos, agora num tom mais sério. Estas considerações são mais uns avisos à navegação, lançados pelo velho barco de queixumes e desilusões que teima em chocar contra o iceberg do poder. •



# "Já não tenho medo de morrer"

Manuel Besouro concordou em contar ao ELO alguns pormenores da doença de que sofre - o stress de guerra, desvendando a mágoa e o terror vividos em cada noite, todos os dias, desde os seus combates em África. A ponta de um "icebergue" de angústias que só deixa espaço para o amor à família e para a esperança na Patrícia Isabel, a sua neta.

Rafael Vicente



Manuel Besouro frequentou as sessões de terapia de grupo da ADFA

A dez metros do guerrilheiro, arma em punho, um pelotão está preparado para o primeiro embate com o inimigo. Disparos. O homem cai fulminado pela chuva de balas dos soldados portugueses. O sangue e o cheiro da morte.

Foi esta a primeira situação de violência de guerra em que o associado Manuel Besouro, então com 21 anos, participou enquanto combatente numa terra que não sentia sua. Foi também este episódio que marcou todos os dias do resto da sua vida.

"Tenho pesadelos com a guerra. Aquele homem persegue-me e eu estou desarmado. Quero defender-me, mas apenas posso fugir." São as marcas de uma entre infinitas noites de terror, no assombro da morte, numa sensação de culpa não redimida. "Ao acordar, vou beber água e lá está ele, a imagem dele, na janela, olhando para mim", lembra com angústia. Mesmo acordado o sonho parece persegui-lo. "Tenho que fazer um grande esforço, por vezes, para conseguir acordar daquele pesadelo terrível", lamenta.

Manuel Besouro nasceu na Chamusca, onde ainda reside e trabalha. Ao fim de seis meses de instrução no RAL 1 e de obter a especialidade como atirador de Infantaria, no dia 21 de Abril de 1971, embarcou para Moçambique, para o distrito de Tete, "onde combati 29 meses".

As recordações magoam, até porque já nos porões do Niassa, enquanto soldado, não tinha direito a banho, a manta para se tapar, "vivía sem quaisquer condições".

Integrou a Companhia 3354 e nos primeiros tempos em África as coisas pareciam pacíficas.

No final de Agosto começaram os problemas. Chamados por um régulo, os militares sofreram a sua primeira experiência com a morte. "Deram-me elogios por termos acabado com a vida daquele homem que, na altura, era nosso inimigo e isso só piorou o que eu sentia", afirma. Foi o ponto de partida para uma viagem sem volta ao horror que domina a mente.

Manuel Besouro recorda outro episódio

em que, com o rebentamento de uma mina, morreram cinco camaradas de armas.

Já como furriel, quando saía em missão era muito exigente com os camaradas e consigo próprio - "no mato diziam que não tinha coração" - e cumpria rigorosamente as instruções recebidas e os preceitos militares. "Tinha medo da disciplina militar."

"Guardar pontes, por vezes a 60 Km do quartel, eram missões em que nos víamos à mercê dos ataques inesperados", lembra e refere que "este era um factor de grande tensão, que hoje entendo como stress".

No fim da comissão, em Setembro de 73, não voltou o mesmo. Casou em Abril de 74 e criou dois filhos, "que aguentaram o meu isolamento, as explosões de raiva, a instabilidade" e que sempre "protegi exageradamente".

"Perdi o interesse pelas coisas mais básicas como fazer a barba, beber e medicava-me nas fases piores", recorda. "Já nem queria sair para férias e irritava-me com muita facilidade".

O associado mantém a sua profissão como carpinteiro, embora de forma limitada e conta com a compreensão dos seus superiores e com a desconfiança de alguns colegas.

"Só comecei a sentir-me melhor depois de descobrir a terapia de grupo na ADFA", afirma. "Uma vez, um médico na Chamusca disse-me que o que eu tenho são «mariquices». Isto revoltou-me gravemente."

"Nunca mais saí da tropa, ainda estou em guerra com eles", afirma, dizendo que já nem vê televisão para não se impressionar com a morte constante "que todos os dias nos entra pela casa dentro".

Recorda ainda que em Maio de 2000, durante a festa da Chamusca, aterrorizou-se com o fogo de artifício e correu a casa toda à procura de uma arma. "Fui encontrado atrás de um sofá, a chorar, abrigado do que me atacava", lembra emocionado.

Acompanhado na sua doença desde 1997, data em que contactou a ADFA, diz dever aos médicos e técnicos da Associação, bem como à terapia de grupo, o facto de conseguir

dominar melhor as suas emoções, porém, com alguns "picos" de tensão, "como no ano passado".

Manuel Besouro sabe que vai ter que viver com o stress de guerra por toda a sua vida e com os outros ex-combatentes, "irmãos, camaradas da terapia de grupo na ADFA", sabe que já não sente qualquer medo da morte.

Toma sete medicamentos por dia, "os pesadelos vêm de noite, mas com menor intensidade", e conta com o apoio incondicional da sua família. "Preferia estar em terapia semanal, mas nesta fase, os encontros são mensais, apesar de me dirigir à Associação várias vezes por mês", refere.

"Já tentei suicidar-me, mas a minha irmã impediu-me", realça. "Perdi os objectivos; o que me prende à vida são os meus filhos, a minha família", avança.

Nos dias sem esperança que tem vivido surgiu recentemente um fio que o liga ao amor e à vida: a sua neta, Patrícia Isabel, com apenas sete meses. A ela dedica-se como avô e como ser humano, num amor difícil de demonstrar.

"Ainda há pouco tempo participei numa acção de formação para jovens que vão ter que lidar com esta doença", refere, lamentando que este tipo de intervenções não seja mais frequente. "A nossa experiência é um exemplo do que marca muitos ex-combatentes", diz.

Manuel Besouro é um homem marcado pela guerra, como há vários que não conseguem ainda entender a doença de que sofrem. A terapia de grupo tem sido a sua "tábua de salvação", bem como a perseverança da família que não o deixa só. "É preciso encontrar camaradas que compreendam e que queiram falar sobre o que vivemos. Só conversando é que podemos encarar os nossos problemas, para sobrevivermos ao medo e à culpa", refere em tom de apelo.



O associado Besouro já não se lembra de ter sido feliz.

Em jeito de despedida e no fim da conversa com o ELO, deixou um exemplo de como vive ainda os anos da guerra colonial. "Todas as vésperas de Todos-os-Santos, a minha refeição é de ovas com cerveja (agora sem álcool), como num dia que me marcou. Depois de comer, esmago a lata com um soco, como fazia com os meus camaradas da tropa. É a minha homenagem para todos eles, que morreram e que vivem todos os dias dentro de mim".

## Castelo Branco Convocatória

A Mesa da Assembleia Geral Nacional, tendo em conta que não se realizaram eleições no passado dia 28 de Outubro para os Órgãos Sociais da delegação de Castelo Branco por falta de listas candidatas com os requisitos estatutários e a deliberação da reunião do Conselho Nacional de 20 de Janeiro último que suspendeu o exercício dos Órgãos Sociais anteriores, vem, ao abrigo dos artigos 25º, a), 23º e 19º, n.º 5 dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocar extraordinariamente a Assembleia Geral Eleitoral de Delegação para o dia 28 de Abril próximo, a funcionar na Sede da Delegação, sita na Rua Dr. Ruivo Godinho, n.º 2, Castelo Branco, das 10h00 às 18h00, a fim de eleger os Órgãos Sociais da Delegação, para o triénio de 2001 a 2003.

A Mesa da Assembleia Geral Nacional  
Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício  
(Presidente)

### Lista de Candidatos

Mesa da Assembleia Geral de Delegação  
Presidente - Manuel dos Santos Marques - Associado n.º 14022  
1º Secretário - António Goulão Amoroso - Associado n.º 3285  
2º Secretário - António Filipe Ginja - Associado n.º 14020

### Direcção de Delegação

Presidente - José Eduardo Garrido Nunes - Associado n.º 1806  
Secretário - Francisco José de Sousa Antunes Carrega - Associado n.º 1844  
Tesoureiro - Abel Barata Fernandes Santos - Associado n.º 11542

### Conselho Fiscal de Delegação

Presidente - Eugénio Baltazar da Costa Branco - Associado n.º 3104  
Relator - João José Mangana dos Santos - Associado n.º 2019

Vogal - José Alves Baptista de Oliveira - Associado n.º 7378

### Conselho de Delegação

José Manuel Martins Ribeiro - Associado n.º 1270  
Joaquim de Jesus Duarte - Associado n.º 4748  
Joaquim Mendes Almeida - Associado n.º 5231

Jorge Manuel Rodrigues Simões Frias - Associado n.º 3608  
João Peixoto Coelho - Associado n.º 12123  
José Fernando Delgado Gonçalves - Associado n.º 3872

Francisco da Silva - Associado n.º 11506

### Programa Eleitoral

Os Órgãos Sociais concorrentes às Eleições locais de 28 Abr. 01 apostam sobretudo na continuidade de Ideias e Trabalho nos 26 a caminho dos 27 anos de vida desta Delegação, assumindo assim a responsabilidade da sua progressão no biénio de 2001-2003.

### Propomos fazer

1 - Manter e fomentar as melhores relações com todos os Órgãos Nacionais, locais e das restantes Delegações.

2 - Dinamizar a Vida Associativa, procurar o associado que se encontra afastado, fazendo-o compreender o erro que está a cometer, conseguindo assim o máximo de actualização de quotas em atraso.

3 - Conviver o máximo com o associado realizando Festas Desportivas, Religiosas e Culturais, unindo assim o associado que cada vez se encontra mais disperso e afastado daquela força gerada pela União, que nos levou a vencer quase todos os obstáculos encontrados na vida associativa.

4 - Continuar com todo o trabalho efectuado ao longo de todos estes anos, embora com os mesmos sacrifícios, que esse trabalho exige a um único trabalhador.

5 - Realizar a Festa de Natal como meio de convívio entre associados e seus familiares, reforçando assim a vida Associativa.

6 - Continuar a manter contactos sempre que possível com as autarquias de toda a área abrangida por esta Delegação, dando-lhe a conhecer os objectivos da ADFA procurando o seu apoio nas nossas iniciativas.

7 - Esta Lista projecta continuar com as Linhas Mestra de actuação que têm ao longo de todos estes 26 a caminho dos 27 anos de trabalho - Servir e procurar o máximo de benefícios para o associado, e sempre com aquela mesma boa força de vontade e a transparência utilizada em todos estes anos.

### Conselho de Delegação

1 - Este Órgão irá contribuir com uma maior intervenção na vida associativa, originando a aproximação dos Órgãos Sociais locais contribuindo pela concretização dos objectivos da ADFA, em especial os desta Delegação, exigindo uma gestão da ADFA com uma maior percentagem para as Delegações, conforme os Estatutos determinam.



# DN em audiência com o presidente da CML



João Soares recebeu a Direcção Nacional da ADFA em audiência

A ADFA foi recebida pelo presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), João Soares, para apresentação de cumprimentos e sensibilização para o projecto da Quinta das Camélias.

Na audiência em que representaram a ADFA o seu presidente, Patuleia Mendes, e o 1º vice-presidente, Artur Vilares, o autarca "demonstrou grande abertura para a nova filosofia que a ADFA defende para aquele

espaço, com perspectiva arquitectural completamente diferente daquela que a ADFA até agora defendia, uma vez que advoga a recuperação dos espaços actualmente existentes, sem construções que contundam com o Plano Director Municipal e a realidade arquitectónica envolvente", referiu o presidente da ADFA, que também referiu que "o projecto tem uma filosofia perfeitamente aberta, com evolução de construção que habilite a área a

apoio aos deficientes militares, mas integrada na participação e envolvimento da comunidade residente na freguesia do Lumiar."

João Soares mostrou-se sensível a esta forma de estar em parceria social com a comunidade, entendendo que "deve ser essa a filosofia a levar por diante pelas organizações não-governamentais na altura em que nada pode ser individualizado ou corporativizado", destacando ainda um projecto onde se pretende que a CML seja entidade piloto, na colocação de pinos referenciadores de estacionamento para deficientes, manobráveis por "chip" próprio atribuído aos respectivos utilizadores, garantindo que apenas os cidadãos portadores de deficiência tenham acesso a esses lugares.

O edil evidenciou ainda a área da Av. Rainha D. Amélia, idealizada como centro privilegiado de implantação deste tipo de sistemas, onde se localizam diversas instituições de deficientes das diversas áreas, indicando que esta pode vir a ser um local de início de tal projecto, que mereceu a sua melhor apreciação.

Está ainda em organização com os serviços da CML uma visita do presidente à Quinta das Camélias e área rodoviária circundante, para que possam pôr-se em prática estes projectos inovadores para a qualidade de vida dos deficientes. •

R.V.

## Programa de Apoio Integrado a Idosos Visita à Sede Nacional

No passado dia 28 de Fevereiro a Direcção Nacional da ADFA recebeu a visita da coordenadora do Programa Integrado de Apoio a Idosos (PAII), Rosa Maria Sampaio, na sequência da reunião com o secretário de Estado adjunto, Rui Cunha, onde o tema da terceira idade lhe foi colocado (com as conclusões do IV Congresso), sendo sugerida pelo governante uma abordagem aos serviços da Secretaria de Estado, a fim de que se comesse a equacionar a implantação de medidas, designadamente a nível do levantamento nacional dos problemas e necessidades dos associados.

A coordenadora do PAII fez-se acompanhar pela sua assessora, Helena Cadete, estando a ADFA representada pelo seu presidente, Patuleia Mendes, e pelo 2º secretário da DN, Capela Gordo, bem como pelo presidente da MAGN, Jorge Maurício, o coordena-

dor do DRAS, Silvério Rodrigues, o representante da Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa, Armando Alves e pelos representantes da Delegação do Porto, Abel Fortuna e José Machado.

Os representantes da ADFA foram informados sobre o apoio a projectos especiais para o desenvolvimento do apoio domiciliário e para a formação, através do Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII).

"Para a continuidade da evolução destes assuntos, o PAII, na pessoa da sua coordenadora, vai colaborar objectivamente com a ADFA, para que se encontre rapidamente um



A coordenadora do PAII reunida com os representantes da ADFA

modelo de inquérito que cubra as necessidades específicas dos associados, de harmonia com as regiões onde se radicam", referiu Patuleia Mendes, salientando ainda que na reunião "foram tratados outros assuntos de interesse associativo, a desenvolver oportunamente." •

R.V.

## Revista de Imprensa



**HISTÓRIAS DA INVASÃO DE GOA**  
"O Algarve" esteve na ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, em Faro, e num trabalho com uma esposa e dois ex-combatentes no antigo Ultramar português, traz a público algumas histórias ainda não contadas sobre o que foi ser mulher de combatente e da invasão de Goa, Damão e Diu pelos indianos.  
O Algarve - 29Fev01

**ACAMPAMENTO DA ADFA PARA DEFICIENTES**  
"O núcleo de Leiria da Associação de Deficientes das Forças Armadas vai dinamizar um "Acampa-

mento de Deficientes", para o qual foram convidados os associados da APD de Leiria."  
Associação APD - Mar01

**A MALÁRIA À LUZ DA GENÉTICA**  
"O genoma do Anopheles gambiae, o mosquito que é o principal vector da malária, vai ser decodificado por uma rede internacional de organismos públicos e privados."  
Diário de Notícias - 07Mar01

**RELACIONAMENTO POLÍTICO-MILITAR**  
"Importa salvaguardar que os esforços para

tornar a instituição militar mais parecida com a sociedade civil não vão ao ponto de tornar igual. É que poderia ficar a faltar às FA a cultura para poderem ter sucesso quando chamadas a envolver-se em operações que comportem riscos de perda de vidas."  
Diário de Notícias - 07Mar01

**DEFICIENTE AGREDIDO NUM BAR**  
"Um jovem queixa-se de ter sido espancado a murro e pontapé por seguranças da discoteca Musicais, em Lisboa. Gerente do espaço nocturno, no Jardim do Tabaco, nega todas as acusações."  
Diário de Notícias - 12Mar01

### Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

#### Albano Pinho Chaves

Associado n.º 1654  
55 anos  
Faleceu no dia 30/01/01



Residia em Válega, concelho de Ovar. Deixa viúva Maria de Almeida Peralta. Serviu no RI 10, em Aveiro.

#### Augusto Mendes

Associado n.º 7894  
86 anos  
Faleceu no dia 26/02/01



Residia na freguesia de Riba de Ave, Vila Nova de Famalicão.

#### Delfim Sousa Roriz

Associado n.º 6684  
60 anos  
Faleceu no dia 21/02/01



Residia em Alfovelos, Amadora. Deixa viúva Maria da Conceição Roriz. Serviu na Guiné, na Companhia 10 de Fuzileiros.

#### Jerónimo Ribeiro

Associado n.º 2681  
55 anos  
Faleceu no dia 19/01/01



Residia em Espadanedo, Cinfães. Deixa viúva Maria de Fátima Silva. Serviu em Angola, no Batalhão de Caçadores 1908.

#### José Manuel Gomes

Associado n.º 9329  
61 anos  
Faleceu no dia 16/02/01



Residia no Barreiro. Deixa viúva Ana Gonçalves Gomes. Serviu na Guiné, no Destacamento de Fuzileiros-10.

#### Josefina Campos Silva

Associada n.º 13708  
52 anos  
Faleceu no dia 09/12/00



Residia na freguesia de Vilarinho das Cambas, Vila Nova de Famalicão.



# Secretário de Estado da Defesa visita a Delegação do Porto e o CRPG



O secretário de Estado visitou os vários departamentos do CRPG

"Há aqui uma ideia inovadora de como fazer integração, formação e reinserção dos cidadãos portadores de deficiência", foram as palavras com que o secretário de Estado da Defesa, Miranda Calha, se dirigiu aos presentes no almoço realizado no Centro de

Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), no dia em que se efectuou a visita do governante à Delegação do Porto e àquele centro de reabilitação.

"Esta parceria e esta integração é uma ideia extremamente interessante que poderá

ser desenvolvida noutras áreas", disse Miranda Calha, referindo-se ao desempenho do CRPG, depois da apresentação feita pelo director do Centro, Jerónimo de Sousa.

A acompanhar a visita estiveram o governador civil do Porto, representantes da autarquia local, o presidente da DN, entre outros representantes dos Órgãos Sociais Nacionais e da Delegação do Porto, da direcção do CRPG e das instituições que participam na sua gestão, bem como a representante do Governo Regional dos Açores e dirigentes da Delegação daquela região autónoma, que levaram ao secretário de Estado a questão das instalações da Quinta da Grotinha, que pode vir a transformar-se num centro de reabilitação como o CRPG.

"Veremos o que pode potenciar-se no sentido do desenvolvimento de outras iniciativas similares", avançou Miranda Calha, garantindo o acompanhamento atento do assunto. "Estes problemas merecem a nossa acção e o nosso esforço conjunto", referiu.

Na passagem pela Delegação do Porto, antes de seguir para o CRPG, o secretário de Estado contactou com a questão do prédio da

rua dos Francos, e pode visitar as actuais instalações da Delegação, falando com os associados e funcionários e tomando conhecimento do trabalho que está a ser ali desenvolvido.

Miranda Calha pode visitar os diversos departamentos do CRPG, passando pela oficina de próteses e pelas áreas em que decorrem acções de formação e referiu que "este trabalho é, em alguns aspectos, pioneiro e interessante para aqueles que possa integrar."

Patuleia Mendes, presidente da DN, congratulou-se com a visita do secretário de Estado, referindo-se ao "exemplo nacional que o CRPG constitui como centro de gestão participada".

O presidente salientou a "importância da transferência de todo este conhecimento para os Açores, que carecem de uma estrutura que leve estas valências àquela região autónoma."

Sobre as instalações da Delegação do Porto, Patuleia Mendes disse acreditar que "sairemos para uma solução agradável para todos", para o desenvolvimento de um "projecto grandioso." •

## Reunião do CNRIPD

# ADFA intervém activamente no debate



A reunião contou com a presença de dois secretários de Estado

O crédito de horas para os dirigentes associativos, os Censos 2001 e a formação profissional dos cidadãos portadores de deficiência, foram alguns dos temas que se destacaram na reunião do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (CNRIPD), no dia 28 de Fevereiro, na Sede Nacional da ADFA, em Lisboa.

O evento já havia sido anunciado na última edição do ELO e contou com a participação de Paulo Pedroso, secretário de

Estado do Emprego e Formação, e de Rui Cunha, secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Patuleia Mendes, presidente da DN e representante da ADFA neste encontro, abordou a questão do crédito de horas, tendo sido bem acolhida por parte do secretário de Estado adjunto e por sugestão da Associação Portuguesa de Deficientes (APD), a criação de um grupo de trabalho que elabore uma proposta legislativa.

Diversos intervenientes falaram do início

do Censos 2001, congratulando-se com o facto de, por iniciativa do CNRIPD, ter sido incluída no inquérito a abordagem dos problemas dos deficientes de hoje, para além da sua quantificação.

Rui Cunha, referiu-se também ao Censos 2001, considerando "fundamental que tenhamos um conhecimento real sobre quantos são os nossos cidadãos portadores de deficiência, quem são, em que condições vivem, qual o seu tipo de deficiência e grau de incapacidade, porque quanto mais objectivamente soubermos sobre a situação dos cidadãos portadores de deficiência, melhor poderemos actuar na sua reabilitação e integração."

A CNOD levantou também a questão que se prende com o facto de, na reunião do Fórum Europeu da Deficiência, em Estocolmo, ter tido conhecimento sobre a realização, no dia dois de Março, do Dia da Inclusão, organizado pelo Instituto para o Desenvolvimento Social do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, "sem que a sua realização tenha sido sequer divulgada junto das instituições de e para deficientes."

Na sua intervenção sobre a nova filosofia que deve envolver a formação profissional vocacionada para deficientes, o secretário de Estado do Emprego e Formação lançou um desafio ao Conselho para que colabore activamente nesta importante valência que tem que ver com o ensino, a formação e o emprego destes cidadãos.

"Estamos a fechar um ciclo em que a formação esteve muito dependente dos apoios comunitários", referiu Paulo Pedroso, salientando que o novo ciclo "cada vez mais será dependente da lógica nacional".

"A nossa intenção é cumprir três princípios: garantir a continuidade dos apoios à formação, continuar a melhorar a eficiência do modo como se usam os recursos com os mesmos recursos conseguiremos chegar a mais pessoas e desafiar as associações a adoptar um novo modelo organizacional nomeadamente baseado na ideia de centros de gestão participada, uma forma reforçada de cooperação que permita às instituições participar na gestão da alocação de recursos e não apenas nos seus próprios recursos."

"A ADFA hoje é parte de um centro protocolar - o CRPG - e o desafio é o de que a experiência iniciada em Gaia, de um modelo que durante algum tempo não teve o melhor enquadramento e que depois foi resolvido possa transformar-se num modelo de gestão em co-responsabilização para toda a formação de cidadãos com deficiência e eu desejo que a ADFA tenha um papel de grande importância nesse trabalho", referiu.

Por decisão do Conselho, as diversas organizações vão apresentar, até final de Abril, os seus trabalhos nesta matéria, os quais ficarão subordinados ao tema "Gestão Participada - Formas de Acção." •

# Novo director do Serviço de Saúde Militar

No dia 26 de Março decorreu a apresentação de cumprimentos ao novo director do Serviço de Saúde do Exército, major-general Bargão dos Santos, tendo a ADFA sido representada pelo presidente da MAGN, Jorge Maurício, presidente da DN, Patuleia Mendes, e 1º secretário, Santa Clara Gomes.

O encontro decorreu da forma mais cordial, tendo a ADFA relembrado a boa compreensão e colaboração de Bargão dos Santos quando director do Hospital Militar Principal, com uma acção que todos os DFA, enquanto utentes do Hospital, muito bem recordam.

Foram referidas algumas preocupações da ADFA quanto à acção da DSS, nomeadamente sobre a celeridade dos processos e ao volume, previsto, de casos de "stress de guerra". O novo director sublinhou que, quanto ao andamento dos processos, a situação é já melhor do que era, e que se fará todo o

possível para manter essa tendência. Quanto ao "stress de guerra", a ADFA esclareceu quais as possibilidades do conjunto de delegações e núcleos como contributo para a Rede Nacional. •



# Relatório de Actividades e Contas da ADFA - 2000

## INTRODUÇÃO

Como estatutária e habitualmente, a Direcção Nacional propõe-se fazer um Relatório de Actividades e apresentação de contas aos associados, necessariamente reduzido, mas que lhes permita inteirarem-se das actividades da ADFA durante o ano 2.000 e orientarem-se na pesquisa de dados mais concretos, se para tal estiverem interessados.

No tocante à vida associativa, o ano de 2.000 foi caracterizado por três eventos considerados capitais: o IV Congresso, as Eleições Nacionais e de Delegações, e a decisão de criação da Delegação de Lisboa

## NACIONAL

### Geral

A nível nacional, para além da normal actividade dos serviços e da vida associativa, descrevem-se sucintamente os factos mais relevantes.

Na área de pessoal, continuaram as acções tendentes a resolver as questões laborais resultantes de alguns despedimentos. É intenção da Direcção entrar em acordo, sempre que viável.

No Património, continuaram as diligências relacionadas com o projecto da Quinta das Camélias, nomeadamente com a resolução do pagamento do terreno. O cerne do problema reside em que as promessas obtidas do MDN não foram passadas a protocolo escrito, obrigando a novas negociações sempre que há alterações no Ministério. Ficou resolvida a situação do prédio da Delegação do Porto, mantendo-se, por falta de fundos, a resolução da sede da Delegação de Coimbra. Também por falta de fundos, não foi possível fazer uma intervenção de fundo no edifício da sede nacional, onde são constantes as infiltrações de águas.

A Tipografia foi objecto de uma grande remodelação, por virtude da obrigação de saída do Anexo, entretanto vendido pelo MDN. Foi encarada inicialmente a hipótese da sua instalação na Quinta das Camélias, que foi afastada por falta de tempo e dificuldades técnicas. Assim, a Tipografia foi instalada numas instalações das Oficinas Gerais de fardamento e equipamento (OGFE) junto ao Campo de Santa Clara. Embora com os acessos muito mais difíceis, as novas instalações são mais desafogadas e com melhores condições.

Ainda não foram resolvidos todos os problemas da Informática, tendo sido dispensado o técnico responsável. Procuram-se novas soluções para este velho problema.

Na FMAC foi realizada a 23ª Assembleia Geral, em Paris, com a presença de um delegado da ADFA. As três propostas de resolução por nós apresentadas, sobre Timor, Sahará Ocidental e Angola, foram aprovadas, em dois casos fundidas com outras propostas.

Na Miraforma, a situação continua a ser de estagnação, em parte devida à situação em Angola. Foi pedida uma reunião de sócios, para esclarecimento da situação.

## SERVIÇOS GOS

Além do das tarefas diárias de apoio aos diversos órgãos Sociais, o GOS desenvolveu as suas tarefas de organização de reuniões, recepção de convidados, manuseamento de correspondência, escrutinação de actas, arquivo, relações públicas, etc.

Salienta-se a organização do IV Congresso, com o anormal volume de correspondência, problemas de hotelaria e material, assim como o acompanhamento dos trabalhos e dos congressistas.

Do mesmo modo, o acto eleitoral constituiu

um aumento de trabalho, tendo o Gabinete cooperado estreitamente com a MAGN em todo o acto, incluindo a cerimónia de tomada de posse com o seu cortejo de entidades externas civis e militares, além dos associados e trabalhadores, e que decorreu da melhor forma.

Foram registadas 4.747 entradas de correspondência e emitidos 422 ofícios.

## DRAS

### Serviço Social

No princípio do ano ocorreu a substituição da Técnica de Serviço Social, o que provocou alguma alteração no serviço, nomeadamente nos registos.

De Maio a Dezembro, foram feitos 497 atendimentos a um total de 117 associados e familiares.

Na área do serviço externo salientam-se as visitas hospitalares (14), domiciliárias (5), a estabelecimentos prisionais, ao Regimento de Transmissões e Anexo

No encaminhamento de situações foram feitos 552 ofícios e 61 comunicações internas.

A equipa de voluntariado efectuou 186 visitas ao HMP e HMBelém.

Ao longo do ano foram fornecidas 259 senhas de refeição, representando 453.600\$00 a associados em situação económica difícil, e concedidos apoios no valor de 1.317.354\$00, dos quais 812.630\$ a um só associado, cuja situação estará em breve resolvida. O total de apoios foi de 1.770.954\$00.

As únicas receitas exteriores foram 10 contos para artigos de higiene e artigos diversos no armazém da CVP, e 500 contos da Gulbenkian para aquisição de cadeiras de rodas, triciclos e adaptações de viaturas.

O serviço esteve presente também em seminários, colóquios e outras actividades, e organizou a festa de Natal.

### Serviços Clínicos

#### Sede

Foram prestados 6.916 actos médicos, distribuídos por 12 valências, com especial incidência na Fisioterapia e Clínica Geral. Este número representa menos 259 que em 1999, o que dá uma quebra de 3,61%.

Houve um forte decréscimo em Psiquiatria (56 para 35) mas aumentou em Psicologia (147 para 156). Em Urologia o decréscimo foi de 95 para 66 (30,53%), e em Medicina Física e Reabilitação de 3.291 para 2.952 (10,3%).

Foram feitas 40 consultas de Psicoterapia de Grupo por dois Especialistas a 5 utentes.

O valor total dos Serviços Clínicos foi de 17.243.016\$00, sendo o valor das taxas cobradas 457.000\$00.

286 actos médicos nas especialidades de Clínica Geral.

#### Porto

Foram prestados 286 actos médicos, distribuídos pelas especialidades de Clínica Geral (166), Psicologia (60), e Psiquiatria (34), estas só a partir de Março.

O valor total das receitas foi de 1.457.600\$00.

#### Famalicão

Os Serviços Clínicos de Famalicão tiveram início em Março, e prestaram 163 actos médicos, distribuídos pelas especialidades de Clínica Geral (157) e Psicologia (6), esta só em Outubro e Novembro.

O valor total das receitas foi de 966.000\$00.

### Departamento de Psicologia

O departamento de Psicologia participou na orientação de trabalhos de investigação na área do PTSD de alunos da faculdade Lusófona, do ISPA e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, e de outras escolas, nomeadamente com um aluno do Curso de Formação de Sargentos da Ota (Força Aérea).

Participou na investigação sobre provas aplicadas a doentes do Hospital Júlio de Matos, e integrou um grupo de trabalho patrocinado pela Pfizer também relacionado com o PTSD. Foram dadas entrevistas à revista Nova, Público e Jornal da RTP 2.

Foram apresentadas comunicações no 1º Congresso Internacional sobre a Guerra Colonial (IDN), na Reunião Científica promovida pelo HMR 2 (Coimbra) e nas Jornadas Médicas do HMP realizadas no IAEM.

Participou activamente na Selecção e Formação de pessoal.

Realizou o levantamento de todos os indivíduos em consulta do "stress de guerra" para apresentação ao MDN, e elaborou o "Plano do Projecto de Stress de Guerra 2000" também para o MDN, com vista à rede nacional de apoio. Também elaborou um projecto a ser realizado em Moçambique em colaboração com a FMAC.

Estabeleceu contactos com várias entidades externas, nomeadamente com a CRINABEL para que fosse esta instituição a cuidar do jardim da Quinta das Camélias.

Na Psicologia Clínica foram feitas 63 consultas de despiste de stress, das quais 6 a sócios e 57 a não-sócios, e outras 3 a 2 sócios e 1 familiar. Contou-se com a colaboração dos estagiários do 5º ano de Psicologia Clínica. Foi dada continuação à terapia de Grupo.

### Formação Profissional

Durante os meses de Janeiro e Fevereiro prosseguiram as acções que vinham do ano anterior. Devido à transição do Quadro Comunitário, houve alguma perturbação, tendo sido disponibilizadas pelo Governo que permitiriam os estágios até 30 de Setembro. Foi necessária a candidatura ao "Projecto Constelação" do IEF, tendo este informado que financiaria os estágios até ao fim do ano, concedendo uma alteração de valores para 35.157.656\$00.

Em Janeiro foi feita a renovação de candidatura para o Instituto para a renovação da Informação (INOFOR), tendo sido aceite em 10 de Abril.

Foi recebida da Integrar em Fevereiro uma verba de 20.081.245, tendo sido já justificadas cerca de metade, estando o restante em acerto.

Em Novembro e Dezembro foram feitos vários projectos para o IEF a executar em 2.001, nas áreas de Electricidade Geral a Frio, Escritório Electrónico e Artes Gráficas-Fotocomposição.

Foram entregues diplomas a formandos entre 1995 e 1998.

## DEPARTAMENTO DE APOIO AOS SÓCIOS

### Gabinete Jurídico

O Gabinete Jurídico continuou a sua missão de apoio na áreas de Advocacia, Consultadoria e Assessoria.

Na Advocacia, salientam-se 102 intervenções em tribunal, 793 consultas, 154 requerimentos, 28 audiências prévias e 36 recursos de anulação interpostos, dos quais 26 julgados procedentes. A isto se junta a análise de 108 Ordens dos três Ramos e 1.059 Diários da República, além de 793 ofícios.

Na Consultadoria, o gabinete interveio através de pareceres e projectos na defesa das posições da ADFA em quatro frentes:

- CNRIPD / SNRIPD / MDN, em diversa legislação, nomeadamente a Lei das Associações de Pessoas Portadoras de Deficiência, e Projecto de Lei sobre Quotas de Emprego

- MDN / CCADFA, em diversas áreas, de que se destaca a Lei do "stress de guerra" e legislação subsequente, contagem de tempo de serviço, Lei de Acidentes de Serviço, Decreto Lei 134/99, Prisioneiros de Guerra, Deficientes da ex-Colónias e definição dos conceitos de serviço e campanha.

- Governo / AR / Grupos Parlamentares e Comissão de Defesa, na discussão do Orçamento do Estado, lei do Serviço Militar, DL 134/99, tempo de serviço e militares da ex-Colónias.

- Provedoria de Justiça sobre o DL 319/84, caso dos "milícias".

Na Assessoria apoiou a Direcção Nacional nos processos da Quinta das Camélias e das instalações da Delegação do Porto e Ponta Delgada, em questões laborais internas e no registo, notariado e finanças.

### Secretaria / Atendimento

Nesta secção foram atendidas diariamente, em média, cerca de 40 pessoas, sendo incontável o número de informações telefónicas. Foram elaborados 1.075 ofícios e 155 requerimentos diversos

O número de sócios inscritos e posteriormente admitidos foi de 269, mais 251 como sócios pendentes.

Foram tratados 82 cartões de deficientes e 43 da GALP FROTA.

Foi cobrado um montante 20.496.595\$00 de quotas, dos quais 8.481.395\$00 na Secretaria, bem como recebidos 1.411.650\$00 de emolumentos e 1.927.000\$00 de participações em apoio Jurídico.

Foi feita a substituição de um jurista e encetada a separação da área nacional da de Lisboa, com vista à futura delegação.

Registaram-se durante o ano problemas na área da informática, nomeadamente no ficheiro de sócios, com os atrasos e custos daí decorrentes. Apesar de ter já sido feita a ligação do GJ à Internet, torna-se necessário melhorar o suporte informático, que será obrigatório na ligação com os tribunais a partir de 01Jan03.

## O ELO

O ELO manteve a sua actividade em modelo associativo, tendo como alvo preferencial os associados. A sua tiragem mensal foi de 9.527 exemplares, tendo ascendido a 10.000 em Agosto e 10.500 em Setembro / Outubro. O número de páginas foi normalmente de 20, com 24 nos meses de Março e Abril. Paralelamente, foi elaborado o ELO Sonoro.

Das suas actividades destacam-se, além da elaboração e distribuição, a elaboração de uma revista interna de imprensa, a recepção e difusão do e-mail, a angariação de publicidade e gestão de assinaturas e ofertas e a cobertura das actividades associativas, com especial destaque para o IV Congresso e o processo eleitoral.

Registou-se uma maior participação das Delegações e de associados, através de cartas e artigos, a par das colunas habituais e da colaboração do Gabinete Jurídico.

Foram recebidas 863 cartas e ofícios e expedidos 358. Em e-mail, foram recebidos 343 mensagens para o ELO e 580 para o GOS (apenas desde 5 de Março)

Os jornais enviados para os associados rondam os 8.000, a que se juntam cerca de 1.300 de ofertas. Há 288 assinantes externos, representando 350.500\$00/ano.

Registaram-se problemas de software, que recomendam a aquisição de um novo monitor Macintosh. Seria de adquirir também uma máquina fotográfica digital, que com a economia de papel e de tempo estaria paga em meses. Foi adquirido um scanner que possibilitou a digitalização de fotografias a partir de Outubro. De resto, o parque informático ressentia-se de velhice e falta de potência, com os inevitáveis atrasos na execução.

O ELO continua a funcionar com um editor / jornalista, uma funcionária administrativa, uma jornalista no Porto, em tempo parcial, e um fotógrafo. Semanalmente fazem-se reuniões de redacção, com a presença de todos, do Director do jornal e do elemento da DN de ligação com o ELO.

O jornal é feito com a colaboração do



# RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 2000

grafista João Barradas, o apoio da nossa Tipografia na montagem dos planos, sendo impresso na Imprejornal, o que resultou numa economia mensal de 50 contos. Periodicamente, são feitas consultas ao mercado. A dobragem e etiquetagem são feitas pelo associado João Mendes.

O montante realizado em publicidade foi de 2.568.525\$00, dos quais 890.391\$00 em dívida em 31 de Dezembro.

## SERVIÇO DE PATRIMÓNIO

Foram feitas beneficiações no edifício da sede de que se destacam o arranjo de gabinetes no DAS, do espaço da telefonista e alteradas algumas divisórias. Foram adquiridas mesas de jogos e cadeiras para a sala junto ao Bar.

Foi rescindido o contrato com a empresa Grupo 8 e contratada a MRG para a segurança do edifício. Foram também instaladas 4 câmaras de vídeo

No edifício da Quinta das Camélias verificaram-se infiltrações de água e humidade, que recomendam uma intervenção de fundo, quando o tempo o permitir. Foi removido um pavimento de tacos de madeira e substituído por mosaico, melhor adaptado às condições do edifício. A segurança passou a ser assegurada pela firma NADIFIL, em parceria com a UNIVERSITAS, com 50% para cada entidade.

No tocante a transportes, as alterações dizem respeito à cedência da NISSAN VANETTE a Bragança, da aquisição da FIAT DUCATO e do estado do FIAT UNO, que está inoperacional. Foram percorridos no total 68.090 Km.

## Restaurante - Bar

Dos dados respeitantes ao Restaurante / Bar só estão trabalhados os correspondentes aos meses de Maio a Dezembro.

Nestes meses foram servidas no restaurante 8.743 refeições, das quais 856 referentes a eventos pagos.

Neste período registaram-se cerca de 55 eventos extraordinários, desde refeições ligeiras para apoio a reuniões dos órgãos regionais até actos de representação, como os "Porto de Honra" ou almoços para entidades externas.

As receitas mensais do restaurante oscilaram entre os 1.061 contos em Junho e os 1.310 contos em Novembro. Quanto ao Bar, as receitas mensais oscilaram entre 566 contos em Setembro e 740 contos em Maio.

Alojamentos (Quinta das Camélias)

Quanto aos alojamentos da Quinta das Camélias, só é possível divulgar dados trabalhados a partir do mês de Maio. Os alojamentos têm tido uma ocupação elevada, perto da saturação. No final do ano, havia 15

residentes, sendo 9 estudantes e 6 sócios de Famalicão. Embora os alojamentos estejam dotados do indispensável, há faltas a nível de roupas de cama, toalhas e tapetes.

De Maio a Dezembro foram recebidos 2.879.900\$00, a que corresponde uma média mensal de cerca de 360 contos.

## ADFACAR

A ADFACAR continuou a sua actividade no apoio aos associados na aquisição de viaturas novas com isenção de impostos, nos termos da legislação sobre deficientes, incluindo a organização dos processos, a sua entrega na Alfândega e levantamento das isenções.

Organizou e tratou também dos processos destinados à obtenção de dísticos de identificação na Direcção de Viação para estacionamento reservado. Tratou também da renovação de cartas de condução e de outros documentos.

Todos estes apoios se fazem sem encargos para os associados.

Como resultado da sua actividade, foi tratada a aquisição de 60 viaturas, com um resultado para a ADFA de 6.343.931\$00, correspondendo a 49,516%, sendo os restantes 50, 484% entregues aos sócios como desconto.

Paralelamente, foi angariada publicidade para o ELO no valor de cerca de 1.177 contos.

## Biblioteca

A Biblioteca da ADFA que contém, além dos habituais livros e revistas, um conjunto importante de documentação sonora e audiovisual, cartazes, fotografias, pinturas e outros que são testemunhos e lembranças das sequelas da Guerra Colonial. O trabalho da encarregada divide-se assim entre "bibliotecária" e "conservadora de museologia", tarefas que têm vindo a ser efectivamente desempenhadas desde o mês de Março, embora em tempo parcial mas com resultados visíveis.

A organização foi desde a simples limpeza ao registo, indexação, classificação, arrumação, etiquetagem e outras tarefas destinadas a transformar a Biblioteca em algo de organizado e operante, em vez de um depósito de papel velho. O número de obras tratadas rondou as setecentas. Este trabalho foi informatizado através do programa Porbase 4, facilitando a pesquisa e consulta, o que constitui uma mais valia para a ADFA, em termos de apoio a trabalhos académicos.

Foram também feitas pesquisas externas, nomeadamente via Internet, e na Biblioteca Nacional.

O número total de obras entradas foi de 623, com especial incidência nos periódicos (324) e monografias (43). Foram transferidos 103

documentos da DN e 422 do ELO.

A Biblioteca teve um custo de 937 contos, dos quais 928 de honorários.

## DACDLA

Este Departamento continuou a sua acção, tendo desenvolvido a sua actividade em variadas áreas, quer a nível do associativismo, quer do desporto e ocupação de tempos livres, quer ainda em diversas comemorações.

Foram promovidas iniciativas a partir da Sede Nacional e das Delegações de Ponta Delgada, Bragança, Setúbal Viseu, Famalicão, Porto e núcleos de Peniche e Alcobaça.

Salientam-se o Encontro de Mulheres de Deficientes e o 2º Encontro de Mulheres, pelo inovador da iniciativa.

Essencial para todos estes programas foi a ligação com as delegações e núcleos, e entidades externas, como o SNR e outras que patrocinaram das actividades, que mais não fosse pela oferta de prémios.

## DELEGAÇÕES

### BRAGANÇA

A Delegação de Bragança garantiu ao longo do ano o atendimento aos associados e familiares, nomeadamente através da sua secção de artigos ortopédicos que, além do interesse económico, dá visibilidade à Associação em todo o distrito.

Fez-se representar em toda a actividade associativa, nomeadamente nos aniversários das delegações de Coimbra, Famalicão, Porto, Viseu e Nacional.

Esteve presente nos funerais dos sócios falecidos, dando apoio moral e mesmo material aos familiares.

Organizou o seu aniversário na cidade de Mirandela, o que constituiu um momento alto, pela incidência que teve a nível local e regional, sendo de salientar o apoio recebido da Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente.

Salienta-se a evolução da sua situação financeira, com um resultado líquido do exercício positivo de 628 contos.

### COIMBRA

A grande aposta da delegação foi a nova Sede, tendo sido completada a transferência de todos os serviços, sendo de salientar a melhoria dos acessos em relação à anterior.

O programa de actividades de Dinamização e desporto foi quase integralmente cumprido, com realce para as provas de pesca.

O Núcleo de Leiria manifestou grande actividade e iniciativa, organizando nomeadamente o almoço de Natal.

A delegação esteve presente em todas as actividades associativas, com excepção das comemorações de Viseu e do Porto, por dificuldades financeiras.

Passaram pela delegação 4.863 utentes, expediram-se 4.728 ofícios e foram recebidos 1.637. Estavam pendentes 949 processos. Na ADME foram passados 335 cheques respeitantes a 5.949.020\$00 de participações.

Por virtude dos encargos com a nova sede a Delegação tem um passivo elevado (3.599 contos).

## ÉVORA

A Delegação de Évora continuou a manter operacionalidade dos serviços, apesar de alguns problemas derivados do estado da sede, carecer de obras de beneficiação. Põe-se problema do acesso à sala contígua ao refeitório, que é sobrelevada.

Registou-se um aumento significativo da cobrança de quotas, devido à recuperação de atrasados e à regularização de novos associados. Por outro lado, houve despesas extraordinárias com a homenagem ao Coronel Teixeira Gil. Essa homenagem foi prestada junto à sua sepultura e contou com a presença de muitos associados, familiares e amigos, das Associações 25 de Abril e de Comandos, além das mais altas autoridades civis de Évora. Na ocasião, o Presidente da Câmara informou que seria dado o nome do Coronel Gil a um arruamento da cidade.

Além dos funcionários da Secretaria e limpeza (esta em tempo parcial), o atendimento aos sócios melhorou com a colocação pelo IEF do associado João Nobre na Delegação. Houve um aumento acentuado de processos relacionados com o "stress de guerra".

As eleições para os órgãos sociais da Delegação tiveram especial relevância, já que representou uma renovação dos seus elementos, o que significa o empenhamento de outros associados na sua gestão.

A Festa de Natal decorreu em Montemor Novo, com grande participação de associados, familiares e amigos, tendo aumentado a despesa com a aquisição de prendas para filhos e netos.

A situação financeira é estável, mesmo tendo em conta o atraso no pagamento dos duodécimos e dos cartões GALP, decorrentes das dificuldades da Sede Nacional.

## FAMALICÃO

A Delegação de Famalicão realizou comemorações do seu 26º aniversário no Regimento de Cavalaria nº 6, em Braga, o que teve um impacto maior, tendo reunido mais de 200 pessoas, entre associados, familiares, amigos e convidados.

A Festa de Natal decorreu em Joane, com exibição de uma peça de teatro, tendo reunido cerca de 250 pessoas, em que o número de netos vai aumentando... Foram dadas prendas a mais de 160 crianças.

Foi dado ênfase ao Museu da Guerra Colonial e a várias actividades com elas relacionadas, nomeadamente um curso na Universidade do Porto sobre a Guerra Colonial que incluiu uma visita guiada ao Museu, além de visitas de escolas. Foi também levada a Mirandela a exposição "Guerra colonial, uma História por Contar".

Iráo em breve ser aprovados os Estatutos do Museu, que terá como Associados Fundadores a ADFA, a Alfacoop e Câmara Municipal. Está garantido o fornecimento de uma viatura blindada Panhard AML e diverso equipamento. A colecção deverá ser completada com mais viaturas, armamento e material de transmissão.

Foram inauguradas as novas instalações do núcleo de Guimarães, espera-se conseguir também para Braga.

Foram feitos acordos de prestação de serviços e tratado com a Câmara a colocação das placas de "Grandes Deficientes".

A Delegação participou em todas as actividades associativas, quer nas instituições como a AGN em Viseu ou o IV Congresso, quer nas eleições, descentralizadas por Núcleos, quer ainda em convívios.

A Delegação passou a contar com duas funcionárias a tempo inteiro, justificadas por

## ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Un. contos) SEDE

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2000	1999	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	2000	1999
61	Custo das Mercadorias Vendidas	15.082	14.502	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	46.423	52.034
		15.082	14.502			46.423	52.034
62	Fornecimentos e Serviços Externos	133.371	134.696				
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	75.349	74.447	73	Proveitos Suplementares	1.235	328
645	Encargos Sociais	12.610	12.415	74	Subsídios à Exploração	120.200	162.167
				76	Outros Proveitos Operacionais	56.154	62.105
		221.330	221.558		Quotização	20.497	20.688
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	25.957	24.034			198.086	245.288
67	Provisões		0				
		25.957	24.034	78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
					Outros Juros e Proveitos Similares	1.110	1.402
63	Impostos	52	100			1.110	1.402
65	Outros Custos Operacionais	16.326	9.417				
	Dotações às Delegações	19.576	18.067				
		35.954	27.584	79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	12.567	2.230
68	Custos Financeiros						
	Juros de Serviços Bancários	612	630				
		612	630				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	1.257	2.156				
88	Resultado Líquido do Exercício	(42.006)	10.490				
	<b>TOTAL DO DÉBITO</b>	<b>258.186</b>	<b>300.954</b>		<b>TOTAL DO CRÉDITO</b>	<b>238.186</b>	<b>300.954</b>



# RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 2000

## ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS BALANÇO—SEDE (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	2000			1999	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2000 PASSIVO LÍQUIDO	1999 LÍQUIDO
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LÍQUIDO					
	<b>IMOBILIZADO</b>						<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	Imobilizações Financeiras	600		600	600				
411	Partes de Capital	600	0	600	600				
	Imobilizações Corpóreas								
422	Edifícios e Outras Construções	578.741	58.503	520.238	531.813	571	Reservas	628.316	631.908
423	Equipamento Básico	19.099	19.099	0	1.692				
424	Equipamento de Transporte	6.808	6.336	472	522				
425	Ferramentas e Utensílios	1.884	1.777	107	0	59	Resultados Transitados	10.490	1.403
426	Equipamento Administrativo	85.560	56.362	29.198	34.928			638.806	633.311
429	Outras Imobilizações Corpóreas	9.790	8.892	898	1.994				
441	Imobilizações em Curso	33.090	0	33.090	31.211	88	Resultado Líquido do Exercício	(42.006)	10.490
		735.572	150.969	584.603	602.760		Total do Capital Próprio	596.800	643.801
	<b>CIRCULANTE</b>								
31	Existências	0		0					
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	481		481	368		<b>PASSIVO</b>		
35	Produtos e Trabalhos em Curso						<b>PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>		0
33	Produtos Acabados e Intermediários					293			
	Mercadorias	942		942	760		<b>DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO</b>		
		1.423		1.423	1.128		Dívidas a Instituições de Crédito	247	435
	<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO</b>					231/12	Fornecedores-c/Corrente	13.443	19.094
						221	Estado e Outros Entes Públicos	3.213	3.856
211	Cientes-c/Corrente	3.575		3.575	2.388	24	Delegações	2.240	2.328
24	Estado e Outros Entes Públicos			0	0	268	Centros Produtivos	12.571	20.122
268	Centros Produtivos			0	0	268/211	Outros Credores	50.044	87.349
268	Delegações	3.704		3.704	5.592			81.758	133.184
268	Outros Devedores	26.561		26.561	76.844		<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
		33.840		33.840	84.824		Acréscimos de Custos	3.374	2.110
	<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>					273	Receitas com Provento Diferido	3.374	2.110
159	Outros Títulos Negociáveis					274			
12+13+14	Depósitos Bancários	49.547		49.547	65.822		Total do Passivo	85.132	135.294
11	Caixa	958		958	516				
		50.505		50.505	66.338				
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>								
271	Acréscimos de Proveitos	6.892		6.892	13.672				
272	Despesas com Custo Diferido	4.669		4.669	10.373				
	<b>Total do Activo</b>	<b>832.901</b>	<b>150.969</b>	<b>681.932</b>	<b>779.095</b>		<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>681.932</b>	<b>779.095</b>

volume de trabalho decorrente dos vários acordos de prestação de serviços, trabalho associativo, apoio aos Núcleos e visitas ao Museu

O balanço final do ano deu um saldo final positivo de 380 contos, para o que contribuíram dois subsídios, um de 100 contos do Governo Civil e outro de 500 contos da Câmara, destinados ao Museu. As cobranças de quotas cresceram 13%.

### FARO

A Delegação de Faro manteve o seu nível de funcionamento interno e de relacionamento externo com as autoridades regionais.

Foi dado andamento aos requerimentos e ofícios respeitantes aos associados, mantendo-se a delegação empenhada na resolução dos grandes problemas dos deficientes militares.

Foi feita a comemoração do aniversário da Delegação na Messe de Lagos, com a presença de representantes da Direcção Nacional e das Delegações de Viseu, Bragança e Famalicão e associados de vários pontos.

A Delegação teve participação num Seminário na Universidade do Algarve, respondendo a um convite do SNR e a expensas suas.

### FUNCHAL

A Delegação esteve empenhada nas várias frentes da reivindicação das correcções das injustiças que se foram criando.

Foi estabelecido um protocolo com a Porto Santo Line para a concessão de desconto nas viagens, de 50% até 31/3 e de 10%, que se pretende renovar em 2001. A TAP tem concedido 50% nas suas linhas de cabotagem.

Foi dada continuação ao apoio aos associados quanto a renovação de cartões, participações da ADME e do IASFA, cartões GALP, elaboração de processos e novos associados.

Participou em toda a actividade associativa, tendo feito a sua festa de Natal no Funchal, com a participação de 152 associados e famílias.

O ano de 2.000 terminou com um resultado positivo de 149 contos.

### PONTA DELGADA

A vida associativa da delegação de Ponta Delgada atravessou alguns momentos de instabilidade, culminando com a apresentação

das duas listas às eleições dos corpos sociais, situação esta ultrapassada após o acto eleitoral.

Foram mantidas reuniões com autoridades regionais civis e militares, nomeadamente o Presidente e outro membros do Governo Regional, bem como com os Comando Operacional e Comando Militar dos Açores, além de outras entidades, como a SATA.

Não foi possível realizar o tradicional convívio de Natal, devido às excepcionais condições já referidas, que determinaram falta de tempo.

Os serviços administrativos elaboraram 220 ofícios, 55 cartas, 400 circulares, 130 cartões e 20 novos processos, além da resolução de outros casos.

Quanto às obras na sede, foi apresentado ao Governo Regional o projecto de especialidades, que custou 90 contos, bem como o projecto do elevador.

Mantém-se o interesse no "Projecto Grotinha", decorrendo negociações no âmbito dos gabinetes.

Foi conseguido desconto nos transportes marítimos da Açorline, aguardando-se a decisão final do concurso da SATA para os transportes aéreos; de momento só há o desconto de residentes e para deficientes com mais de 60%.

A situação financeira apresentou um saldo positivo de cerca de 5.600 contos, sendo de referir, no exercício de 2000, um resultado positivo de cerca de 733 contos.

### PORTO

A Delegação do Porto contou com aumento de associados de 2.467 para 2.504, salientando-se a entrada de 53 admitidos. Existiam 1.392 processos de ex-militares pendentes, dos quais 194 inscritos em 2000. Foram despatchadas 35 isenções de quotas.

O movimento do atendimento aos associados foi elevado, dando-se como exemplo mais de 180 requerimentos, mais de 600 renovações de cartão e outros tantos cartões GALP; mais de 800 renovações de cartões das ADMs, tendo sido registados 779 movimentos, no valor de mais de 18.000 contos.

Foram adquiridas 9 viaturas, com um proveito de 530 contos.

O apoio jurídico decorreu em articulação com gabinete Jurídico da Sede, tendo apoiado pontualmente as Delegações de Bragança e de

Famalicão, estimando-se o número de consultas jurídicas em cerca de 130. O total de peças processuais, requerimentos e outros foi superior a uma centena.

Realizaram-se cerca de 300 actos de apoio social, com especial incidência no acompanhamento de consultas específicas para DFAs.

No serviço de apoio médico, Psicológico e social, num total de 7423 consultas salientam-se 290 de despiste de "stress de guerra", 92 de psiquiatria, 183 de clínica geral e 83 de avaliação de serviço social. A psicóloga

frequentou um estágio de PPST no HMR nº1, estando a dar consultas também em Famalicão. Frequentou também, com a Técnica de Serviço Social, um curso de formação de terapia comportamental no Hospital Júlio de Matos (Lisboa), participado pela delegação, e ainda outros trabalhos em Coimbra e Lisboa.

O Centro de Actividades Ocupacionais funcionou em áreas tão diversificadas como artes plásticas, jardinagem, actividades culturais e educação física, com o acompanhamento de monitores. O acréscimo de encargos

## CICLOTURISMO

### 25 DE ABRIL DE 2001

#### ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS 27.º ANIVERSÁRIO

#### 1.ª ETAPA

Partida da Sede da ADFA às 9.00 horas, com passagem por várias artérias da cidade até ao Parque das Nações junto à Torre Vasco da Gama (paragem de 20 minutos).

#### 2.ª ETAPA

A caravana ciclista, retoma a prva percorrendo outras artérias da cidade, com final na Sede da ADFA.

#### Prémios:

Taças às Equipas formadas no mínimo com 5 atletas  
Prémios e lembranças de participação

#### Contactos:

Federação Portuguesa de Ciclismo - Tel.: 21 315 60 86 • Fax: 21 356 12 53

ADFA - Secção de Desporto (Farinho Lopes) - Tel.: 21 751 26 00

Inscrições grátis



# RELATORIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DA ADFA - 2000

## ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS BALANÇO—TIPOGRAFIA (Un.contos)

CÓDIGOS DAS CONTAS	ACTIVO	2000			1999	CÓDIGOS DAS CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2000 PASSIVO LÍQUIDO	1999 LÍQUIDO
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROVIS.	LÍQUIDO					
	<b>IMOBILIZADO</b>						<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	Imobilizações Corpóreas						Reservas		
422	Edifícios e Outras Construções					575	Subsídios		
423	Equipamento Básico	72.024	64.158	7.506	12.044				
424	Equipamento de Transporte	4.962	1.876	3.086	931				
425	Ferramentas e Utensílios					574	Reservas Livres		
426	Equipamento Administrativo	2.872	713	2.159	2.189	573	Reservas	84.221	72.360
429	Outras Imobilizações Corpóreas					59	Resultados Transitados	(3.492)	11.860
441/6	Imobilizações em Curso	14.540		14.540	13.940			80.729	84.220
		94.398	67.107	27.291	29.104				
							Resultado Líquido do Exercício	(11.711)	(3.492)
	<b>CIRCULANTE</b>						Total do Capital Próprio	69.018	80.728
	Existências								
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	2.122		2.122	2.539				
35	Produtos e Trabalhos em Curso	1.871		1.871	1.378				
33	Produtos Acabados e Intermédios				0	293	<b>PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>		
		3.993		3.993	3.917		<b>DÍVIDAS A TERCEIROS-CURTO PRAZO</b>		
						221	Fornecedores-c/Corrente	12.116	15.593
	<b>DIVIDAS DE TERCEIROS CURTO PRAZO</b>					24	Estado e Outros Entes Públicos	2.422	2.288
211	Clientes-c/Corrente	46.174	6.658	40.056	44.062	268	Outros Cretores	3.535	9.803
24	Estado e Outros Entes Públicos								
268	Outros Devedores	12.663		12.663	20.214			18.073	27.984
		59.377	6.658	52.719	64.276		<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
						273	Acréscimos de Custos	3.565	4.298
							Total do Passivo	21.638	31.982
12+13+14	Depósitos Bancários	6.476		6.476	15.093				
11	Caixa	106		106	320				
		6.582		6.582	15.413				
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>								
272	Custos Diferidos	71		71					
	<b>Total do Activo</b>	<b>164.421</b>	<b>73.765</b>	<b>90.656</b>	<b>112.710</b>		<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>90.656</b>	<b>112.710</b>

## ADFA - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (Un. contos) TIPOGRAFIA

CÓDIGOS DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	2000	1999	CÓDIGOS DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	1998	1997
61	Custo das Mercadorias Vendidas	28.569	35.350	71	Vendas de Mercadorias		
				72	Prestação de Serviços	96.423	110.900
		28.569	35.350		Variação da Produção	(493)	(961)
62	Fornecimentos e Serviços Externos	29.084	25.454			<b>95.930</b>	<b>109.939</b>
	Custos com o Pessoal						
642	Remunerações	22.638	28.431	73	Proveitos Suplementares		
645	Encargos Sociais	5.415	4.671	74	Subsídios à Exploração		
				76	Outros Proveitos Operacionais		
		57.137	58.556				
66	Amortizações do Imobilizado Corpóreo	5.431	6.149				
67	Provisões	0	0				
		5.431	6.149				
				78	Proveitos e Ganhos Financeiros		
63	Impostos	0	0		Outros Juros e Proveitos Similares	229	895
65	Outros Custos Operacionais	16.636	16.000			229	895
		16.636	16.000				
				79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	0	1.814
68	<b>Custos Financeiros</b>						
	Juros e Custos Similares	77	85				
		77	85				
69	Custos e Perdas Extraordinárias	20	0				
88	Resultado Líquido do Exercício	(11.711)	(3.492)				
	<b>TOTAL DO DÉBITO</b>	<b>96.159</b>	<b>112.648</b>		<b>TOTAL DO CRÉDITO</b>	<b>96.159</b>	<b>112.648</b>

foi suportado pela Delegação.

Na vida associativa foi continuada a prática de descentralização, com um total de 756 reuniões em 13 localidades diferentes. Na área do convívio, destacam-se o jantar de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, o almoço de Paredes / Paços de Ferreira, o S. João, o pic-nic da Régua, a viagem aos "Picos da Europa" e o 26º aniversário de 25 de Abril. No 26º aniversário da Delegação foi feita uma exposição dos trabalhos do CAO e um jantar comemorativo, com a presença de 150 participantes, entre os quais o Presidente da MAGN, a DN, representantes das delegações de Bragança, Famalicão e Viseu e da CM de Gondomar. Esta comemoração estendeu-se depois por Arouca, Santa Maria da Feira, Vila

Real, Chaves e Viana do Castelo.

Na comemoração do 26º aniversário nacional estiveram em Lagos cerca de 80 associados e familiares

Foram mantidas as boas relações com a CM do Porto e outras autarquias, com troca de informação nas áreas de Desporto e Qualidade de Vida. Destaca-se também o relacionamento com as corporações de bombeiros.

O relacionamento com as entidades militares ultrapassou o meramente institucional, sendo de realçar as questões na área de saúde (HMR 1 e ADME / CGF) e o apoio do Regimento de Engenharia de Espinho na pavimentação da Delegação.

Quanto à cooperação com outras entidades, salienta-se a passagem da "Chama da Amizade"

pelo Porto e a participação no "Dia Internacional da Informação".

O património da Delegação foi enriquecido com bens no valor total de 2.147.259\$00. O restaurante serviu 14.029 refeições. O total de correspondência processada foi de 15.227 entradas e 1.054 saídas.

Do ponto de vista financeiro, o resultado do exercício foi de 650 contos.

### SETÚBAL

A Delegação de Setúbal funcionou com a normalidade possível, tendo a limitação de o seu funcionário estar a prestar serviço em acumulação com a Sede Nacional. Ainda assim, o seu vencimento e encargos sociais representam o maior encargo da Delegação.

Foi feito um investimento de 360 contos num Gabinete Médico, cuja procura tem ficado aquém das expectativas.

A Delegação participou em todas as actividades associativas, com especial relevo para a organização da tradicional "sardinhada", com projecção nacional.

Foi organizada uma viagem a Mérida (Espanha), com associados e familiares, que se saldou por um êxito, tendo agradado a todos os participantes.

A Delegação associou-se à Liga dos Combatentes nas comemorações dos Dias do Combatente (9 de Abril) e do Armistício (11 de Novembro), bem como no Dia de Finados, com deposição de coroas de flores.

A situação financeira da delegação é equilibrada, salientando-se não ter sido recebida da Sede uma verba de 370 contos do SNRIPD.

### VISEU

A Delegação de Viseu continuou o debate associativo e a elaboração de projectos para três objectivos que considera essenciais: apoio à terceira idade, nas áreas social, de saúde, cultural e familiar; a aquisição de sede própria e de uma carrinha; e a participação na erecção do Monumento aos Combatentes da Guerra do Ultramar.

Da sua actividade salienta-se a sua presença em toda a vida associativa, com destaque para os aniversários da ADFA e da Delegação, este com um encontro convívio em 2 de Dezembro, e a visita ao Museu da Guerra Colonial em Famalicão.

Na área do desporto é de referir a prova de cicloturismo da Cova da Beira, na zona da Serra da Estrela, e o futebol de salão.

Foi mantido o contacto e a colaboração permanentes com o Núcleo da Guarda, que se podem classificar de exemplares.

Na área dos serviços, é de realçar a reabertura de 83 processos e a conclusão de 11. Foi providenciada a feitura de 456 cartões ADME, e 58 de identificação militar; foram enviados 3.208 ofícios e recebidos 518, além de todos os contactos telefónicos com a Sede.

A Delegação liquidou um empréstimo de 1.000 contos feito pela Sede, ficando em atraso a liquidação dos cartões GALP e três duodécimos, tendo mesmo assim fechado o ano com saldo positivo.



Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra

# Comissão de Acompanhamento toma posse

"Constitui um eixo fundamental da política de Defesa Nacional a consagração de medidas de apoio e reparação aos antigos combatentes das Forças Armadas", foram as palavras de abertura do secretário de Estado da Defesa Nacional na cerimónia em que tomou posse a Comissão de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra, no passado dia 23 de Março, no Ministério da Defesa Nacional.

A ADFA foi a única organização não-governamental convidada para o evento, estando representada pelo seu presidente, Patuleia Mendes, e pelo 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes.

O secretário de Estado lembrou que "o País tem para com todos os antigos combatentes que integravam as Forças Armadas ou que com elas colaboraram em missões militares, e nomeadamente para com aqueles que se incapacitam no serviço militar em teatro de guerra, especiais obrigações de apoio e solidariedade."

Depois de lembrar a legislação que tem vindo a ser publicada, Miranda Calha realçou que "a Rede é composta pelas instituições e serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde e no Sistema de Saúde Militar e, em articulação com os serviços públicos e as organizações não-governamentais". O governante referiu ao ELO que "a ADFA é uma das

FARINHO LOPES



Os elementos da Comissão de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio

organizações que podem integrar essa Rede."

Em vias de publicação estão os instrumentos legais necessários ao bom funcionamento da Rede.

Segundo disse o secretário de Estado, a admissão na Rede dos militares e ex-militares passíveis de serem portadores das perturbações inerentes ao stress de guerra é feita

através dos centros de Saúde, onde se efectuará a avaliação da patologia de que estes eventualmente sofram.

Após avaliação da eventual patologia, os serviços elaboram o processo clínico e remetem-no à Direcção de Saúde do ramo das Forças Armadas onde o militar ou ex-militar presta ou prestou serviço militar, que

promove os procedimentos necessários para a submissão a uma junta de saúde militar.

Depois de reconhecida pela junta a patologia, é atribuído um cartão de identificação de utente da Rede nacional de Apoio, que confere acesso aos serviços de apoio psiquiátrico, psicológico e social prestados por qualquer das instituições e serviços que integram a Rede.

A Comissão que tomou posse é constituída por representantes do Ministério da Defesa e da Saúde, por médicos psiquiatras e por representantes dos três ramos das Forças Armadas.

As atribuições desta Comissão prendem-se essencialmente com o "acompanhamento e monitorização do funcionamento da Rede Nacional de Apoio, por forma a otimizar o funcionamento de todos os serviços e instituições que a integram", para garantir resposta célere aos que dela careçam.

Patuleia Mendes salientou a importância "deste momento histórico". "A Rede Nacional vai entrar em funcionamento e com ela vai poder ver-se quantos são os homens que sofrem realmente com esta doença", refere. "O que deve preocupar-nos são os que estão escondidos em suas casas, isolados, e que não dizem serem vítimas desta doença." •

RV

## 45ª Reunião do Conselho Nacional

# Aprovado orçamento rectificativo de 2000



Estiveram presentes conselheiros de todas as delegações

No passado dia 24 de Março reuniu o Conselho Nacional (CN), na Sede Nacional da ADFA, com uma agenda composta por nove pontos e com a presença de todos os seus membros, com excepção de para um conselheiro da lista autónoma, estando presente um número considerável de observadores, designadamente associados membros da Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa.

"O CN acordou estabelecer uma metodologia de previsão de tempo para a discussão dos assuntos em agenda, e do estabelecimento do tempo máximo de três minutos para intervenção de cada conselheiro, o que muito contribuiu para o bom andamento dos trabalhos", referiu Jorge Maurício, presidente da MAGN.

Ao entrar na ordem de trabalhos, acordou-se de imediato debater os primeiros três pontos como se de um só se tratasse (cumprimento do orçamento de 2000, relatório de actividades do CN, parecer do CFN sobre as actividades e situação financeira da ADFA no segundo semestre de 2000).

Após um debate que não chegou a esgotar o tempo previsto para os três pontos, o CN aprovou por maioria, por 18 votos a favor, o orçamento rectificativo para 2000 e, por unanimidade, o relatório de actividades do CN.

Na aprovação do orçamento rectificativo, o que "aqueceu" o debate foi a questão de saber se devem ou não fazer-se coincidir os

anos de mandato com os anos económicos, porquanto este orçamento de 2000, que foi na prática executado pela anterior Direcção, foi agora apresentado pela subsequente, "com números não comparáveis, por haver critérios e filosofias diferentes", segundo elementos dos anteriores Órgãos. Estes prometeram apresentar publicamente as contas feitas por eles, segundo os critérios que tinham seguido anteriormente.

Essencialmente, o que esteve em causa foi o princípio contabilístico da especialização e o nível de rigor com que foi aplicado. Isto significa que os custos e receitas de cada ano devem ser inscritos no orçamento desse ano. No caso, alguns custos e receitas transitaram para o ano seguinte, o que foi explicado, mas havendo disponibilidade para se rever a situação, se assim se entender, segundo referiu Mano Póvoas, 2º vice-presidente da DN.

"A DN vai, em conjunto com a Delegação dos Açores, avaliar o projecto de recuperação e remodelação do edifício da Sede da Delegação, e apoiar o respectivo projecto, dentro de um quadro de solidariedade que se deseja e que foi apoiado pela generalidade das delegações e membros do CN", destacou Artur Vilarés, 1º vice-presidente da DN. Neste sentido, o CN aprovou um texto que fazia parte do documento apresentado pela Delegação. O conselheiro de Coimbra, Mário Santos, votou contra, por uma questão de princípio, enquanto não for resolvida a questão de Coimbra, mas realçou a solidariedade com os Açores.

O Conselho analisou os pontos referentes

à constituição das comissões especializadas do CN e ao projecto de Regulamento para a Admissão, Demissão e Readmissão de associados, tendo acordado constituir uma comissão eventual para esta última questão e votado favoravelmente a manutenção de comissões permanentes. Estes assuntos transitam para o próximo CN.

Foi também discutida a proposta apresentada por cinco conselheiros da lista autónoma para a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária para aprovação das teses do IV Congresso. A maioria dos conselheiros manifestou-se desfavoravelmente, sustentando que as teses do IV Congresso, além de aprovadas neste, já foram acolhidas no programa dos actuais OSN e, portanto, ratificadas pelo voto associativo, não carecendo de aprovação em AGN, mas antes de execução. A proposta foi rejeitada com maioria de 14 votos.

Sobre as reivindicações legislativas foi traçada uma panorâmica pela DN e foram prestadas algumas informações sobre outros assuntos pedidas pelos conselheiros.

No que tange a legislação, salientou-se a grande importância do vulgarmente chamado "Estatuto do Deficiente Militar" que, segundo o presidente da DN, "é a prioridade da ADFA".

Outro tema que mereceu grande intervenção dos conselheiros prendeu-se com a questão do DL 134/97, com realce para a inclusão da classe de praças na solução que venha a ser adoptada e que se pretende global. •

RV



Lar Militar em foco

# Audiência na Cruz Vermelha Portuguesa

A presidente da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), Maria Barroso, considerou "importante" a participação da ADFA no acompanhamento da situação dos deficientes militares, do Lar Militar numa audiência concedida à Direcção Nacional da ADFA, no passado dia 22 de Fevereiro, em Lisboa.

No encontro, onde a presidente da CVP se encontrava acompanhada por outros elementos daquela instituição, a ADFA fez-se representar pelo presidente, 1º vice-presidente e 2º secretário da DN.

Foram abordadas as relações entre as duas organizações, "que se desejam incentivar, designadamente no que se refere ao contacto entre a ADFA e a Direcção do Lar Militar, tendo como objectivo a situação dos nossos associados ali residentes e dos que ali

mantêm o seu posto de trabalho, vital para a sua integração social e profissional", lembrou Patuleia Mendes.

Maria Barroso evidenciou a importância com que vê a participação desejada da ADFA no acompanhamento de tais situações, tendo ficado claro que é "urgente a reunião do Conselho Consultivo do Lar Militar, para que tal prestação se torne eficaz e real".

Foram destacadas algumas hipóteses de cooperação entre o Lar Militar e a ADFA, na área da reabilitação e formação, as quais serão motivo de abordagem em próxima visita da presidente da CVP à Sede Nacional, em convite que lhe foi formulado e prontamente aceite. •

FARINHO LOPES



A Direcção Nacional foi recebida em audiência pela presidente da CVP

RV

## "Desmistificação do Euro"

# ADFA participa em debate sobre nova moeda

Patuleia Mendes, presidente da Direcção Nacional da ADFA, participou num debate sobre a nova moeda para Portugal, o Euro, por convite da Comissão Nacional do Euro (CNEuro), no passado dia oito de Março, em Lisboa.

"O encontro, que contou com a presença de diversas individualidades relacionadas com as implicações desta profunda alteração do nosso consciente fiduciário", contou com uma intervenção explicativa produzida por Antunes Ferreira, da CNEuro, que colocou aos

participantes as dificuldades, que importa desmistificar, do impacto da nova moeda na nossa próxima prática diária.

Face à circulação entre um de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2002 de dois tipos de moedas e notas, as portuguesas e as europeias, o presidente da DN perguntou se estavam salvaguardadas as garantias do seu reconhecimento por parte das camadas sociais mais vulneráveis, "designadamente pelos cegos". Foi explicado que estão previstas sessões de formação específicas, com

"kits" de reprodução das futuras moedas e notas, para que aqueles deficientes tomem conhecimento da realidade futura, durante o último trimestre do corrente ano. "A ADFA tomou do facto as convenientes notas e cuidados", garantiu Patuleia Mendes.

## Acções de formação sobre o Euro

A Comissão Nacional do Euro dirige-se à Sede Nacional da ADFA para dar formação de

formadores no dia 6 de Abril, sexta-feira, pelas 14h30, tendo sido solicitado às delegações e núcleos que enviem os seus representantes para frequentarem esta acção.

"Em datas a determinar vão ser organizadas mais sessões para associados e população circundante da Sede, delegações e núcleos, orientadas pelos que frequentaram aquela acção de formação", referiu Capela Gordo, 2º secretário da DN. •

RV

## Breves

### Cursos de Formação Profissional

A Delegação de Lisboa da Cruz Vermelha Portuguesa, através do seu Plano de Formação 2001, está a organizar cursos de formação de Apoio Familiar e à Comunidade, Geriatria e Acção Educativa, reconhecidos pelo IEFP.

As acções de formação destinam-se a jovens à procura do 1º emprego, desempregados de longa duração e beneficiários do rendimento mínimo garantido, com 16 anos ou mais e com o 6º ano de escolaridade, sendo proporcionados uma bolsa de formação, de acordo com a legislação em vigor, subsídio de alimentação, subsídio de transporte, estágio, seguro e certificado.

As saídas profissionais são: Assistente Familiar e à Comunidade; Agente em Geriatria; Acompanhante de Crianças; Agente de Acção Educativa.

A duração prevista para os cursos é de um ano, com um horário de funcionamento previsto em regime laboral das 09h00 às 17h00, de Segunda a Sexta-feira.

Para mais informações contactar o Departamento Reabilitação e Apoio Social (DRAS) da

Sede Nacional da ADFA, telefone 21 751 26 00.

### Assembleia Geral em Bragança

No seguimento da Assembleia Geral da Delegação de Bragança, realizada no dia 2001/02/21, foi proposto e decidido, por unanimidade dos associados presentes na mesma, enaltecendo a posição tomada pelos associados que compõem e integram o grupo de acompanhamento legislativo para os DFA, pela proposta de adenda ao disposto no DL 134/97 que restabelece, no nosso entender, a igualdade universal entre os nossos pares, independentemente, da patente, posto ou hierarquia militar.

Mais ainda nos apraz acrescentar que repudiamos toda e qualquer acção política, latente no referido DL 134/97, com o intuito meramente discriminatório, face à quase generalidade dos colegas que não poderão beneficiar de melhores condições e regalias sociais, pelo simples facto de não se encontrarem integrados na esfera de acção de determinados "lobbies" e compadrios que de uma forma tendenciosa e parcial são beneficiados pelos nossos governantes e organismos competentes, relegando, para 2º plano, a condição do indivíduo como ser humano e parte integrante de uma sociedade injusta que teima em não querer reconhecer que,

a defesa da Pátria foi por todos exercida, indiferentemente do posto ou patente militar ostentada. •

### Reuniões nos Açores

Nos dias dois e três de Março de 2001, reuniu o Conselho de Delegação e a Assembleia Geral de Delegação dos Açores, respectivamente, vulgo apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção de Delegação, do parecer do Conselho Fiscal de Delegação, entre outros assuntos de interesse associativo local, regional e nacional.

No que se refere às actividades e contas, a Assembleia aprovou por unanimidade o referido relatório e congratulou-se pelo empenho e pela dinâmica associativa imprimida por esta Direcção até pelos resultados alcançados a vários níveis, nomeadamente, o financeiro, administrativo e outros, o que significa que a Delegação "está no bom caminho, respira boa saúde e que os órgãos sociais funcionam em pleno."

Resumidamente, há um clima de grande confiança entre todos e um grande optimismo em relação ao futuro.

Foram aprovadas ainda por unanimidade várias propostas, tais como: a criação de uma Comissão de Trabalho que ponha em prática

iniciativas de carácter associativo, nomeadamente convívios; o alargamento do DL 134/97 à classe de praças e a sua publicação rápida; que todos os deficientes militares tenham a mesma possibilidade no que respeita à revisão de processos; que seja intensificada a luta pela criação do Estatuto dos Deficientes Militares que coloque todos ao mesmo nível, nomeadamente aqueles que se encontram abrangidos pelo Estatuto da Função Pública; a contagem do tempo de Serviço Militar Obrigatório para efeitos de reforma; que haja mais empenhamento por parte da Direcção Nacional junto do Governo na correcção das muitas injustiças que se verificam para com os Deficientes em Serviço, no que se refere a questões sociais e financeiras que estão muito aquém do razoável; que seja criado o mais urgente possível na nossa Delegação dos Açores um gabinete médico com um clínico geral e de um psiquiatra para atendimento geral dos associados e casos como o stress de guerra, pois estes já existem há muito tempo no Continente e só para o Continente sem qualquer uso fruto para os açorianos; a alteração imediata dos Estatutos no que se refere ao seu artigo 64º. •

RV

Ajam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal  
telefone: 23 459 8161 \* fax: 23 459 8162 \* e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

## MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EXPOSIÇÃO PATENTE DE 1 A 29 DE MAIO  
NA CASA DA BOTICA - MUSEU CULTURAL  
DA PÓVOA DO LANHOSO



Mais de 200 pessoas vieram à Sede Nacional

# IV Encontro Desportivo para Deficientes



Mata da Silva (à direita) conquistou o terceiro lugar

No dia três de Março, a Sede Nacional da ADFA foi o local onde decorreu o IV Encontro Desportivo para Deficientes, que juntou várias instituições de e para deficientes, em modalidades como o Ténis de Mesa, Snooker, Sueca e Remo Indoor.

No Ténis de Mesa, Daniel Rosário (APD) ficou em primeiro lugar, seguido de João Martins (APD), alcançando o terceiro lugar o associado da ADFA Mata da Silva e a quarta posição Valter Mendes (APD).

Nas finais, Daniel Rosário venceu por dois-zero, bem como Mata da Silva para o apuramento do terceiro classificado.

Destacou-se o apoio técnico do atleta do Grupo Desportivo do Murtalense, Carlos Dias, na contabilização dos resultados e apoio aos árbitros.

No Snooker, Antero Baptista conquistou o primeiro lugar, José Maria logrou alcançar a segunda posição e Vítor Molina e José Baptista posicionaram-se no terceiro e quarto lugares, respectivamente.

O Torneio de Sueca, numa primeira realização na ADFA, trouxe ao pódio, em primeiro lugar, a dupla José Grilo/Vital Grilo, seguida da equipa Mário Braga/João Reis, com a terceira

posição ocupada pela dupla Francisco Silva/Fernando Braga.

Da parte da tarde, a par das outras modalidades que se prolongaram também pelo resto do dia, o Remo Indoor juntou equipas de várias instituições, sendo os atletas acompanhados pelos técnicos Susana Gouveia, Bruno Martins, Marta Morais, Célia Gomes e Ana Sereno.

Em femininos, Cláudia Machado (Crinabel) conquistou a primeira posição, com 990 metros, a que se seguiu Gilmar Morais (Crinabel), com 972 metros. O terceiro lugar foi para Sónia Rocha (LPDM-CRS) e Vanessa Vaz (APADP), ambas com uma prestação de 916 metros.

Os atletas contaram com um almoço e um lanche no restaurante da Sede, tendo a distribuição dos prémios e o encerramento das actividades depois do lanche.

Patuleia Mendes, presidente da DN, dirigiu algumas palavras de boas vindas aos atletas e destacou o trabalho voluntário dos associados que colaboram no DACDLA.

"Estamos em família e isto prova que até a deficiência nos pode unir", acrescentou o presidente, salientando que "através do Desporto praticamos a solidariedade."

RV



Valdemar Monteiro (à esquerda) na disputa da prova de Remo Indoor



José Maria (à direita) conquistou o segundo lugar no torneio de snooker

Na classificação por escalão, o associado Alberto Moreira ficou em 113º, com 625 pontos e três exemplares, o associado Fernando Carvalho ficou em 115º, com 580 pontos e quatro exemplares, o associado Fernando Sousa, ficou em 125º, com 435 pontos e dois exemplares e o associado José Joaquim ficou em 135º, com 270 pontos e um exemplar, ficando os restantes pescadores nos últimos lugares, por terem "grade".

O Grupo Pescamar - Zuca é muito jovem, com objectivos que se prendem com a divulgação da pesca de mar e de alto mar, em convívio entre os participantes das diversas equipas.

As pessoas que compõem o grupo são pessoas da pesca de alto mar, que já conhecem bem a nossa costa.

No âmbito da divulgação da pesca, do convívio e da camaradagem, o Grupo Pescamar-Zuca convidou a equipa da ADFA a participar numa saída para o alto mar, para experimentar outro tipo de actividade piscatória.

O Grupo Pescamar-Zuca dispõe de um site na Internet, muito atractivo pelos temas que apresenta, desde os tipos de peixes que é possível apanhar até aos eventos realizados e a concretizar ([www.go.to/pescamar](http://www.go.to/pescamar)). •

RV

## Pescamar-Zuca organiza em Sesimbra ADFA no 1º Concurso de Pesca Nacional

A equipa de pesca desportiva da Sede Nacional da ADFA participou no 1º Concurso de Pesca Nacional, em Sesimbra, numa organização do Grupo Pescamar-Zuca, daquela cidade.

Na classificação por equipas, posicionaram-se em 1º lugar o Grupo Pescamar (com 17.760 pontos e 59 exemplares), em 2º, a

Associação de Pescadores de Colares (com 14.515 pontos e 38 exemplares), e em 3º, o Grupo de Pescadores "Os Galdinas" (com 14.490 pontos e 70 exemplares).

Foram 53 equipas, com 343 participantes em disputa, em mais de 360 inscrições, ficando a ADFA em 44º lugar por equipas, com dez exemplares e 880 pontos.

## IV Encontro Desportivo para Deficientes – ADFA – 3 de Março de 2001

### Ténis de Mesa – Remo Adaptado – Snooker – Sueca

A ADFA agradece o apoio prestado no IV Encontro Desportivo para Deficientes pelas seguintes entidades:

Águas do Alardo, Lda.  
Parmalat  
Central de Cervejas  
Correio da Manhã

Matutano  
Panrico  
Federação Portuguesa de Remo  
Bombeiros Voluntários da Ajuda

Câmara Municipal de Lisboa  
Junta de Freguesia da  
Ameixoeira  
Junta de Freguesia do Lumiar

Junta de Freguesia de Odivelas  
Junta de Freguesia Santa Maria dos Olivais



Sem inscrição como beneficiário

# Associado protesta à porta do IASFA



alertou para que, caso na primeira semana de Março o assunto não estivesse resolvido, iniciaria um protesto à porta da Sede do IASFA.

Assim foi, uma vez que a seis de Março ainda não havia quaisquer alterações à sua situação.

"É uma luta que não é só minha, apesar de este protesto ser individual", referiu Rolando Silva, no dia em que o ELO o encontrou à porta do IASFA com vários cartazes a expor publicamente a situação.

A falta de verbas foi a resposta da Direcção do IASFA aos seus pedidos de informação sobre o assunto. "Está a tratar-se de forma desigual os Deficientes das Forças Armadas, que têm toda a legitimidade para reivindicar os seus direitos", lembra o associado, que durante todo o mês de Março esteve colocado no seu local de protesto.

Na manhã do primeiro dia da sua luta, Rolando Silva viu aparecerem à janela e na entrada do IASFA os funcionários daquela instituição, surpresos por verem um ex-combatente da Guerra Colonial encetando um protesto a que acorreram alguns órgãos de Comunicação Social.

O presidente da Direcção Nacional da ADFA, Patuleia Mendes, solidarizou-se com o associado, lembrando que ele próprio tem sido vítima desta posição do IASFA.

A DN, perante a previsível atitude do associado, interveio junto do MDN e do IASFA, a fim de que a legalidade do DL 43/76 e do Regulamento daquele Instituto fossem

postos em prática, "por que só o legislador está acima da Lei", salientou o presidente da DN, "há cerca de três anos" receptor de igual recusa.

A Direcção-Geral de Pessoal do MDN rapidamente solicitou à ADFA informação detalhada sobre o assunto, a qual lhe foi prontamente fornecida.

## Reunião no IASFA

Em 26 de Março decorreu uma reunião no IASFA entre o Conselho de Direcção daquele Instituto e a Direcção Nacional, destinada a analisar a situação decorrente da aplicação do DL 284/95.

O Conselho deu conhecimento da sua deliberação de 15 de Março, que se resume:

- Mandar notificar os DFA que já pediram a sua inscrição no sentido de a formalizarem, com indicação da documentação necessária;
- Inscrever provisoriamente os solicitantes, até ao cumprimento dos seus deveres, designadamente o pagamento do quotas e eventuais retroactivos;
- Apresentar ao Governo a grande preocupação quanto à atribuição da responsabilidade do apoio aos DFA, com prejuízo dos militares a quem se destina esta obra social.

O presidente do Conselho da Direcção do IASFA, Sarmento Gouveia, salientou que, "contrariamente à interpretação jornalística, a Lei é para ser cumprida"; ora, segundo Patuleia Mendes, "é pelo exacto cumprimento da Lei que a ADFA se bate." •

RV

## Doença contraída no cumprimento do Serviço Militar

*"Em 1962, durante o cumprimento do serviço militar, em Angola, o meu marido foi evacuado para o Hospital Militar Principal, com uma grave infecção pulmonar.*

*Pouco tempo depois, foi enviado para casa com o título de isenção do serviço militar, por incapacidade física, sendo-lhe atribuída uma pensão, que mais tarde lhe veio a ser retirada.*

*Tendo o meu marido falecido aos 44 anos, vítima de carcinoma pulmonar e encontrando-me incapacitada para o trabalho, gostava de saber que direitos me assistem"*

Uma vez que o seu marido adquiriu uma doença durante o cumprimento do serviço militar em Angola, motivo pelo qual foi evacuado para a Metrópole, deveria ainda em vida, ter requerido a abertura de um processo sumário a fim da referida doença ser considerada adquirida em serviço ou em serviço de campanha, e ser presente a uma Junta Médica Hospitalar para lhe ser atribuído um grau de desvalorização e reconhecido o direito a pensão.

A data era necessário ter pelo menos 15% de desvalorização para ter direito a receber pensão.

Uma vez que o seu marido faleceu sem se ter efectuado o referido processo, e sem lhe ter sido atribuído qualquer grau de desvalorização, para poder requerer que lhe seja abonada uma pensão de preço de sangue é indispensável que consiga provar que a causa da morte do seu marido, carcinoma pulmonar, tenha resultado da deficiência que o mesmo adquiriu no Ultramar e pela qual foi evacuado para a Metrópole.

A referida prova deverá ser feita através de relatório de médico especialista que ateste e fundamente que as sequelas da doença contraída no serviço militar foram a causa da sua morte. Sobre a relação da doença com o serviço pode ser colhido o testemunho, nomeadamente, de ex-militares que tenham cumprido o serviço militar com o seu falecido marido.

Poderá ainda requerer a consulta no Arquivo Geral do Exército do processo individual do seu marido a fim de verificar se lá constam, nomeadamente, as fichas clínicas do Hospital Militar Principal, bem como da história do Batalhão e Companhia onde o mesmo serviu.

De qualquer forma, a prova do nexo de causalidade entre a doença adquirida pelo seu marido no Ultramar e a sua morte, tanto tempo passado, e não existindo processo por doença, é, na nossa opinião, extremamente difícil.

No entanto, se conseguir obter estes elementos de prova, poderá requerer ao CEME que lhe seja reconhecido o direito a pensão de preço de sangue.

Poderia também, à cautela, requerer alternativamente a transmissão de pensão (artigo 8º, do DL 240/98, de 7 de Agosto) que pressupõe a existência de pensão anterior, no caso não atribuída, dado que a "pensão" a que se refere não chegou a ter essa natureza. •

Inês Soares de Castro

## Comentário

# ELE!

A tragédia da queda da ponte de Entre-os-Rios mobilizou a atenção do País por muitos dias e muitas horas. Legítima ansiedade de muitos, solidariedade de todos, e também uma boa oportunidade de alguns. Já lá iremos.

Uma das questões levantadas à volta do acidente foi o seu impacto nos familiares e amigos mais próximos. Recorreu-se ao pároco, a voluntários de várias instituições, a psicólogos diplomados. Foi unanimemente reconhecida a necessidade de acompanhamento das pessoas atingidas por aquele choque brutal, por forma a suplantar os seus efeitos, a recuperá-las, a reintegrá-las no dia a dia.

Sendo assim, apetece dizer, tal como Galileu: contudo, ELE existe! ELE, o stress pós-traumático, negado por alguns, evitado por muitos, incómodo para todos, adiado por quem devia tratá-lo!

Ei-lo agora à luz do dia, não reprimido como reminiscência duma guerra que muitos querem, ou procuram, esquecer que existiu, mas com a simplicidade dos factos cruéis e a inevitabilidade do destino.

Não é novidade. Não há muito tempo, aquando do acidente com um comboio dentro de um túnel, na Áustria, se havia recorrido a psicólogos para apoiar, não só as famílias, mas

também os próprios salvadores, confrontados com imagens chocantes, para as quais nenhum treino ou preparação prévia podia imunizar.

Por cá, foi dito, e bem, por alguém que se pode dizer um dos maiores especialistas na matéria, que no caso concreto de Castelo de Paiva havia a vantagem do enquadramento dos atingidos por parte dos seus familiares e amigos, enfim, por toda a comunidade em que estavam normalmente inseridos. Mais do que qualquer apoio exterior, psicológico ou material, oficial ou privado, era esse sentimento de pertença que iria melhor ajudar a suplantar o choque daquele acidente brutal.

Não podemos deixar de estabelecer a comparação com as situações vividas pelos nossos militares quando confrontados com choques algo semelhantes, quer pelo impacto súbito de um ataque, quer pela longa espera que algo de mau acontecesse. Para esses não havia família ou comunidade que os apoiasse. Haveria a palavra amiga de um chefe (quando fosse alguém digno desse nome) e a camaradagem dos seus pares, com todas as suas limitações. Mas havia de concreto a enorme distância geográfica e temporal até que algum afecto pudesse providenciar um ombro amigo onde descansar um pouco a cabeça.

Tem ficado na nossa retina a contenção das gentes de Castelo de Paiva e do seu Presidente de Câmara e outras personalidades, na busca da privacidade e descrição em que se vivem os sentimentos verdadeiros.

Pois que fique também na memória de todos que ELE, o stress pós-traumático, foi, se não oficial, pelo menos oficiosamente reconhecido. A nossa solidariedade com as traumatizadas gentes de Castelo de Paiva é semelhante à que nos liga àqueles que ainda não saíram dos horrores da guerra.

A quem de direito: o imprevisível e a crueza do acidente teve o efeito de revelar, pelo menos ao grande público, a existência do stress pós-traumático. Compreendemos que a prontidão com que tão justamente se acudiu àqueles gentes não pode ser repetida para responder às reivindicações, já tão antigas, da ADFA; afinal, tratou-se de algo de inesperado. Mas já vai sendo mais que tempo para montar a tão falada rede de apoio, que para mais não se esgota no "stress de guerra": se existisse, poderia ter sido mobilizada para esta catástrofe, como para qualquer outra (inundação, acidente, terramoto) que venha a ocorrer no futuro.

Porque, repito, ELE existe... •

Nuno Santa Clara



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## EMFAR

### Decreto-Lei 66/2001, de 22 de Fevereiro

Altera a redacção do artigo 29º Decreto-Lei 236/99, de 25 de Junho, alterado pela Lei 12-A/2000, de 24 de Junho e Lei 25/2000, de 23 de Agosto, que aprovou o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas, prorrogando o prazo aí previsto até 30 de Julho de 2001.

Este prazo refere-se à entrada em vigor dos quadros especiais de oficiais e sargentos da Força Aérea.

## Ensino Especial

### Portaria 177/2001, de 9 de Março

Actualiza o valor das mensalidades das cooperativas e associações de ensino especial, para efeitos de atribuição às famílias de subsídios de educação especial, no âmbito das prestações familiares e das participações financeiras às mesmas instituições.

O valor máximo da mensalidade, na modalidade de semi-internato, é de 25.330\$00, relativamente aos alunos com idade inferior a seis e superior a dezoito anos.

As crianças e jovens com deficiência são obrigados a prestar prova da deficiência, excepto se esta, pelas suas características de amplitude e gravidade, for considerada permanente.

## Subsídio de Educação Especial

### Portaria 178/2001, de 9 de Março

«Os valores máximos das mensalidades

a praticar pelos estabelecimentos de ensino especial com fins lucrativos, habitualmente designados por colégios, tutelados pelo Ministério da Educação são, de acordo com a modalidade de intervenção, os seguintes: a) Externato  $\approx$  48 630\$; b) Semi-internato  $\approx$  62 350\$; c) Internato  $\approx$  118 010\$.» Tais valores são praticados relativamente a alunos com idade inferior a seis e superior a dezoito anos.

Os alunos com deficiência são obrigados a prestar prova da deficiência, excepto se esta, pelas suas características de amplitude e gravidade, for considerada permanente.

## CEME

### Decreto do Presidente da República 17/2001, de 12 de Março

O tenente-general José Manuel da Silva Viegas foi nomeado, sob proposta do Governo, para o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército.

## Abono de Alimentação

### Portaria 211/2001, de 15 de Março

Estabelece os quantitativos para o abono de alimentação a dinheiro aos militares, para o presente ano, correspondendo à primeira refeição cento de quarenta e seis escudos, ao almoço/jantar seiscentos e oitenta escudos e à diária mil quinhentos e seis escudos.

por Helena Afonso



## Educação Especial

Portaria 176/2001, de 9 de Março

1º  
Objectivo

A presente portaria estabelece os valores e critérios de determinação das participações das famílias na frequência de estabelecimentos de educação especial por crianças e jovens com deficiência, com vista ao cálculo do respectivo subsídio de educação especial, previsto no âmbito das prestações familiares, que integra os regimes de segurança social e de protecção social da função pública.

2º

Determinação do valor da participação das famílias

1 - É aprovada a tabela para a determinação do valor da participação das famílias previstas no n.º 1 do artigo 9º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril:

Poupança familiar mensal (em escudos)	Participação familiar em percentagem da poupança familiar		
	Internato	Semi-internato	Externato
Até 5690.....	50	0	0
De 5691 a 6390.....	55	30	15
De 6391 a 7110.....	60	38	19
De 7111 a 7820.....	65	46	23
De 7821 a 8520.....	70	54	27
De 8521 a 9230.....	75	64	32
De 9231 a 9940.....	80	74	38
De 9941 a 10 640.....	90	87	44
Mais de 10 640.....	100	100	50

2 - Nas modalidades de internato e de semi-internato, a participação não pode ser inferior, respectivamente, ao valor do subsídio familiar a crianças e jovens, percebido por um só filho de idade superior a 12 meses, correspondente ao 3º escalão, deduzido dos montantes de eventuais majorações ou bonificações específicas que lhes acresçam, e a metade desse valor.

3º

Determinação da poupança familiar

É aprovada a tabela das despesas anuais fixas a considerar para o cálculo da poupança familiar e determinação da participação das famílias, de harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 9º e no artigo 10º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 7 de Abril:

Número de elementos do agregado familiar	Despesas anuais fixas, sem o valor relativo à habitação (em milhares de escudos)
2.....	910
3.....	1260
4.....	1490
5.....	1710
6.....	1850
7.....	1940
8.....	2040
9.....	2110
10.....	2170

4º

Actuação das instituições e serviços

As instituições e serviços processadores do subsídio de educação especial devem proceder com rigor na determinação do quantitativo da prestação através do apuramento do valor da participação familiar, designadamente:

- Analisando criteriosamente os elementos de prova apresentados ou exigíveis para conhecimento actualizado das receitas do agregado familiar da criança ou do jovem com deficiência;
- Exercendo, sempre que necessário, o poder conferido pelo n.º 4 do artigo 10º do Decreto Regulamentar n.º 14/81, quanto à verificação pelos respectivos serviços da suficiência e exactidão dos elementos fornecidos.

5º

Revogação

- A presente portaria revoga a Portaria n.º 104/2000, de 24 de Fevereiro.
- Este diploma produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2000.

## SERVIÇOS MÉDICOS E PSICOSSOCIAIS

### CLÍNICA GERAL

médico: Dr. Fernando Brito,  
2ª feira - 13H00 5ª feira - 13H15

### PSIQUIATRIA

médico: Dr. Monteiro Ferreira  
2ª e 4ª Sem. de cada mês - 2ª feira - 16H00

### UROLOGIA

médico: Dr. Paulo Vale  
2ª feira - 18H00 (quinzenal)

### GASTROENTEROLOGIA

médico: Dr. Raúl Vieira dos Santos  
4.ª - 9H00 (quinzenal)

### FISIATRIA

médico: Dr. Barros Silva  
4ª feira - 16H00

### FISIOTERAPIA

técnico: Carlos Rodrigues  
Todos os dias das 14H00 às 18H00

### ANÁLISES CLÍNICAS

6ª feira - 9H00 às 10H00

### ACUPUNCTURA

especialista: Cmdt Araújo de Brito  
2ª, 4ª e 5ª feira das 10H30 às 13H00

### MEDICINA DENTÁRIA

Dr. José Eduardo Antunes  
3ª e 5ª feira das 9H00 às 13H00

Marcações: Elizabete Maria

### SERVIÇO PROTÉSICO

técnico de próteses dentárias: Carlos Lopes  
4ª feira - 9H00

### PSICOLOGIA CLÍNICA E STRESS DE GUERRA

Drª Teresa Infante  
Todos os dias

Marcações: com a própria

## APOIO AOS SÓCIOS

### GABINETE JURÍDICO

Dra. Helena Afonso  
4ª feira - Tarde  
Dra. Inês Soares Castro  
3ª feira - Manhã e 4ª feira - Tarde  
Dra. Maria João Santos  
6ª feira - Manhã

### Marcações:

Secretaria / Atendimento  
Maria Eugénia - extensão 234

### SECRETARIA/ATENDIMENTO

(Ver Horário e Telefones)

## SERVIÇO SOCIAL

Drª. Ana Sérgio

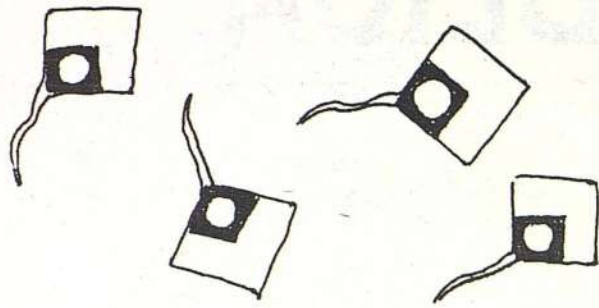
2ª e 4ª feira das 09H00 às 18H00  
3ª, 5ª e 6ª feira das 09H00 às 12H30

## HORÁRIO

Expediente 09h00 às 18h00  
Intervalo de Almoço 12h30 às 14h00  
Serviço de Almoço Segunda a Sexta,  
das 12h30 às 14h30  
Serviço de Bar Segunda a Sexta,  
das 9h00 às 18h00



## ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



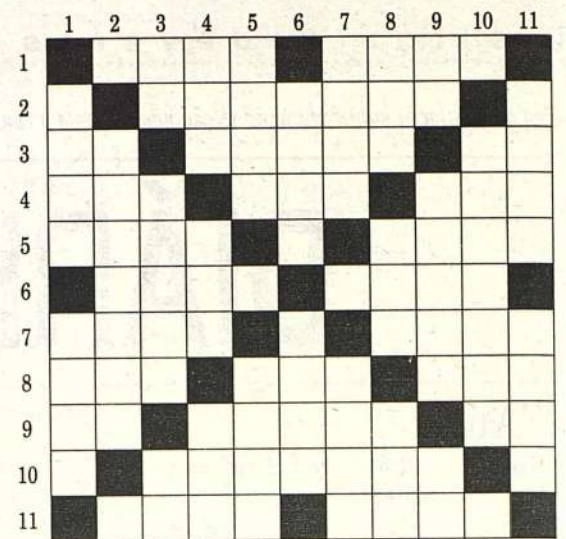
NOME CIENTÍFICO:

VIRUS ADFAI

NOME VULGAR:

VIRUS DA FEBRE ADFOSA

QUANDO TEM RAZÃO,  
NUNCA ESTÁ QUIETO. *SL*



### HORIZONTAIS

1 - Enfureça; depois. 2 - Amigos do alheio 3 - Outra coisa; ponto cardeal; olha. 4 - Seguiu; Rádio Televisão Italiana; piedosa. 5 - Pátio de igreja; vou. 6 - Nome de mulher; zela. 7 - Sova; ensejo. 8 - Organização dos Estados Americanos; ponta aguçada; grande quantidade. 9 - Aquelas; solicitar; apelido. 10 - Amigos do alheio. 11 - Enchido; petisco de cão.

### VERTICAIS

1 - Sacha; pasta. 2 - Amigos do alheio. 3 - Prata (s.q.); multicolor; acolá. 4 - Negativa; Base Aérea; progenitor. 5 Líquido volátil; fruto. 6 - Utilizas; calada. 7 - Contra; vegetal comestível. 8 - Coloca; que falta; sorrís. 9 - Aqueles; coluna; pronome plural. 10 - Amigos do alheio. 11 - Fera; épocas.

### SOLUÇÕES

#### HORIZONTAIS

1 - Dane; após. 2 - Gatunos. 3 - Al; Oeste; vé. 4 - Val; RAI; pia. 5 - Adro; sigo. 6 - Rita; vela. 7 - Tosa; mare. 8 - OEA; pua; ror. 9 - As; pedir; Sa. 10

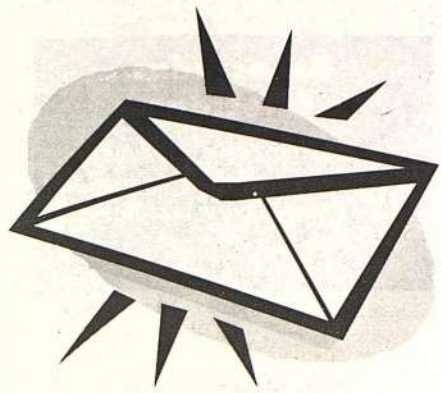
#### VERTICAIS

1 - Cava; tosa. 2 - Ladrões. 3 - Ag; trisa; lá. 4 - Não; Ota; pai. 5 - Eter; péro. 6 - Usas; muda. 7 - Anti; aipo. 8 - Poe; sem; rts. 9 - Os; pilar; os. 10 -

## VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI			LANCIA			RENAULT			OPEL		
MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.	MODELO	P.BASE	P.V.P.
<b>Lupo</b>			Y 1.1 Elefantino Blue	1.494.318,00	2.167.536,00	Club 1.4 4p	2.411.393,00	3.668.450,00	Agila		
1.0 Conceptine	1.553.718,00	2.186.279,00	Y 1.2 cx. Autom. LS	1.962.473,00	2.822.515,00	Club 1.7 DTI 4p	2.587.201,00	4.437.450,00	1.0 XE 5p	1.281.529,00	1.859.985,00
1.4 Conceptine AC	1.817.951,00	2.495.431,00	Y 1.2 16V LS	1.688.968,00	2.502.514,00	Club 2.0 DTI 5p	2.519.646,00	4.944.450,00	1.2 Elegance 5p	1.558.966,00	2.365.450,00
1.2 3 Litros	2.141.409,00	3.027.531,00	Libra 1.6	3.230.356,00	4.969.800,00	Club 2.0 DTI 4p	2.553.834,00	4.984.450,00	<b>Corsa</b>		
1.4 Highline Automático	2.255.056,00	3.474.480,00	Libra 1.9 JTD LX	3.291.619,00	5.637.000,00	Elegance 2.0 DTI 5p	2.835.885,00	5.314.450,00	1.0 3p	1.581.072,00	2.210.451,00
1.4 TDI Conceptine	2.068.270,00	3.316.631,00	Libra 2.4 JTD LX	3.864.128,00	7.211.500,00	Sport 2.0 DTI 3p	2.741.868,00	5.204.450,00	1.0 5p	1.640.901,00	2.280.451,00
<b>Polo</b>			Libra SW 1.6	3.461.125,00	5.239.404,00	Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.596.569,00	5.034.450,00	1.7 DT 3p	1.805.150,00	3.522.450,00
1.0 Conceptine 3p	1.688.659,00	2.352.935,00	Libra SW 1.9 JTD LX	3.864.268,00	6.307.000,00	Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.562.381,00	4.994.450,00	1.7 DT 5p	1.864.979,00	3.592.450,00
1.4 Conceptine 3p	1.879.329,00	3.043.655,00	Libra SW 2.4 JTD LX	4.094.897,00	7.481.499,00	Club 2.0 DI cx. Aut.	2.664.945,00	5.114.450,00	1.2 Confort 5p	1.751.274,00	2.590.450,00
1.4 Highline AC 3p	2.176.969,00	3.391.893,00	Lancia K 2.0	4.348.971,00	7.041.000,00	<b>Astra Caravan</b>			1.7 DT Confort 5 p	2.001.731,00	3.752.450,00
1.4 Confortine 3p cx. Aut.	2.110.081,00	3.313.635,00	Lancia K 2.4 JTD LS	5.239.000,00	8.820.100,00	Club 1.4	2.479.749,00	3.748.450,00			
1.4 Confortine 5p cx. Aut.	2.175.074,00	3.389.676,00	Lancia K SW 2.4 JTD	5.487.718,00	9.111.100,00	Club 1.7	2.655.577,00	4.517.450,00	<b>Astra Coupé</b>		
1.4 TDI Confortine 3p	2.301.231,00	3.597.970,00				Club 1.7 DTI	2.622.210,00	5.064.450,00	1.8 XE	3.237.096,00	5.406.449,00
1.4 TDI Confortine 5p	2.366.221,00	3.674.009,00				Club 2.0 DTI	2.622.210,00	5.064.450,00	2.0 Turbo	3.952.389,00	6.626.449,00
1.4 TDI Confortine 3p	2.301.231,00	3.597.970,00				Elegance 2.0 DTI	2.938.449,00	5.434.450,00	<b>Vectra</b>		
1.4 TDI Confortine 5p	2.366.221,00	3.674.009,00				Club 2.0 DI cx. Aut.	2.664.945,00	5.114.450,00	1.6 4p Confort	3.125.566,00	4.900.450,00
1.4 TDI Trendine 5p	2.561.697,00	3.902.715,00				<b>Astra Caravan</b>			2.0 4p Confort	3.166.654,00	5.701.450,00
1.4 TDI Trendine AC 5Pp	2.714.942,00	4.082.012,00				Club 1.7	2.479.749,00	3.748.450,00	2.0 5p Confort	3.311.953,00	5.871.450,00
<b>Polo Variant</b>						Club 2.0 DTI 4p	2.553.834,00	4.984.450,00	2.0 DTI 4p Elegance	3.423.064,00	6.001.449,00
1.4 Confortine	2.116.375,00	3.320.999,00				Elegance 2.0 DTI 5p	2.835.885,00	5.314.450,00	2.0 DTI 5p Caravan	3.568.364,00	6.171.450,00
1.4 Highline AC	2.447.867,00	3.743.944,00				Sport 2.0 DTI 3p	2.741.868,00	5.204.450,00	2.2 DTI 4p Elegance	3.390.848,00	6.299.450,00
1.9 SDI Confortine	2.340.173,00	4.542.507,00				Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.596.569,00	5.034.450,00	2.2 DTI 5p Caravan	3.536.147,00	6.469.449,00
1.9 TDI Confortine AC	2.521.868,00	4.755.090,00				Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.562.381,00	4.994.450,00	1.6 4p Sport	3.570.020,00	5.420.450,00
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00				<b>Astra Coupé</b>			2.0 DTI 4p Sport	3.611.095,00	6.221.450,00
<b>Polo 3 Volumes</b>						1.8 XE	3.237.096,00	5.406.449,00	2.0 DTI 5p Caravan	3.756.398,00	6.391.450,00
1.4 Confortine	2.044.334,00	3.236.711,00				2.0 Turbo	3.952.389,00	6.626.449,00	2.2 DTI 4p Sport	3.587.429,00	6.529.449,00
1.4 Highline	2.405.826,00	3.659.656,00				<b>Vectra</b>			2.2 DTI 5p Caravan	3.732.729,00	6.699.450,00
1.9 SDI Confortine	2.340.173,00	4.542.507,00				1.6 4p Confort	3.125.566,00	4.900.450,00	<b>Zafira</b>		
1.9 TDI Confortine AC	2.521.868,00	4.755.090,00				2.0 4p Confort	3.166.654,00	5.701.450,00	2.0 DTI Confort	3.049.560,00	5.564.450,00
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00				2.0 5p Confort	3.311.953,00	5.871.450,00	2.0 DTI Elegance	3.254.688,00	5.804.450,00
<b>Polo Variant</b>						Club 2.0 DTI 4p	2.553.834,00	4.984.450,00	<b>Omega</b>		
1.4 Confortine	2.116.375,00	3.320.999,00				Elegance 2.0 DTI 5p	2.835.885,00	5.314.450,00	2.2 DTI 4p Elegance	5.057.515,00	8.249.450,00
1.4 Highline AC	2.447.867,00	3.743.944,00				Sport 2.0 DTI 3p	2.741.868,00	5.204.450,00	2.5 DTI Caravan	5.674.280,00	9.587.450,00
1.9 SDI Confortine	2.340.173,00	4.542.507,00				Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.596.569,00	5.034.450,00	<b>Frontera</b>		
1.9 TDI Confortine AC	2.521.868,00	4.755.090,00				Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.562.381,00	4.994.450,00	2.2 DTI Sport	5.245.461,00	7.297.450,00
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00				<b>Astra Caravan</b>			aj 2.2 DTI Sport	5.245.461,00	5.502.251,00
<b>Polo 3 Volumes</b>						Club 1.4	2.479.749,00	3.748.450,00	2.2 DTI 5DR	4.672.811,00	7.797.450,00
1.4 Confortine	2.044.334,00	3.236.711,00				Club 1.7	2.655.577,00	4.517.450,00	aj 2.2 DTI SDR	4.672.811,00	6.002.251,00
1.4 Highline	2.405.826,00	3.659.656,00				Club 2.0 DTI	2.622.210,00	5.064.450,00			
1.9 SDI Confortine	2.340.173,00	4.542.507,00				Elegance 2.0 DTI	2.938.449,00	5.434.450,00			
1.9 TDI Confortine AC	2.521.868,00	4.755.090,00				Club 2.0 DI cx. Aut.	2.664.945,00	5.114.450,00			
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00				<b>Astra Coupé</b>					
<b>Polo Variant</b>						1.8 XE	3.237.096,00	5.406.449,00			
1.4 Confortine	2.116.375,00	3.320.999,00				2.0 Turbo	3.952.389,00	6.626.449,00			
1.4 Highline AC	2.447.867,00	3.743.944,00				<b>Vectra</b>					
1.9 SDI Confortine	2.340.173,00	4.542.507,00				1.6 4p Confort	3.125.566,00	4.900.450,00			
1.9 TDI Confortine AC	2.521.868,00	4.755.090,00				2.0 4p Confort	3.166.654,00	5.701.450,00			
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00				2.0 5p Confort	3.311.953,00	5.871.450,00			
<b>Polo 3 Volumes</b>						Club 2.0 DTI 4p	2.553.834,00	4.984.450,00			
1.4 Confortine	2.044.334,00	3.236.711,00				Elegance 2.0 DTI 5p	2.835.885,00	5.314.450,00			
1.4 Highline	2.405.826,00	3.659.656,00				Sport 2.0 DTI 3p	2.741.868,00	5.204.450,00			
1.9 SDI Confortine	2.340.173,00	4.542.507,00				Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.596.569,00	5.034.450,00			
1.9 TDI Confortine AC	2.521.868,00	4.755.090,00				Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.562.381,00	4.994.450,00			
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00				<b>Astra Caravan</b>					
<b>Polo Variant</b>						Club 1.4	2.479.749,00	3.748.450,00			
1.4 Confortine	2.116.375,00	3.320.999,00				Club 1.7	2.655.577,00	4.517.450,00			
1.4 Highline AC	2.447.867,00	3.743.944,00				Club 2.0 DTI	2.622.210,00	5.064.450,00			
1.9 SDI Confortine	2.340.173,00	4.542.507,00				Elegance 2.0 DTI	2.938.449,00	5.434.450,00			
1.9 TDI Confortine AC	2.521.868,00	4.755.090,00				Club 2.0 DI cx. Aut.	2.664.945,00	5.114.450,00			
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00				<b>Astra Coupé</b>					
<b>Polo Variant</b>						1.8 XE	3.237.096,00	5.406.449,00			
1.4 Confortine	2.116.375,00	3.320.999,00				2.0 Turbo	3.952.389,00	6.626.449,00			
1.4 Highline AC	2.447.867,00	3.743.944,00				<b>Vectra</b>					
1.9 SDI Confortine	2.340.173,00	4.542.507,00				1.6 4p Confort	3.125.566,00	4.900.450,00			
1.9 TDI Confortine AC	2.521.868,00	4.755.090,00				2.0 4p Confort	3.166.654,00	5.701.450,00			
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00				2.0 5p Confort	3.311.953,00	5.871.450,00			
<b>Polo 3 Volumes</b>						Club 2.0 DTI 4p	2.553.834,00	4.984.450,00			
1.4 Confortine	2.044.334,00	3.236.711,00				Elegance 2.0 DTI 5p	2.835.885,00	5.314.450,00			
1.4 Highline	2.405.826,00	3.659.656,00				Sport 2.0 DTI 3p	2.741.868,00	5.204.450,00			
1.9 SDI Confortine	2.340.173,00	4.542.507,00				Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.596.569,00	5.034.450,00			
1.9 TDI Confortine AC	2.521.868,00	4.755.090,00				Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.562.381,00	4.994.450,00			
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590,00	5.201.704,00				<b>Astra Caravan</b>					
<b>Polo Variant</b>						Club 1.4	2.479.749,00	3.748.450,00			
1.4 Confortine											





## 5 Anos Depois - A Verdade dos Números

conduzido à desagregação da equipa directiva com a demissão de um dos seus elementos. A Área da Formação foi a mais afectada. A não realização de cursos que tinham sido programados obrigou à reposição de verbas recebidas adiantadamente com os correspondentes prejuízos para a Associação. A minha saúde acabou também por ser afectada pela evolução dos acontecimentos conduzindo a uma retirada inglória de cena.

Em 1995 entregámos a pasta tendo-se candidatado uma lista de Corpos Sociais totalmente renovada. A direcção que então tomou posse manteve-se em funções, com pequenas alterações até ao passado dia 15 de Novembro. E o reconhecimento que foi dado àqueles que durante seis anos e com grande sacrifício deram o melhor do seu esforço em benefício da ADFA foi revelador de uma falta de ética que nada dignifica a Instituição. Foram postos em causa os procedimentos da Direcção e levantadas suspeitas sobre o seu comportamento, facto que levou o Conselho Fiscal Nacional com base em "anomalias técnico-contabilísticas e com o objectivo de uma clarificação da situação económico-financeira da ADFA, a propor que deveria a Direcção Nacional mandar proceder a uma auditoria externa reportada ao último quinquénio". Por convicção própria acredito que a verdade vem sempre ao de cima e por isso, fiquei satisfeito com esta decisão que permitiria apurar a verdade e clarificar a situação. Assim, naquela atitude serena de quem não deve, fiquei à espera dos resultados que nunca foram comunicados.

Em 5 de Novembro de 1997, num folheto verde em que os subscritores da Lista A apelavam aos Associados para reeleger a Direcção em questão, era produzida mais uma ofensa ao trabalho da Direcção a que pertenci. Referia-se a dado passo: "A Associação estava falida em meados de 95".

A travessia deste deserto provoca em qualquer pessoa de boa fé, e falo por mim que servi sempre a ADFA com grande esforço e dedicação e à margem de qualquer interesse pessoal (os frutos do meu trabalho ainda permanecem por lá) uma terrível frustração. Tinha prometido a mim próprio que, cumprida largamente a minha obrigação como associado, não haveria razões para aceitar mais sacrifícios já que o meu tempo está totalmente preenchido com a empresa para quem trabalho, há quase 35 anos.

Mas a Direcção que se encontrava em funções resolveu retirar-se. Neste aspecto tenho de reconhecer que foi mais inteligente do que a que a antecedeu. Se tivesse permanecido em funções por mais algum tempo decerto que se arrependeria também. E voltaram os apelos às

qualidades que sempre me foram reconhecidas. Cumpriu-se o velho ditado: "atrás de mim virá quem de mim bom fará". Mas a lição estava aprendida e não tinha ainda sido esquecida. A experiência vivida, o sacrifício a que tive de me submeter e que inevitavelmente se estendeu à minha família, deram-me legitimidade e convicção para dizer não à Direcção. Contudo, a solidariedade não pode ser uma palavra vã. E tendo consciência de que domino certos aspectos da vida da ADFA como ninguém, acedi ser colocado no patamar mais baixo da hierarquia para poder dar o meu apoio naquilo que estiver ao meu alcance.

Foi nesta situação que me foi possível estabelecer algumas comparações entre a ADFA de 1995 e a ADFA do ano 2000. No dia em que passei a pasta a um dos elementos da Direcção que ia tomar posse em 1995, telefonei à Responsável pela Contabilidade e anotei o montante dos Depósitos existentes naquela data. Ainda hoje guardo esse documento. Nessa data o total dos Depósitos à Ordem + Depósitos a Prazo perfazia 48 171 contos. No dia em que visitei pela primeira vez a Contabilidade, 5 Anos Depois, voltei a pedir à Responsável pela Contabilidade, a mesma informação que agrafei ao documento que referi anteriormente. Nessa data, o total dos Depósitos em Bancos resumia-se a 12 242 contos. Aos 35 930 contos que temos a menos em disponibilidades acresce uma extensa lista de dívidas a Fornecedores muitas das quais em atraso. Submeto aos Associados da ADFA, o julgamento da situação de falência de que injustamente fomos acusados. É caso para dizer que, neste caso, os números não enganam.

Completa este quadro o montante das responsabilidades que se criaram com trabalhadores. Em 1995 os vencimentos e avenças mensais com trabalhadores da Sede correspondia a 3 700 contos. No ano 2000 o mesmo encargo ascendia a 6 000 contos mensais. Ao assumir responsabilidades superiores às receitas que podem ser realizadas pela Associação, a maior parte das quais provenientes de donativos, somos conduzidos à situação existente em 31.10.2000, em que os prejuízos acumulados da exploração, na Sede + Tipografia se elevaram a 53 700 contos. Com o devido respeito pelo que eventualmente fizeram de bom pela nossa Associação (não estou em condições de julgar o seu trabalho porque estive desligado da vida associativa) e com o reconhecimento que aqui quero expressar pelos sacrifícios que fizeram no desempenho das suas funções, parece-me ser justo perguntar: para onde nos queria levar esta Direcção que esteve à frente dos destinos da ADFA no período de 1995 a 2000? •

**Armindo Matias**

praças não tiveram pais com possibilidades financeiras, por isso ficaram praças. O que não merecem é serem inferiorizados perante os políticos responsáveis e responsáveis DFA. Quem legislou o 43/76, de 20 de Janeiro, não criou desigualdade, mas actualmente isso está a acontecer.

Poucos foram os praças que fizeram uma segunda comissão. Ao contrário dos superiores, que se ofereciam para mais uma. Mais uma promoção, melhor vencimento e dizendo: "Vamos defender a Pátria". Ainda há quem escreva assim:

Bandeira de Portugal  
Deixa-te estar a meu lado  
Aqui ninguém te faz mal  
Quem te guarda é um soldado

Nós defendemos a Pátria por imposição, agora quem nos defende? Os nossos dirigentes que elegemos, os militares, ou os políticos?

Quanto aos nossos dirigentes, está à vista. Os militares, a maioria está na reserva ou reforma e a guerra acabou. Os políticos, possivelmente parte deles nem militares foram para dar valor a quem passou maus tratos nas matas de África. Não podemos abdicar dos nossos direitos. Espero, que o grupo de acompanhamento legislativo para os DFA esteja atento nas reuniões entre Direcção Nacional e Ministério da Defesa.

Por um só patamar onde todos tenhamos lugar. Uma ADFA defensora para todos os associados e familiares. •

**Zeferino Marcela**

## Unidos venceremos

Na leitura atenta que fiz no "ELO" de Fevereiro, trouxeram-me à mente algumas preocupações.

Por tal faço esta carta, a qual se dirige a todos os associados e camaradas da nossa Associação.

Chamou-me a atenção a alusão aos decretos-lei mencionados e à inquietação que reina no seio da classe.

Sei e penso que a maioria atenta dos associados sabe do trabalho que tem sido desenvolvido pelos Dirigentes Nacionais, pelas Delegações e Núcleos, neste campo específico.

A lembrar tudo isto estão as conclusões do Congresso, onde está bem explícito que é prioridade dos dirigentes o aspecto das reivindicações em curso.

Por tal, esta a minha opinião de que deveríamos deixar a Direcção Nacional, pois a ela compete zelar pelos cabais interesses de todos os deficientes, sem qualquer exclusão.

Seria bom que, em torno da Direcção Nacional, se constituísse uma cadeia (com elos bem reforçados) para que assim se sintam apoiados para levar a cabo aquilo para que foram eleitos.

Com a nossa força que poderá ser dada (aqui lanço um desafio), que no próximo dia 21 de Abril, pelas 14h00, no salão do Lar Militar da Cruz Vermelha, este local seja pequeno para albergar os associados, pois é aí que se devem colocar e exigir que todas as questões sejam cumpridas e também dar orientações do rumo a seguir.

Não é com divisões separatistas no seio dos deficientes que se chega a uma plataforma consensual; é com unidade, coesão e espírito de ajuda que os nossos Dirigentes podem dar todo o seu esforço. Lembremo-nos que eles não são profissionais, mas sim camaradas, que dão o melhor de si, retirando algum tempo às suas horas de lazer, em prol de uma causa, mantendo bem viva a chama da Nossa Associação.

Camaradas, só unidos em torno dos Dirigentes desta Casa poderemos levar a bom porto as acções reivindicativas em curso, estando atentos sim, mas com euforismos moderados.

Todos nós sabemos que as resoluções, a nível governamental, são difíceis, mas se nós dissermos "presente", que estamos atentos, que sabemos daquilo que nos é devido, é uma imagem positiva e de orientação para as resoluções a tomar pelo político deste País.

Não são questões próprias a cada um, mas questões, conjunturais, que envolvam o conceito de que "todos os Deficientes das Forças Armadas devem ser tratados em igualdade de circunstâncias por forma a eliminar todas as discriminações".

A terminar, deixo este apelo: "Unidos Venceremos". •

**JDSC**

DL 134/97

A verdade é incómoda, mas tem que ser dita. Mais tarde ou mais cedo vem a descoberto.

Refiro-me ao DL 134/97, até agora só beneficiou sargentos e oficiais DFA que chegaram ao topo. Que moral pode haver por parte de quem decretou e negociou este DL? Será que estamos de novo numa fase de sangue azul?... Pensava que tudo isso tinha acontecido na monarquia. Ou será que as praças, para além de terem sido carne para canhão, serviram ainda para que os superiores, sem excepção, conseguissem mais promoções, com o seu sangue derramado? Não temos nós direito a sermos tratados com dignidade? Não chegou quando nas fileiras parte de nós eram tratados como solípedes.

Concerteza que nenhuma praça contava com esta marginalização. Mas está visto: as



Opinião

# ELO



José Maia

Quando se levam 27 anos de esforço, sem olhar ao suor e trabalho que se dispense por um objectivo comum, tarefa pelo que se acredita, mesmo correndo o risco de em muitas ocasiões, se torne rotineiro, a verdade é que valerá a pena o tempo investido. Há quase três décadas, sem excepção de fins de semana, feriados ou férias, com raras falhas, tenho exposto no ELO, opinião mensal, fruto do meu querer e imaginação, procurando pela escrita servir os associados, abordando os mais variados temas de interesse colectivo, o melhor que posso e sei, sem qualquer outra intenção que não seja, o de servir a causa dos deficientes militares portugueses.

Camaradas, que há muito esperam do nosso jornal, a palavra amiga, a informação certa, a opinião isenta, que lhes permita confiar num futuro menos penoso, uma vida mais digna, uma sociedade mais aberta e menos hipócrita.

Com a excepção de alguns meses, desde a fundação do ELO, tenho colaborado nesta componente associativa que se chama ELO.

Não sei quantos textos de minha autoria se publicaram. Não interessará muito. Umhas vezes, simples artigos de opinião. Outras, grito de revolta, enfrentando sem medo as bestas de chicote. O prazer de ser útil e participar na obra, umas vezes entendido à maneira e conveniência de cada um, desafiando ao longo dos tempos a paciência dos leitores!...

Repetições, quantas vezes inevitáveis, mas procurando sempre a originalidade, a verdade, combatendo o conformismo e acomodamento, que não são, nunca serão o caminho para a vitória. Rotina passiva, não. Cada momento, cada dia, cada semana, renovado entusiasmo, defronte do teclado da velhinha Olivetti, companheira de tantos anos, desafiando agora os ventos das novas tecnologias computadorizadas, exemplo ali ao lado, vazio écran de evoluída arrogância. Repetições, por vontade de dar e contribuir para o bem comum. Repetições, seguramente de valores e ideais, emoções. Impressiona-me ainda hoje a força dos que continuam esperando, numa constante luta de esperança, teimando em não desistir e em acreditar. Terá o leitor a benevolência de me ler.

Este texto que foi acontecendo, à medida

que o pingo pingo do soro se vai introduzindo nas minhas veias, também elas, veteranas do sofrimento. Escrita em que as palavras se vão alinhando, apesar do sono que combato, continuarei nesta causa, sem limites. Jornal ELO, sortilégio de quem o viu nascer naquele parto de Outono. Antologia de verso e prosa, o querer ser, a vontade e a indignação. O coice poético na submissão. Palavras, sentimentos, argamassa, edifício em constante construção. Eco que se multiplica, espelho das vontades dos que se revêm nas suas páginas. Palavras que terão de ser trovão, voz combatendo as falsas solidariedades, martelando o granito da indiferença, transpondo o muro da hipocrisia. Face esculpida em rugido, vestes de escuro enfeitadas de luz, sol de ouro vivo, relâmpagos de esperança, rastos deslizantes no leito do rio a caminho do oceano. Ondas que se elevarão, névoas que se dissiparão, nova madrugada, raios de sol, mágicos de Abril. Caudal, e força imensa, indestrutível, mesmo quando nenhum dos que abriram os alicerces já cá não estiver. \*

## Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

### Nilo Neves Fontes

Associado n.º 6056  
58 anos  
Faleceu no dia  
07/01/01



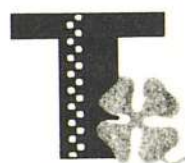
Residia no Porto. Deixa viúva Maria da Conceição Mota Barros Neves. Serviu em Angola, onde integrou a CCS do Batalhão de Cavalaria 682/Regimento de Cavalaria 3.

### Vitorino José Neves

Associado n.º 10188  
78 anos  
Faleceu em Fevereiro  
de 2000



Residia em S. João da Madeira, Aveiro.



Trevauto

Comércio, Indústria e Representações, Lda.

## PUNTO



1.2 S   1.2 ELX   1.2 16V ELX   1.2 16V ELX Speedgear  
1.2 16V HLX  
SPORT  
SPORT Speedgear  
HGT  
1.9 JTD ELX  
1.9 JTD HLX

## PALIO WEEKEND



1.5 Liberty  
1.5 Liberty  
1.5 Liberty



80 14V SX  
100 18V ELX  
100 14V 11K 07 04  
108 JTD SX  
108 JTD HLX

## MAREA WEEKEND

### CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano

Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND

Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND

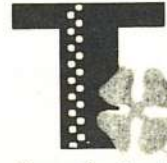
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt

E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

**TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.**

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Trevauto

Comércio, Indústria e Representações, Lda.



Os Motores  
Os Interiores  
Os Equipamentos  
Crédito, A.L.D. e Leasing  
As Cores  
Os Precos  
Linaccessori



Os Interiores  
Os Equipamentos  
Crédito, A.L.D. e Leasing  
Linaccessori  
Os Precos

### CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano

Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND

Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND

Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt

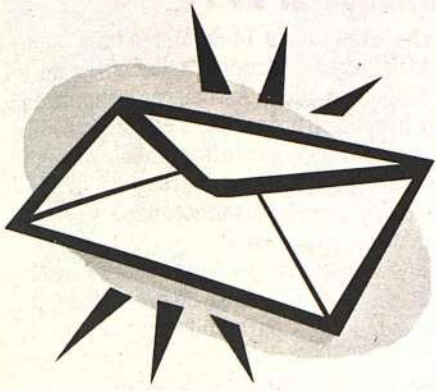
E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

**TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.**

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



## Documento do Grupo de Acompanhamento Legislativo para os DFA/Praças entregue à Direcção Nacional da ADFA, para apresentar na Assembleia da República e no Ministério da Defesa Nacional



Um grupo de associados, oriundos da classe de praças, promoveram reuniões na Sede para reflectir sobre os efeitos, quer jurídicos, quer sociais, que o Dec-Lei nº 134/97, de 31 de Maio, veio provocar no seio dos DFA's, nomeadamente, no que respeita à discriminação feita aos soldados, aos excluídos dos seus normativos.

Em paralelo, o mesmo grupo de associados também examinou outros dois projectos de futuras medidas legislativas, um da autoria do Ministério da Defesa e outro do Grupo Parlamentar do PSD.

Mas para que todos nós possamos entender melhor, os efeitos nefastos produzidos por aquele diploma, torna-se necessário, deixar aqui, um breve apontamento sobre o D.L. 43/76, de 20 de Janeiro, regime jurídico que tutela todos os DFA's.

Esta lei foi, e é, apesar da recente mutilação, considerada uma lei equilibrada e justa para todos os DFA's, pois assenta no privilégio da igualdade deste universo onde

ninguém, seja oficial, sargento ou praça, é discriminado.

A sua inovação normativa, assente na ética e na moral, e a sua grande justeza de princípios, devem-se ao facto do legislador, com um alto sentido de responsabilidade, ter tido em conta o Princípio Estruturante do Estado de Direito Democrático.

Nesse sentido, o legislador preocupou-se, fundamentalmente, em estabelecer o valor da pessoa humana como razão de ser de todos os DFA's, e por isso contempla, equitativamente, todos os DFA's em razão da sua maior necessidade.

Com a publicação do D.L. 134/97, toda aquela sabedoria e cultura legislativa ruiu por completo, e abriu uma enorme ferida nos DFA's que foram marginalizados por essa mesma lei.

O que até aqui era reconhecido a todos os DFA's, independentemente do posto, hoje só aos militares deficientes dos quadros permanentes, é reservada a maior admiração e as maiores recompensas económicas e sociais.

Ao contrário, os milicianos DFA's, onde se inserem a classe de praças, pese embora se tenham também deficientado na defesa do Estado, são, agora, dolosamente esquecidos onde, ao que parece, nada lhes é devido.

Em bom rigor, o que o D.L. 134/97 fez, foi estabelecer diferenciação de tratamento, desigual e materialmente infundado, entre os DFA's. E, por isso, considera-se essa atitude arbitrária e discriminatória, por ter preterido um vasto e enorme universo de DFA's.

Com este componente legislativo, torna-se claro que o Estado Português, que até aqui considerava que todos os DFA's (sem excepção) mereciam, por parte da Nação, a consideração que os valores morais e patrióticos, por eles representados, devem merecer, agora, esses valores, só são reconhecidos a alguns DFA's dos quadros permanentes.

Nessas circunstâncias, aos DFA's oriundos da classe de praças, cujo D.L. 134/97 os marginaliza, assiste-lhes todo o direito à indignação e ao protesto bem como ao direito de denunciarem este Dec Lei, por ofender os mais elementares princípios do que é minimamente justo e desvirtuar o que deveria ser moralmente certo.

E se foi o próprio Estado, pela mão do legislador, que contribui para esta enorme injustiça, agora que seja, também ele, a corrigi-la, pondo termo a esta insustentável discriminação, e a repor a legalidade que, tão estranhamente, foi posta em causa.

- Por todo o exposto, e no sentido de

corrigir a injustiça praticada, propõe-se que o nº 2 do artº 1º do projecto de Lei passe a ter a seguinte redacção:

"as praças que sejam consideradas Deficientes das Forças Armadas, nos termos do número anterior, são promovidas à classe de sargentos, com direito à pensão correspondente ao último escalão do posto"

PS - Lembra-se de acordo com as decisões do último congresso da ADFA em Abril 2000, ou seja:

"Todos os deficientes das Forças Armada devem ser tratados em igualdade de circunstâncias por forma a eliminar todas as discriminações, nomeadamente nas questões relativas à aplicação do conceito de campanha, a graduação/promoções, no tratamento de deficientes de origem africana, na progressão nos escalões e do que foram presentes a Junta de Saúde antes e depois do DL 43/76, de 20 de Janeiro."

Grupo de Acompanhamento Legislativo para os DFA

**Francisco Janeiro, José Salazar, Isaac Rodrigues, Fernando Carvalho, José Maria Moreira e Barroso**

## Informação aos associados "Palavras directas para quem as merece"

Face aos artigos publicados no ELO, pelo Grupo de Acompanhamento Legislativo (G.A.L.), e devido às muitas chamadas telefónicas recebidas de sócios de vários pontos do País, querendo inteirar-se da actual situação do DL 134/97 e das negociações que vamos mantendo com a Direcção Nacional, temos a informar o seguinte:

1 - O G.A.L. foi reconhecido, por unanimidade, com a participação de 110 associados, realizada na Sede em 12.01.2001.

2 - Nessa Reunião foram aprovados por unanimidade, dois documentos apresentados pelo G.A.L. para, em conjunto com a Direcção Nacional, serem resumidos num único documento, e posteriormente serem apresentados à Defesa Nacional e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

3 - Têm-se realizado diversas reuniões, entre o G.A.L. e a Direcção Nacional, que se revelam frutuosas no sentido de se caminhar para uma rápida e eficaz aplicação da justiça aos DFA's milicianos, onde se inserem a classe de Praças.

Apelamos a todos os sócios a uma maior participação na vida associativa, principalmente nas reuniões alargadas, convocadas pela Direcção Nacional ou pela Mesa da Assembleia Geral, pois só com a participação massiva de todos, conseguiremos acabar com as injustiças que têm discriminado a grande maioria dos sócios desta nossa ADFA. Desde já agradecemos todo o apoio dado ao Grupo de Acompanhamento Legislativo (GAL).

Grupo de Acompanhamento Legislativo para os DFA

**Francisco Janeiro, José Salazar, Isaac Rodrigues, Fernando Carvalho, José Maria Moreira e Barroso**

\* Para mais informações, contactar: TM. 933299528-919413356 - 965528988

Sem dúvida que as últimas reuniões mensais dos associados da ADFA têm sido concorridas de uma forma digna e correcta pese embora a discussão acalorada mas franca e leal entre alguns dos intervenientes onde eu próprio me incluo, concretamente quando se trata do DL 134/97 e também da futura Delegação de Lisboa.

Porém na última reunião levada a efeito no dia 16/02/2001 constatei que certo associado, sendo oriundo da classe de praças e seguindo o comportamento das outras últimas 2 reuniões tidas em Dezembro e Janeiro e nas quais de uma forma mais ou menos camuflada tentou dizer que este problema do DL 134/97 era de todos não só das praças.

Terá alguma razão mas nunca poderá ser ele a falar pelas praças!!!

Nós as praças somos com toda a certeza a expressão maior dentro da ADFA cerca de 92%.

Temos querer próprio, sabemos o que queremos, sabemos para onde vamos, não somos coitadinhos e nem sequer admitimos que nos tratem como tal.

Nós as praças temos que nos defender contra tudo e contra todos. Temos que defender a nossa dignidade.

Gostaria que o associado em causa se retractasse de uma vez por todas dizendo o que o move contra as praças. Não se escondendo entre rodeios tentando dessa forma desmobilizar quem tanta vontade tem de

lutar afim de ver consignados os seus direitos.

Pessoalmente não terei nada contra o associado, porém sendo eu quase iniciado nas andanças da ADFA, mas tendo assistido a algumas das suas intervenções, quase todas com o mesmo teor "versando as praças", não poderei continuar a ouvir maltratar de forma camuflada ou não a classe militar mais sofredora e tão dedicada às causas da mãe pátria.

Gostaria de lembrar esse associado que, segundo o que me foi dado a conhecer foram as praças que o elegeram para o Conselho Nacional. Por isso acho que lhes deve alguma gratidão.

Como vê gosto de tratar as pessoas e as coisas pelos seus nomes. Sou objectivo, concreto e às vezes até didáctico.

Quanto a outro associado, gostaria de lhe dizer algumas coisas, na reunião do dia 16/02/2001 quando da sua intervenção senti alguma revolta da sua parte, tem toda a razão para se sentir humilhado com a sua situação, 40.000\$00 efectivamente não é nada.

Eu não concordo com a existência de pensionistas em serviço (Deficientes em Serviço). Penso que todos deveriam ser DFAS, mas para quem como o senhor que disse para quem quis ouvir que concordava com a luta das praças mas que não teria que lutar pela mesma pois não era do seu interesse.

Para quem como o senhor disse que felizmente nem 40, 50 ou 100 ou mais lhe fariam falta.

Para quem como senhor que diz que foi um distinto alferes páraquedista, abandona o salão nobre da ADFA dizendo que não estava para aturar palermas.

Eu terei efectivamente que lhe responder da seguinte forma.

Se a luta das praças para si não têm interesse, por favor deixe-nos em paz.

Se 40, 50 ou 100 contos não lhe fazem falta, então desista da sua pensão em favor de quem precisa.

Se saiu do salão nobre dizendo que não estava para aturar palermas, meu caro senhor não me compete a mim classificar o seu comportamento, mas sempre lhe direi que de "distinto" não terá certamente nada!!! Porém, demagogo e incrédulo em relação à luto dos outros será.

Para terminar gostaria de saber se foi o acaso que juntou os senhores sentados no salão nobre ao lado um do outro?

Apetecia-me porém mencionar o nome de algumas pessoas que contestam a luta das praças, porém não o farei em virtude de todos saberem quem eles são.

Espero resposta através do ELO, mas por favor sejam objectivos, dinâmicos, correctos e didácticos.

Termino aqui os meus comentários em relação a estes dois senhores, pensando eu que dizer o que nos vai na alma pode alegrar a alma dos outros!!!!

**Rolando Silva**

### APEDV realiza rastreio ao glaucoma

APEDV vai começar, no dia 2 de Abril, um rastreio ao glaucoma na freguesia de Chelas-Marvila, com a duração de cerca de dez meses, sendo o alvo em vista de mil adultos.

Os parceiros para este rastreio são a Clínica de Chelas, a Junta de Freguesia de Marvila, o Centro Social Paroquial S. Maximiliano Kolbe e a APEDV.

- projecto é financiado no montante de três mil contos pela Fundação Oriente e pela Johnson & Johnson.
- rastreio vai decorrer na Clínica de Chelas, nas manhãs de segundas e quintas feiras.





## Ponte... de Vista

Nuno  
Santa Clara

**A** tragédia de Castelo de Paiva deixou-me algumas marcas, para além da natural e sentida solidariedade com as famílias e amigos das vítimas.

Em primeiro lugar, a dignidade e contenção do seu Presidente da Câmara; expresso-lhe aqui a minha sincera admiração, até pelo contraste com outras figuras a que, infelizmente, estamos habituados.

Em segundo lugar, o trabalho da RTP, que teve também a contenção que o drama merecia, e que infelizmente não foi respeitado pelas outras estações, apesar dos apelos dos próprios atingidos; já vai sendo tempo de a televisão pública se assumir no seu papel de referência da ética e do bom gosto - ainda que perca audiência.

Depois houve descobertas espantosas, como a de que se podem afundar batelões velhos num rio, que se pretendia vir a ser navegável, pela boa razão de que fica mais barato do que desmontá-los em terra; ou que se podem extrair areias junto aos pilares das pontes, sem que, aparentemente, daí venha mal ao mundo. E ainda que o que fica na mente dos governantes é uma manifestação contra o piso degradado duma ponte (porque visível e mediático) e não um relatório técnico (porque arquivado e enfadonho).

E porque, como todos sabem, sem terramoto não teria havido Marquês de Pombal, voaram para o local do acidente revoadas de candidatos a marquês de pombal, quais generais comandando secções.

Finalmente, ainda há quem acredite em milagres: imagine o leitor que se tinha esquecido de meter o Totoloto e constatava que tinha acertado; dirigia-se à igreja mais próxima e prometia entregar o prémio aos orfãosinhos, se a Santa Casa lhe pagasse a taluda... Ora, foi mais ou menos isso que quis fazer, mediaticamente, um candidato a benfeitor da ADFA; mas ao que parece, o Governo (infelizmente!) não aceitou... Em todo o caso, estamos gratos pela publicidade: foi reafirmado que a ADFA é uma instituição idónea, credível, honesta e merecedora... •



Director: António Carreiro  
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa  
Telefone: 21 751 2600 Fax: 21 751 2610  
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



## Em Viseu, de 7 a 13 de Maio 27º Aniversário da ADFA

### Programa Provisório

Dias 23 e 24 de Abril - colóquios nas escolas subordinados ao tema "O 25 de Abril e a Guerra Colonial".

Dia 2 de Maio - Contacto com a Imprensa local e nacional.

Dia 7 de Maio - Sessão Solene de abertura das comemorações do 27º Aniversário da ADFA, na Câmara Municipal de Viseu, pelas 17h00, seguida de um "Dão de Honra".

Dias 7, 8, 9, 10 e 11 de Maio - colóquios nas escolas subordinados ao tema "O 25 de Abril e a Guerra Colonial".

Dia 9 de Maio - Conferência sobre a figura histórica de Viriato, pelas 21h30, no Teatro Viriato.

Dia 11 de Maio - Colóquio subordinado ao tema "O 25 de Abril e a Guerra Colonial", pelas 21h30, no Teatro Viriato.

Dia 12 de Maio - Desfile de uma banda filarmónica local pelas ruas da cidade, das 8h30 às 9h30, e Concerto do Coro de Santo Amaro de Oeiras, no Teatro Viriato, pelas 21h30.

Dia 13 de Maio - 9h00 - Cicloturismo circundando a cidade de Viseu, com homenagem às figuras de Hilário e Viriato; 10h30 - Inauguração de uma rua com o nome "Deficientes das Forças Armadas", atribuído pela Câmara Municipal de Viseu; 11h00 - Missa na Sé de Viseu, cantada pelo Coro de Santo Amaro de Oeiras; 12h15 - Sessão Solene oferecida pela Câmara Municipal de Viseu às entidades convidadas; 12h45 - Homenagem aos militares falecidos, com honras militares; 13h30 - Almoço-convívio de encerramento do 27º Aniversário, no Regimento de Infantaria 14, de Viseu.

### Um apelo aos associados

A ADFA celebra este ano, em Viseu, as comemorações do seu 27º Aniversário, desenvolvendo alguns eventos de carácter cultural, recreativo, desportivo e social.

A DN apela aos associados em geral e aos da Delegação daquela cidade, para que se envolvam nas principais acções a realizar: colóquio dedicado à "Figura de Viriato", intimamente ligado àquela cidade, no dia 9 de Maio, às 21h30, no Teatro Viriato; colóquio sobre o "25 de Abril e a Guerra Colonial", no dia 11 de Maio, às 21h30, naquele mesmo teatro; espectáculo cultural com o prestigiado Coro de Santo Amaro de Oeiras, que pela primeira vez se desloca àquela cidade e que actua às 21h30 de 12 de Maio, no citado teatro.

No dia 13 de Maio, encerramento das actividades, com especial incidência na grande participação associativa (ver programa ao lado).

A DN apela à presença de todos os associados e suas famílias, neste dia em especial, para o que se incentiva a mobilização de todas as delegações.

As inscrições dirigidas à Delegação de Viseu devem ser efectuadas através do telefone 232 416 034, fax 232 416 829, ou telemóvel 91 935 6741.

"Contamos com o empenho e participação de todos os associados nas comemorações do 27º aniversário nacional, neste primeiro ano do novo milénio", exorta a DN.

## Reunião com o Grupo Parlamentar do PS

Decorreu no dia 14 de Março uma reunião da ADFA com o Grupo Parlamentar do PS em Lisboa, sendo a Associação representada pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, assessorado pelo consultor jurídico, António Carreiro, dado que se tratava de expor ao Grupo Parlamentar as preocupações da ADFA em matéria de legislação.

Foi exposta a necessidade de suspensão da aplicação aos militares do DL 503/99 e da necessidade de, "para colmatar os prejuízos advinentes daquele decreto-lei, constituir um diploma estruturante onde se integre toda a legislação relativa a deficientes militares", referiu Patuleia Mendes.

Relativamente à actual situação do DL 134/97, e dado que existe uma proposta de Lei que aguarda agendamento para debate nesta matéria, oriunda do Grupo Parlamentar do PSD, a DN apresentou a sua visão do problema, advogando uma "solução global, que enquadre as situações de todos os militares, sejam eles oficiais, sargentos ou praças, dentro do espírito da igualdade de direitos consignada pelo DL 43/76."

"Que não se crie mais um retalho para a manta, mas que se faça uma manta completa e de uma vez por todas", foi a metáfora utilizada como apelo por Patuleia Mendes.

Foi abordada também a situação injusta dos deficientes das Forças Armadas Portuguesas residentes na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, muitos dos quais, com classificação reconhecida antes de Setembro de 1975, deixaram de auferir as pensões que já lhes eram atribuídas, por perca involuntária da nacionalidade portuguesa e que agora, inexplicavelmente, têm que se deslocar a Portugal para a recuperar e reiniciar processos que os desviam desnecessariamente das suas famílias e cultura durante alguns anos.

A ADFA expôs a sua sensibilidade relativamente à alteração do Imposto Automóvel (IA) e suas isenções, em estudo junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, não concordando com a filosofia vigente de que o IA a que estão sujeitas as viaturas entre 1820 e 2000 cc., destinadas a deficientes, sirva para suportar o pagamento do IVA de viaturas de alta potência, com o mesmo destino.

Houve ainda uma troca de impressões sobre o problema da contagem de tempo de serviço, tendo-se abordado quer a questão dos deficientes militares em particular, quer a dos ex-combatentes em geral.

O Grupo Parlamentar foi muito sensível às questões apresentadas, tendo o deputado Marques Júnior afirmado o desejo de que a ADFA acompanhe e colabore nos estudos a desenvolver "para que se faça justiça aos deficientes militares" em todas as situações abordadas. •

R.V.



RENAULT



- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m<sup>2</sup>.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.  
8h - 20h durante a semana  
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.  
8h - 24h durante a semana  
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS  
Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA  
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91  
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA